



Cidiane Vaz Melo

**Comunicação e intersubjetividade na
teoria e na técnica psicanalítica**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção
do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em
Psicologia do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientador: Profa. Andrea Seixas Magalhães

Rio de Janeiro
Março de 2017



Cidiane Vaz Melo

Comunicação e intersubjetividade na teoria e na técnica psicanalítica

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Andrea Seixas Magalhães

Orientador

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Terezinha Féres Carneiro

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Renata Machado Mello

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Perla Klautau

Universidade Veiga de Almeida – UVA/RJ

Profa. Isabel Cristina Gomes

Instituto de Psicologia

Profa. Monah Winograd

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 31 de março de 2017.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Cidiane Vaz Melo

Graduou-se em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coursou a especialização na modalidade Residência em Psicologia Clínico-Institucional pelo Hospital Universitário Pedro Ernesto/ IP/UERJ e o mestrado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) na linha Família e Casal: Estudos Psicossociais e Psicoterapia. Atua como docente na Universidade Veiga de Almeida (UVA), lecionando disciplinas relacionadas à avaliação psicológica e ao diagnóstico em Psicologia. Nessa universidade, atua também como Supervisora de estágio profissional da Equipe de Psicodiagnóstico. Tem interesse e experiência em Psicologia Clínica e Psicanálise, com ênfase em Psicoterapia de Crianças, Família e Casais e Avaliação Psicológica.

Ficha Catalográfica

Melo, Cidiane Vaz

Comunicação e intersubjetividade na teoria e na técnica psicanalítica / Cidiane Vaz Melo; orientador: Andrea Seixas Magalhães. – 2017.

108 f. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2017.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Comunicação. 3. Intersubjetividade. 4. Psicanálise. 5. Famílias. 6. Grupos. I. Magalhães, Andrea Seixas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Para os meus pais que, de modo um tanto paradoxal, me
comunicaram tanto de suas dores, mas também de seus sonhos e
desejos pela vida.

Agradecimentos

À Dra. Andrea Seixas Magalhães pela orientação e pelo acolhimento às minhas ideias.

À PUC-Rio pelo auxílio concedido, sem o qual esse trabalho não seria possível.

À Dra. Isabel Cristina Gomes, à Dra. Perla Klautau de Araújo Pimentel e à Dra. Renata Machado Mello por terem aceitado participar da banca. É com muita satisfação que compartilho com vocês este trabalho, pois o contato com os seus textos me inspiraram, me fizeram refletir sobre a minha prática e, sem dúvida, contribuíram para a minha formação.

À professora Dra. Terezinha Féres Carneiro pela parceria que considero histórica, haja vista sua importância nos estudos de casal e família no Brasil e no cenário internacional.

À professora Dra. Maria do Carmo Cintra de Almeida Prado pelas descobertas compartilhadas, pelo afeto e pela presença genuína em todos os momentos. As palavras não traduzem com exatidão a gratidão que sinto por tudo que me tem sido transmitido no plano profissional e pessoal.

Aos meus amigos Vanessa, Fernanda, Tânia, Deanne, Cristiany, Guilherme, Diogo, Monica, Altinéia e Onésio, fonte de afeto, alegrias e alento nos momentos bons e nos difíceis. A vida, sem dúvida, é muito mais leve com vocês.

Aos meus alunos e supervisionandos que tanto me inspiram e me dão a chance de aprender mais.

Aos meus pacientes por compartilharem comigo sua caminhada, suas emoções, suas dores e suas esperanças.

À Maria Inês Pinto Macculloch que tem me permitido entender o que de fato significa uma presença ativa e empática a partir da qual uma comunicação genuína pode se dar.

Ao Sig e à Aurora que me ratificam que a comunicação é afeto e sintonia.

Ao Carlos Alberto pelo amor, pela presença e pelo companheirismo.

Resumo

Melo, Cidiane Vaz; Magalhães, Andrea Seixas (Orientadora). **Comunicação e intersubjetividade na teoria e na técnica psicanalítica.** Rio de Janeiro, 2017. 108p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A comunicação, concebida como fenômeno intersubjetivo, tecida nas intersecções dos espaços psíquicos comuns e partilhados, revela-se fundamental para a construção do psiquismo. Como noção, a centralidade da comunicação mostra-se inegável na teoria e na técnica psicanalítica desde os seus primórdios. Neste trabalho, buscou-se investigar as origens do conceito de comunicação na teoria psicanalítica, argumentando tratar-se de uma noção sustentada pelo paradigma da intersubjetividade. Esta tese é estruturada em quatro eixos e apresentada em quatro artigos. No primeiro eixo, propõe-se a explicitação da trajetória freudiana em torno da noção de comunicação, desde suas propostas mais voltadas para a construção de um modelo de aparelho psíquico até considerações que fornecem as bases para os primórdios de uma teoria da intersubjetividade. No segundo, discute-se a noção de comunicação para D. Winnicott, tendo em vista suas propostas remetidas à teoria da intersubjetividade, sobretudo a partir da relação mãe-bebê. No terceiro, buscou-se explicitar e discutir as contribuições de S. Ferenczi sobre a comunicação em uma perspectiva intersubjetiva a partir do conceito de sintonia afetiva. No quarto, buscou-se evidenciar as bases da comunicação na família a partir dos conceitos de aparelho psíquico grupal e familiar, ambos constituídos intersubjetivamente. A partir deste percurso, evidencia-se que a noção de comunicação, do ponto de vista psicanalítico, é construída e sustentada na intersubjetividade.

Palavras-chave

Comunicação; intersubjetividade; psicanálise; famílias; grupos.

Abstract

Melo, Cidiane Vaz; Magalhães, Andrea Seixas (Advisor). **Communication and intersubjectivity in psychoanalytic theory and technique**. Rio de Janeiro, 2017. 108p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Communication, conceived as an intersubjective phenomenon, woven in the intersections of common and shared psychic spaces, proves to be fundamental for the construction of the psyche. As a notion, the centrality of communication has been undeniable in psychoanalytic theory and technique since its beginnings. In this work, we sought to investigate the origins of the concept of communication in psychoanalytic theory, arguing that it is a notion supported by the paradigm of intersubjectivity. This thesis is structured in four axes and presented in four articles. In the first axis, it is proposed to explain the Freudian trajectory around the notion of communication, from its proposals more focused on the construction of a psychic apparatus model to considerations that provide the basis for the beginnings of a theory of intersubjectivity. In the second, the notion of communication for D. Winnicott is discussed, considering his proposals referring to the theory of intersubjectivity, especially from the mother-baby relationship. In the third one, S. Ferenczi's contributions on communication in an intersubjective perspective based on the concept of affective tuning were explained and discussed. In the fourth, it was tried to evidence the bases of the communication in the family from the concepts of group and familiar psychic apparatus, both constituted intersubjectively. From this path, it is evident that the notion of communication, from the psychoanalytic point of view, is constructed and sustained in the intersubjectivity.

Keywords

Communication; intersubjectivity; psychoanalysis; families; groups.

Sumário

1. Introdução	10
2. Os prenúncios da comunicação na obra freudiana	14
3. Para além das palavras: comunicação e intersubjetividade na teoria e na técnica ferencziana	35
4. Comunicação e intersubjetividade em D.W. Winnicott	54
5. Comunicação e intersubjetividade na família	69
Conclusões	93
Referências	98

“Eis que de repente vejo que há muito não estou entendendo. O gume da minha faca está ficando cego? Parece-me que o mais provável é que não entendo porque o que vejo agora é difícil: estou entrando sorrateiramente em contato com uma realidade nova para mim que ainda não tem pensamentos correspondentes e muito menos alguma palavra que a signifique: é uma sensação atrás do pensamento”.

Clarisse Lispector, *Água viva*.

Introdução

Esta tese surge como um aprofundamento da dissertação de mestrado finalizada no ano de 2013 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro que abordou a contratransferência e os segredos de família. Naquele trabalho buscou-se discutir os usos da contratransferência como ferramenta comunicativa para auxiliar na condução e no manejo da psicoterapia com famílias cuja dinâmica psíquica envolvia a criação e a manutenção de segredos, compartilhados por todo o grupo familiar.

Uma vez que a contratransferência pode ser utilizada como ferramenta de comunicação a temática da comunicação começou a emergir como questão a ser pensada tanto em termos técnicos quanto teórico. Como a comunicação poderia ser conceituada? Como ela vem sendo pensada no campo da psicanálise? Qual a sua importância para a técnica psicanalítica? É possível pensar a comunicação fora do paradigma intersubjetivo?

Nesse campo fértil de perguntas surgiu a proposta da tese: pensar a construção da noção de comunicação na teoria e na técnica psicanalítica, não apenas por se tratar de um tema instigante e central ao manejo no *setting* analítico, mas também pela escassez de material a respeito do tema, bem como a falta de conceituação da comunicação no campo psicanalítico.

A centralidade da noção de comunicação na teoria e na técnica psicanalítica mostra-se inegável desde os primórdios da Psicanálise. Desde os primeiros atendimentos de Freud, a comunicação pela fala, as mensagens contidas na transferência e nos sonhos se revelam elementos fundamentais no processo investigativo e na terapêutica psicanalítica. A partir da imperiosa necessidade, anunciada por Emmy Von N., de falar sem ser interrompida e da escuta de Freud que compreendeu a importância de sua tarefa, a Psicanálise nasce como uma *talking cure*, sustentada na relação analista-paciente. A psicanálise, portanto, tanto nas vertentes técnica quanto teórica, esteve atrelada desde o princípio às questões da comunicação e de seus impasses que emergem na relação paciente-analista. Na cura pela fala que se delineava nos tratamentos pioneiros, encontrava-se a árdua

tarefa de transpor para as palavras as comunicações que os sintomas veiculavam e, paradoxalmente, tentavam manter em segredo. Neste sentido, o nascimento da clínica psicanalítica mostra-se atrelado à busca de compreensão das mensagens comunicadas pelos sintomas. Esta compreensão, logo se revelou tributária, em grande medida, do entendimento das comunicações veiculadas pela transferência e pela contratransferência, ambas produtos da intersubjetividade.

Apesar da centralidade da noção de comunicação para a clínica psicanalítica, observa-se que Freud não aborda a temática de forma direta, cabendo aos seus leitores o trabalho de evidenciar suas concepções sobre esta noção. As questões por ele formuladas inicialmente envolviam o enigma de como transpor para o campo das representações aspectos rechaçados pela Consciência. Como poderiam ser oferecidas palavras para o impronunciável? O que a transferência comunica? Em que medida a subjetividade do outro é necessária para que eu me dê conta de uma comunicação feita pelos meus próprios sintomas e pelos meus próprios sonhos? Como determinados conteúdos são comunicados sem palavras? Estas são algumas perguntas que saltam nas entrelinhas do texto freudiano, mas que não foram formalmente enunciadas como questões.

A importância da comunicação para a teoria e a para a técnica psicanalítica começa a ser problematizada e nomeada, particularmente, a partir dos trabalhos de Sándor Ferenczi. Este autor aborda a questão da comunicação, sobretudo, a partir de seus fracassos, revelados pelo desmentido e pela hipocrisia analítica. Para Ferenczi, a comunicação entre paciente e analista só pode se estabelecer a partir de postura franca, empática e marcada pelo tato, sobretudo por parte do analista. Para ele, qualquer trabalho realizado fora desses princípios só produz submissão e reforçamento das experiências de desmentido e desesperança.

Donald W. Winnicott, próximo à tradição ferencziana, é um dos psicanalistas que mais diretamente destaca a comunicação em seus escritos. Pela ênfase dada aos momentos iniciais do desenvolvimento emocional, seu foco recai sobre a relação mãe bebê e sobre a sutileza da comunicação que vai se construindo entre a dupla. As considerações winnicottianas realçam a delicadeza da comunicação que passa a incluir não apenas as palavras, mas abrange também, sobretudo nos primeiros momentos, o olhar, o cheiro, o contato corporal ou simplesmente a continuidade da existência.

Ao pensarmos a comunicação na família, a questão da intersubjetividade se destaca como a premissa fundamental, uma vez que a construção da subjetividade se mostra tributária das comunicações realizadas nos grupos, particularmente na família. É a partir das comunicações realizadas pelo outro, ou por muitos outros, que o sujeito pode vir a se constituir subjetivamente. Nesse sentido, as comunicações na família explicitam a precedência dos conjuntos intersubjetivos, condição a partir da qual o sujeito, herdeiro e agente do grupo, se constitui e se aliena. A comunicação nas famílias mostra-se bastante afinada às operações que visam manter os vínculos entre os sujeitos que compõem o grupo familiar, ainda que se trate da comunicação de conteúdos irrepresentáveis, de zonas de vazio e de silêncio.

Das primeiras formulações freudianas às contribuições teóricas mais atuais, observa-se que a comunicação, por se constituir como noção ampla e de difícil delimitação, ainda é um conceito pouco aprofundado e discutido quando comparado aos conceitos de transferência, de contratransferência, de complexo de Édipo, dentre outros. No momento, a noção de comunicação, por suas particularidades, vem sendo forjada como conceito específico do campo psicanalítico a partir das contribuições de vários autores como buscamos destacar ao longo deste trabalho.

Cabe salientar que esta tese parte da hipótese que a comunicação enquanto fenômeno e processo tem natureza fundamentalmente intersubjetiva. Trata-se, portanto, de reconhecer a comunicação como fruto de operações psíquicas que se dão não apenas em cada subjetividade de um ponto de vista individualizado, mas, principalmente, a partir dos encontros estabelecidos entre cada sujeito do vínculo em um território comum e ao mesmo tempo novo para cada um. Nesse sentido, a concepção de comunicação como apelo ao outro que marca este trabalho parte do entendimento de há a necessidade de um outro atento, sensível e provedor para que as falas, os gestos, as sensações e as emoções adquiram o caráter de comunicação. Nesse sentido, trata-se de um fenômeno que será construído a partir das contribuições psíquicas dos sujeitos engajados no vínculo, contribuições essas marcadas, por sua vez, pelo conjunto de vozes, desejos, representações e não - representações recebidos como legado ao longo das gerações

Neste trabalho, buscou-se realizar um percurso investigativo da noção de comunicação nos trabalhos de nos autores clássicos da psicanálise, desde S. Freud, incluindo S. Ferenczi, W.D. Winnicott e autores que estudam a família como R. Kaes, A. Ruffiot e A. Eiguer. Nessa pesquisa, investigou-se como a noção de comunicação foi abordada e concebida na obra de cada autor, buscando-se discutir as particularidades deste conceito tanto de uma perspectiva teórica quanto técnica no campo psicanalítico. Esta produção se divide em quatro artigos que exploram a temática da comunicação de um viés intersubjetivo na obra de Sigmund Freud, de Sándor Ferenczi, de Donald W. Winnicott e de autores que trabalham com famílias.

No primeiro artigo, propõe-se discutir a tessitura da trajetória freudiana sobre a noção de comunicação, desde suas propostas mais voltadas para a criação de um modelo de funcionamento do aparelho psíquico até considerações que apontam para os primórdios de uma teoria da intersubjetividade. Para tanto, foram destacados artigos da obra de Freud nos quais a temática da comunicação foi abordada. Da investigação teórica dos textos freudianos, emergiram categorias de análise dentre as quais, para apresentação neste trabalho, foram selecionadas as seguintes: *a comunicação como apelo ao outro*; *a comunicação entre instâncias*; *a comunicação no tratamento* e *a comunicação como trabalho psíquico intersubjetivo*.

No segundo artigo, discute-se a noção de comunicação para D. W. Winnicott, tendo em vista suas propostas remetidas à teoria da intersubjetividade, particularmente articulada às relações precoces mãe-bebê. Para tanto, foram analisados artigos da obra do autor nos quais a temática da comunicação foi abordada. Da investigação dos textos, emergiram categorias de análise teóricas, dentre as quais foram selecionadas as seguintes: *comunicação na fase de dependência absoluta*; *comunicação e o relacionamento com os objetos*; *dois tipos de não comunicação* e *comunicação nas propostas terapêuticas de Winnicott*.

No terceiro artigo, buscou-se explicitar e discutir as contribuições de S. Ferenczi sobre a comunicação em uma perspectiva intersubjetiva. Para o autor, a comunicação é fundamentalmente fruto da sintonia afetiva, autêntica e distante de qualquer postura estereotipada e hipócrita. A partir de pesquisas sobre o conceito

de comunicação na obra do autor emergiram três categorias de análise: *Comunicação do/no trauma; Comunicação, regressão e seus entraves e Comunicação na técnica analítica. A partir destas categorias buscou-se explicitar as concepções e desdobramentos teóricos e técnicos de Ferenczi acerca da comunicação.*

No quarto artigo, abordou-se a comunicação no grupo familiar a partir dos conceitos de aparelho psíquico grupal e familiar. Neste artigo buscou-se discutir as bases para a comunicação na família, tendo em vista a centralidade da noção de comunicação para a construção da subjetividade e para a manutenção dos vínculos. A partir de pesquisa sobre o conceito de comunicação nos trabalhos de Kaes, Ruffiot, Eiguer, dentre outros, emergiram três categorias teóricas de análise: *comunicação nos espaços comuns e partilhados; comunicação e vínculos na família e ressonâncias da comunicação familiar no tratamento analítico.*

Nas conclusões são apontadas as contribuições deste trabalho, as ampliações teóricas realizadas em torno da noção de comunicação e as perspectivas em relação às pesquisas a serem desenvolvidas em torno das discussões apresentadas ao longo deste trabalho.

Os prenúncios da comunicação na obra freudiana

The dimensions of communication of Freud's work

Resumo

A noção de comunicação na teoria psicanalítica apresenta-se ampla, abrangente e de difícil delimitação, tornando pertinentes reflexões e aprofundamentos acerca desta temática. A comunicação traz em seu escopo a questão da intersubjetividade, uma vez que se origina, se mantém e se desenvolve no vínculo com o outro. Essa noção tem sido abordada por vários autores como S. Freud, S. Ferenczi, M. Klein, D. Winnicott e W. Bion. Neste trabalho, propõe-se a explicitação da tessitura da trajetória freudiana sobre a comunicação, desde suas propostas mais voltadas para a explicação do funcionamento do aparelho psíquico até considerações que fornecem as bases para os primórdios de uma teoria da intersubjetividade. Para tanto, foram destacados artigos da obra de Freud nos quais a temática da comunicação foi abordada. Da investigação teórica dos textos freudianos, emergiram categorias de análise dentre as quais, para apresentação neste trabalho, foram selecionadas as seguintes: *a comunicação como apelo ao outro*; *a comunicação entre instâncias*; *a comunicação no tratamento* e *a comunicação como trabalho psíquico intersubjetivo*. Apesar de Freud não ter desenvolvido uma teoria a respeito da comunicação como noção do campo psicanalítico, sua obra fornece ao leitor elementos para pensar este importante fenômeno.

Palavras-chave: comunicação, intersubjetividade, psicanálise.

Abstract

The notion of communication in psychoanalysis theory is broad, in-depth and of difficult delimitation, making it relevant reflections and deepening about this topic. Communication brings on its scope the intersubjectivity issue since it's originated, maintained and developed in the bonding. This concept has been approached by several authors such as S. Freud, S. Ferenczi, M. Klein, D.

Winnicott and W. Bion. This paper proposes to reveal the weft on Freud's path through the communication concept from his proposals focused on the explanation of the psychic apparatus functioning until providing the foundation considerations to the beginning of intersubjectivity theory. Therefore, it was highlighted articles on Freud's work in which the communication topic is addressed. From theoretical research on Freud's texts, categories of analysis emerged among which, to present in this work, the following were selected: communication as an appeal to the other; communication between instances; communication on treatment and communication as psychic intersubjective work.

Keywords: communication; intersubjectivity; psychoanalysis.

Introdução

Na obra de Freud, a questão da comunicação é tratada, costumeiramente, em caráter secundário, havendo poucas menções diretas a ela. Também não há nos textos freudianos um único sentido atribuído à comunicação, mas vários, dependendo do ponto de vista adotado pelo autor. De acordo com Delouya (2002), a ideia de comunicação sequer atingiu, na obra de Freud, a notoriedade de um conceito e a atenção a ela, enquanto processo ou fenômeno, não ganhou maiores considerações, exceto por menções esparsas.

A palavra comunicação é derivada do termo latino *communicare*, que significa partilhar, participar algo, tornar comum. A partir desta definição, observa-se que a comunicação é um fenômeno fundamentalmente relacional e de caráter intersubjetivo, articulada a uma rede sobre a qual se articulam as relações e as trocas de elementos conscientes e inconscientes. Cabe ressaltar que o conceito de comunicação, muitas vezes, pode se assemelhar ao de transmissão psíquica, que se refere aos conteúdos psíquicos transmitidos, sobretudo nas relações familiares (Freud, 1914; Kaës, 1995). Contudo, a noção de comunicação parece ser mais adequada para pensar o que ocorre “no entre”, na intersubjetividade, levando em conta a bidirecionalidade própria dos processos comunicacionais. Essa concepção de comunicação encontra-se influenciada por uma perspectiva intersubjetiva que não reflete, necessariamente, o pensamento freudiano, ficando evidente a necessidade de investigações nos textos do próprio autor. Na obra freudiana, a comunicação e a intersubjetividade não foram temas desdobrados

pelo autor, entretanto, observamos que ao longo de seus trabalhos, ambas vão ganhando consistência a partir de desenvolvimentos cada vez mais complexos.

No texto de 1913, intitulado “O interesse da psicanálise para as ciências não psicológicas”, Freud faz uma ampliação do termo fala, incluindo a linguagem dos gestos e todos os outros métodos de expressão, como por exemplo, a escrita, e relaciona-o a uma das atividades que permitem a expressão da atividade mental, que se destaca como o ponto mais importante da comunicação. Como postulado por ele, as vias de expressão da atividade mental podem ser verbais e não verbais. Cabe salientar que o tipo de comunicação que Freud buscou compreender se limitou ao âmbito do tratamento de pacientes neuróticos, pois acreditava que a psicanálise não era um método adequado a sujeitos psicóticos (Freud, 1917; Esnal, 2001).

Destacamos essa diferenciação, tendo em vista os modos de comunicação profundamente diferentes, tanto em qualidade quanto em intensidade, produzidos no âmbito das neuroses e das psicoses. Observamos que nos estados psicóticos o processamento primário é hegemônico, enquanto nos quadros neuróticos o processamento secundário predomina. No processo primário, evidenciado no sonho (Freud, 1900), há a primazia do Inconsciente atemporal, bem como um deslizar constante de sentidos que não se atêm à realidade, mas que buscam subvertê-la através de modalidades alucinatórias sob o domínio do princípio do prazer. Já o processo secundário constitui uma modificação do processo primário, havendo a primazia do sistema pré-consciente-consciente. A energia psíquica se liga a representações investidas de modo mais estável e é escoada de modo mais controlado. A satisfação é adiada e está submetida ao princípio de realidade. Nesse sentido, os processos comunicacionais, aos quais Freud se refere no tratamento de pacientes neuróticos, se dão, basicamente, pela via do processo secundário. Tendo em vista o funcionamento neurótico, o conflito psíquico tem um papel central, podendo ser manifesto ou latente, e se exprimir de forma deformada, pelos sintomas e atos falhos. Assim, as diversas expressões da atividade mental que formam a comunicação serão abordadas ao longo da obra freudiana tendo como referencial o conflito psíquico e as neuroses (Laplanche e Pontalis, 2008).

Neste trabalho, temos por objetivo apresentar as ideias de Freud relacionadas à comunicação, buscando explorar as construções tecidas por ele sobre esse tema, desde um ponto de vista eminentemente intrasubjetivo até considerações que apontam para os primórdios de uma teoria da intersubjetividade. Estas categorias foram estabelecidas com base em pesquisa prévia sobre o tema da comunicação nas “Obras Completas de Freud”. Da investigação teórica na obra freudiana, destacamos, para apresentação neste trabalho, quatro categorias intituladas: *a comunicação como apelo ao outro; a comunicação entre instâncias; a comunicação no tratamento e a comunicação como trabalho psíquico intersubjetivo.*

A comunicação como apelo ao outro

A primeira menção à noção de comunicação na obra de Freud aparece no artigo “Projeto para uma psicologia científica” (Freud, 1895). Nesse artigo, a comunicação é relacionada ao estado de desamparo primordial do bebê, sua necessidade absoluta do outro e à rememoração por parte do adulto das experiências de seu próprio desamparo. Para ele, a comunicação está no ponto de origem do mundo psíquico.

Nesse sentido, a comunicação é entendida como constituindo o ponto de origem do processo de interação entre os sujeitos, bem como do próprio Eu (Delouya, 2002). De acordo com o autor, Freud é muito claro ao apontar o desamparo de origem como sendo o que favorece a comunicação. Para ele, a comunicação desencadeia uma via de alterações internas no adulto e o seu próprio desamparo, favorecendo as identificações do adulto com o bebê e o tornado solidário aos apelos infantis. Para Freud (1895), não é o desamparo em si que convoca a sensibilidade atenciosa do adulto, mas aspectos associados ao desamparo vivido pelo adulto e experiências decorrentes das vivências de dor.

O contato entre o bebê e o adulto, permeado pela dor, dispara o encadeamento das primeiras vias de facilitação, inscrições que serão associadas à ação específica proporcionada pelo adulto. Assim, para Freud, a comunicação é um processo que se retroalimenta: a provisão das necessidades do bebê torna-se possível pela identificação por parte do adulto com o estado de desamparo, levando-o a responder aos gestos espontâneos do bebê de modo eficaz. Essa

resposta, por sua vez, ficará associada às vivências de dor e satisfação experimentadas pelo bebê, formando os protótipos para as relações objetais e os caminhos a serem percorridos pelas pulsões. No desamparo, o bebê chora, experimenta sua impotência e necessita que esse outro esteja atento a ele e corresponda aos seus apelos, estabelecendo com ele uma comunicação. Sobre a comunicação, Freud assinala que:

“O organismo humano é, a princípio, incapaz de promover essa ação específica. Ela se efetua por ajuda alheia, quando a atenção de uma pessoa experiente é voltada para um estado infantil por descarga através da via de alteração interna. Essa via de descarga adquire, assim, a importantíssima função secundária da comunicação, e o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais” (Freud, 1895, p. 370).

A origem da comunicação, segundo a exposição feita, encontra-se no valor de apelo que o estado de desamparo exerce sobre o outro. O apelo é o protótipo da compreensão mútua, desde que o outro responda. A partir do desamparo, experiência fundamental do humano, e da assistência prestada ao bebê pelo adulto, observa-se o processo de aquisição de recursos de comunicação e linguagem que favorecem a construção do Eu e as mediações com o meio externo (Oliveira, 2010). A noção de comunicação como apelo ao outro, visto como indissociável do bebê será mais bem desenvolvida por D. W. Winnicott.

As instâncias psíquicas e a dinâmica da comunicação

A organização do aparelho psíquico em instâncias ganha na obra de Freud grande notoriedade por se constituir como um dos alicerces da metapsicologia freudiana. Segundo o autor, as instâncias fazem referência à estruturação do aparelho psíquico do ponto de vista tópico, dinâmico e econômico. A relação entre as instâncias psíquicas e a noção de comunicação é traçada na obra de Freud de maneira bastante interessante, evidenciando não apenas as possibilidades de comunicação do paciente ao analista, mas, sobretudo a comunicação de determinados conteúdos no interior do próprio aparelho psíquico. Nesse sentido, a organização do aparelho psíquico em instâncias insere-se numa perspectiva explicativa sobre como determinados conteúdos são tratados no interior do aparelho psíquico, o que mantém estreita relação com as possibilidades de

comunicação evidenciadas na fala, nos silêncios, nos esquecimentos e nos sintomas (Silva, 2014).

Cabe salientar que a concepção de instâncias passou por revisões, conforme explicitadas na primeira tópica, com a “Interpretação dos Sonhos” (1900), e na segunda tópica, com o artigo “O Ego e o Id” de 1923. Na primeira tópica de Freud, o aparelho psíquico é composto por três sistemas: o Inconsciente (Ics), o Pré-consciente (Pcs) e o Consciente (Cs) organizados a partir de uma perspectiva fortemente verticalizada. Nessa perspectiva, os sistemas do aparelho psíquico possuem qualidades e funções distintas e a mobilidade dos conteúdos psíquicos, do Consciente ao Inconsciente e vice versa, devem seguir sempre caminhos pré-estabelecidos. Já na segunda tópica, o modelo do aparelho psíquico será pensado a partir de três instâncias compostas pelo Eu, pelo Isso e pelo Supereu que se entrelaçam em seus aspectos conscientes e inconscientes. Apesar das modificações quanto ao paradigma de aparelho psíquico, o modelo esquemático da primeira tópica não ficou invalidado pelo modelo da segunda tópica. Seu estudo mantém sua importância por tratar-se das primeiras formulações para a compreensão das condições neuróticas com particularidades em termos de funcionamento e economia, e também para a compreensão das primeiras propostas de tratamento que culminaram na criação da Psicanálise.

A comunicação ganha espaço nessa discussão à medida que se relaciona aos motivos inconscientes, ligados a realidades psíquicas que não podem ser reconhecidas pelo sujeito. Tanto na primeira, quanto na segunda tópica, a comunicação se mantém sujeita ao princípio do prazer. Nesse sentido, a comunicação só pode acontecer se internamente houver no sujeito disposição para tal, ou seja, a comunicação só pode se dar na medida em que o sujeito seja capaz de encarar certas verdades sobre o seu próprio desejo. Essa afirmação será ratificada muitos anos depois por Freud quando o autor assinala que “a relação entre analista e paciente se baseia no amor à verdade – isto é, no reconhecimento da realidade – e isso exclui qualquer tipo de impostura ou engano” (1937, p. 282), o que marca também uma postura ética.

Na articulação freudiana acerca da comunicação entre as instâncias psíquicas, o artigo “As neuropsicoses de defesa” (1894) pode ser destacado, pois neste trabalho o autor lança mão das primeiras hipóteses explicativas sobre os

processos mentais e sobre as possibilidades de se empreender procedimentos terapêuticos nos quadros neuróticos, especialmente os histéricos. Para Freud (1894), na histeria haveria uma divisão na consciência, acompanhada da formação de grupos psíquicos separados. A separação do conteúdo da mente resultaria de um ato voluntário do paciente, cujos motivos relacionam-se à tentativa de manter afastadas da consciência certas representações inadmissíveis.

Em texto conjunto com Breuer (1895), Freud assinala que a divisão da mente é favorecida por estados semelhantes ao sonho, os estados hipnoides. “As representações que emergem nos estados hipnoides são excluídas da comunicação associativa com o resto do conteúdo da consciência” (p. 54). Nesse sentido, há certas representações que são isoladas, pois impõem contradições ao Eu. Essas representações saem da Consciência - são esquecidas - e os afetos a elas relacionados associam-se a algo do campo somático (conversão): [...] “na histeria, a representação incompatível é tornada inócua pela transformação de sua soma de excitação em alguma coisa somática” (p. 56). A partir das formulações sobre o mecanismo psíquico da histeria somos colocados em contato com dois pontos importantes: 1) existe um processo de isolamento, defensivo, de certas representações que não podem se comunicar com as representações conscientes, instalando uma divisão entre os conteúdos da mente; 2) o sujeito é profundamente ativo na instauração e na manutenção do processo.

Esses dois pontos relacionam-se diretamente a um dos processos subjetivos mais fundamentais que é o recalque, em seu aspecto defensivo, e abrem margens para a questão das resistências do próprio paciente em seu processo terapêutico através da análise. A resistência foi caracterizada, ao longo de toda a obra freudiana, como uma força que se manifesta como obstáculo à análise e, principalmente, contra toda e qualquer mudança ou transformação subjetiva decorrente do tratamento analítico (Ventura, 2009). Esse último ponto leva Freud a questionar se não seria a Psicanálise um fazer impossível (Freud, 1937).

Seguindo os argumentos de Freud, a comunicação só se dá na medida em que não envolva pensamentos inconciliáveis para o Eu. Entretanto, esse processo que visa impedir a comunicação não passa incólume, pois a representação insiste em encontrar uma via de expressão e comunicação através de fenômenos como

sintomas, atos falhos, lapsos, esquecimentos, parapraxias, dentre outros que serão abordados posteriormente.

Freud (1910) assinala que o conteúdo manifesto que representa a comunicação do paciente é o substituto deformado dos pensamentos inconscientes e essa deformação é obra das forças defensivas do Ego. O sintoma seria uma formação de compromisso entre as partes da mente e sua função seria a de comunicar de forma distorcida certos conteúdos e mantê-los, ainda assim, inconscientes.

Tendo em vista as conclusões freudianas, restava a questão de como fazer retornar à consciência do paciente, ao campo do comunicável, tais representações inconciliáveis para o Eu? Era a esse objetivo que o tratamento catártico se propunha, baseado na ideia de que o tratamento poderia reconduzir a excitação somática à esfera psíquica, promovendo a resolução da contradição por meio do pensamento e da descarga de excitação através da fala. Do método catártico à Psicanálise, um longo caminho foi percorrido por Freud que teve como norte suas considerações teóricas estimuladas pelo contato com seus pacientes, dentre os quais, Anna O., cunhando o termo *talking cure* (cura pela fala), referindo-se aos efeitos terapêuticos da comunicação do paciente ao analista. Nesse sentido, cabe tecer considerações sobre a comunicação no tratamento proposto por Freud.

A comunicação no tratamento

O tratamento analítico tem como base a comunicação entre analista e paciente e parte do pressuposto que as comunicações do paciente permitem a emergência de conteúdos inconscientes, que podem ganhar significações a partir da escuta e interpretação do analista. Trata-se de um método fundamentado nas possibilidades de comunicação entre paciente e analista que produz efeitos em ambas as subjetividades. Conforme enfatizado por Silva (2014), a proposta de tratamento introduzida por Freud, inicialmente, centrava-se na palavra e sustentava-se em técnicas que pudessem favorecer as comunicações verbais do paciente e superar os silêncios, vistos como resistências ao processo analítico. Favorecer as comunicações do paciente com o analista e com seus próprios estados internos torna-se, então, um desafio ao processo de análise. No contexto

do tratamento, o analista também precisa estar disponível para acolher as comunicações de seu paciente e entrar em contato com pensamentos, sentimentos e sensações nem sempre agradáveis. Caso contrário, corre o risco de refugiar-se em uma teoria, engessar-se e sucumbir ao risco das atuações (Bion, 1967; Steiner, 1997; Ogden, 2013). Freud, ao abordar formas de comunicação no tratamento, destaca alguns pontos indissociáveis: a livre associação e a atenção flutuante, a transferência, a contratransferência e as interpretações do analista.

Sob a perspectiva do tratamento analítico, um primeiro ponto explicitado por Freud sobre a comunicação se detém na associação livre, considerada a regra de ouro da psicanálise. De acordo com Freud (1912), a livre associação baseava-se na instrução dada aos pacientes para que dissessem tudo, ainda que determinada ideia lhes pudesse parecer absurda ou sem importância. A regra da associação livre encontrava-se alinhada aos objetivos de Freud que consistiam em tornar claro e comunicável pensamentos e sentimentos inadmissíveis à Consciência e, portanto, recalçados (Freud, 1904; Foster, 2010). Para Freud, as comunicações verbais do paciente eram fundamentais, uma vez que era a partir dessas comunicações e da escuta do analista que o significado latente dos sintomas poderia ser revelado. Para Freud, os sintomas, ao mesmo tempo em que mantinham segretos e inacessíveis certos pensamentos e sentimentos, comunicava-os de modo distorcido e cabia ao analista colocar-se disponível para acolher essas comunicações (Freud, 1894).

Visando estabelecer uma comunicação efetiva com seus pacientes, Freud se dá conta de que um correlato à livre associação deveria se dar por parte do analista, ao que nomeou de atenção flutuante. Segundo ele, a atenção flutuante objetiva permitir ao analista entrar sintonia com o paciente, o que poderia favorecer a comunicação entre ambos: “Ele (o analista) deve dirigir em direção ao inconsciente transmissor do doente seu próprio inconsciente como órgão receptor, colocando-se, com relação ao analisado, como o receptor do telefone com relação ao transmissor” (Freud, 1912, p.175).

De acordo com Laplanche e Pontalis (2008), não há na metáfora do receptor e do transmissor uma necessária recomendação por parte de Freud para que se faça uso de qualquer forma de “comunicação de inconsciente a inconsciente” (p. 75). Apesar de estes autores argumentarem quanto à

inviabilidade desta forma de comunicação, apontam que, como o próprio Freud indicou, a suspensão das ‘representações mentais’ conscientes só poderia ter como efeito a substituição por representações mentais inconscientes. Nesse raciocínio, Coelho Junior (2002) questiona se as motivações inconscientes não podem ser afetadas por motivações inconscientes de um outro: Será que o determinismo pressuposto na teorização freudiana exige que a direção do determinismo seja sempre de “dentro” para fora? (Coelho Júnior, 2001; 2002). Sobre esta questão, observamos atualmente desdobramentos favorecidos, sobretudo, por autores pós-freudianos e atuais que enfatizam as chamadas formas infraverbais de comunicação e as diferentes possibilidades de se conceber percepções inconscientes (Heimann, 1950; Bion, 1967; Coelho Junior, Salem & Klautau, 2012). Tais aspectos da comunicação mantêm-se estreitamente ligados a uma concepção do psiquismo como sendo fundamentalmente intersubjetivo, envolvendo aquilo que é vivido por várias mentes conforme será abordado mais adiante.

A comunicação no tratamento também é abordada por Freud a partir do conceito de transferência-contratransferência, que se constitui como um dos fundamentos do método analítico, produzindo ligações e compartilhamentos de afetos e estados mentais entre paciente e analista. A transferência na obra de Freud é abordada pela primeira vez no texto “Estudos sobre a histeria” e subentende a conservação de uma forma relacional e a fidelidade a uma relação antecedente conservada no Inconsciente. Será abordada em vários textos do autor considerados de extrema relevância (1905; 1910; 1912; 1913; 1914 e 1916). De acordo com Freud, a transferência é necessariamente ocasionada durante o tratamento e, a partir dela o paciente incluirá o analista numa série psíquica pronta por antecipação.

Tendo por qualidade o caráter repetitivo, a transferência permite ao analisando comunicar ao analista seus clichês e modos de se relacionar com os objetos através das palavras, vivências afetivas e dos atos (Freud, 1912; 1920). Nesse sentido, a parte da vida afetiva que o paciente não pode mais lembrar é revivida na relação com o analista e, para Freud, há na neurose uma fixação ainda maior nesses protótipos afetivos e é dessa forma que o indivíduo dirige-se ao analista (Freud, 1910).

Assim, torna-se um desafio para o analista transformar, por meio das interpretações, a repetição em rememoração, ou seja, as repetições e os atos em palavras. Cabe salientar, que apesar de conter aspectos relacionados à pulsão de morte, a compulsão à repetição também se estabelece para o analista como uma forma de expressão e de comunicação de aspectos primitivos do analisando. É a partir da compreensão dessas manifestações, por parte do analista e do analisando, que podem ser introduzidos novos elementos nesse circuito repetitivo conforme destaca D'Ávila Lourenço (2005). Para tanto, mostra-se fundamental que resistências sejam superadas e que o paciente possa levar em consideração as comunicações do analista (Freud, 1913).

Como correlato da transferência, a contratransferência também pode vir a se constituir como instrumento de comunicação e norteador da escuta analítica, especialmente no atendimento a situações que envolvam segredos e não ditos (Melo, Magalhães & Féres-Carneiro, 2014). A contratransferência foi descrita pela primeira vez por Freud em 1910, no texto “As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica”, como sendo uma espécie de resistência do analista provocada por conflitos inconscientes, relacionados ao conteúdo do relato do paciente. Ele acreditava que a contratransferência era proveniente de aspectos neuróticos residuais do analista que não haviam sido suficientemente analisados e que, portanto, deveria ser reconhecida e dominada. Era vista, portanto, como um obstáculo a ser superado pelo analista através do auto-exame (Sandler, 1986). De acordo com Zimmerman (1999), essa abordagem freudiana da contratransferência mostrava-se bastante justificada, uma vez que chegaram ao conhecimento de Freud os envolvimento sexuais que estavam ocorrendo entre analistas e suas pacientes.

Vista de modo particularmente negativo por Freud, a contratransferência não foi explorada em seu potencial para favorecer as comunicações no tratamento. Entretanto, com os trabalhos de Racker (1948) e Heimann (1950; 1960), a contratransferência passou a ser entendida como um modo privilegiado de comunicação entre paciente e analista, tendo como conceito base a noção de identificação projetiva. A identificação projetiva foi formulada por Klein (1946) e diz respeito a um mecanismo que se traduz por fantasias nas quais o sujeito introduz a sua própria pessoa, totalmente ou em parte, no interior do objeto para

lesar, para possuir ou para controlar (Laplanche e Pontalis, 2008). Apesar de a identificação projetiva ser entendida por Racker e Heimann de modo positivo em termos teóricos e técnicos, a própria Melanie Klein não compartilhava esse ponto de vista, entendendo a identificação projetiva como algo a ser controlado (1981).

A contratransferência, conforme abordada por Freud instiga-nos a refletir sobre as dificuldades de manejo desse fenômeno suscitado pela relação entre analista e analisando, uma vez que produz impactos na comunicação que possa vir a ser estabelecida entre eles. Quando Freud afirma que a contratransferência deve ser dominada, sua preocupação parece ser direcionada aos efeitos, particularmente mobilizantes, que poderiam ser produzidos na relação entre analista e analisando, e os riscos de atuações por parte do analista que poderiam colocar em perigo não apenas o tratamento empreendido, mas também a própria psicanálise enquanto método científico. As recomendações freudianas sobre a contratransferência alertam para as mobilizações que o encontro de duas subjetividades pode produzir, mas também para a postura ética a ser sustentada frente a este encontro.

Apesar de Freud não ter explorado o fenômeno da contratransferência em seus aspectos positivos, ele abriu caminhos para que outros autores pudessem desenvolver o conceito, ampliando os horizontes teóricos e técnicos da psicanálise. De suas contribuições ao tema, podemos destacar o cuidado de Freud ao ressaltar que, caso não fosse controlada, poderia levar a prejuízos na comunicação entre analista e paciente e para o próprio tratamento.

Nesse sentido, salientamos as interpretações do analista, durante o tratamento, como mais um marco em relação à comunicação abordada por Freud. As interpretações, assim, se apoiam sobre alguns pontos que lhes fornecem sustentação e efetividade. O primeiro deles é que a comunicação do analista ao paciente é profundamente marcada pelos fatores afetivos, e não os racionais como poderíamos supor a princípio. Nesse sentido, Freud chega à conclusão de que não basta traduzir o Inconsciente, atribuindo sentido às suas manifestações através de explicações sobre o funcionamento mental. É necessário que uma relação se estabeleça para que o paciente possa encontrar disposição e apoio para entrar em contato com aspectos rechaçados pelas suas defesas.

Freud logo abandonou a perspectiva racionalizante, pois entendeu que os impedimentos para a comunicação, para o conhecimento e para o contato se dão

por motivos que são defensivos. Assim, não se trata mais de oferecer informações ao paciente sem que antes tenha se estabelecido uma transferência positiva e sem que as resistências tenham sido superadas. Cabe salientar também a importância dada por Freud à relação e à ligação entre paciente e analista que se estabelecem e se consolidam à medida em que a transferência se instala. Sobre uma postura afobada por parte do analista, Freud assinala que “[...] na verdade, quanto mais verdadeiro for, mais violenta será a resistência. Via de regra, o efeito terapêutico será nenhum, mas o desencorajamento do paciente quanto à análise será definitivo” (Freud, 1913, p. 155).

A partir desta perspectiva, devemos ter em mente que o momento de comunicar deve se dar “[...] somente após uma transferência eficaz ter-se estabelecido no paciente, um *rapport* apropriado com ele” (Freud, 1913, p. 154). Por mais que certas falas do analista possam enunciar verdades psíquicas do paciente, a comunicação entre ambos só se dará se não houver obstruções, que são de caráter fundamentalmente afetivo, e se houver, por parte do paciente, uma disposição interna favorável ao contato com certos aspectos aflitivos ou angustiosos.

Nesse sentido, as comunicações do analista só produzem efeitos se os obstáculos da transferência e das resistências forem superados, evidenciando que a comunicação, na perspectiva de Freud, só acontece quando o analista passa a ser incluído pelo paciente em sua vida mental através da transferência.

Outro ponto relevante para a compreensão das dificuldades que possam se dar na comunicação do analista ao paciente diz respeito à realidade psíquica, expressão utilizada por Freud para designar aquilo que no psiquismo do sujeito apresenta coerência e resistência comparáveis às da realidade material. Laplanche e Pontalis (2008) afirmam que a realidade psíquica é fundamentalmente relacionada ao desejo inconsciente e às fantasias conexas a ele. Podemos inferir que as distorções das palavras do analista efetuadas internamente pelo paciente decorrem de sua realidade psíquica, conforme assinala Faimberg (2001) quando aborda o conceito de escuta da escuta. Freud virá a dizer que a única realidade à qual o sujeito realmente dá crédito é sua realidade psíquica – e, assim como assinalam Almeida-Prado e Féres-Carneiro (2005), isto vale para paciente e para

analista, devendo haver, especialmente por parte do último, cuidado para que uma comunicação verdadeira com seu paciente possa ser mantida.

A comunicação como trabalho psíquico intersubjetivo

Até o momento, observamos que a comunicação vem sendo abordada por Freud como um fenômeno que favorece o compartilhamento de conteúdos entre o analista e o paciente e entre este e seu próprio mundo interno, ainda de um ponto de vista bastante individualizado. A ênfase dada por Freud parte da preocupação para descrever o funcionamento psíquico, especialmente o inconsciente, com seus movimentos e forças atuantes no interior do aparelho psíquico.

De acordo com Freud, o Inconsciente utiliza-se de vários processos a fim de manter-se preservado e oculto e, ao mesmo tempo, revelar-se. Dentre os vários processos, que fazem parte da vida cotidiana, encontramos o esquecimento de nomes, os lapsos de linguagem e escrita, a perda de objetos e a incapacidade de encontrá-los; os enganos quanto a assuntos conhecidos, assim como certos gestos e movimentos habituais, os sonhos e os sintomas. Apesar da estranheza, incoerência e, por vezes, absurdo dos mesmos, acabam frequentemente, por revelar as opiniões ocultas daquele que fala. Nesse sentido, tais fenômenos são frutos de processos inconscientes que buscam manter certos conteúdos recalcados, mas, ao mesmo tempo, comunicá-los. Observamos, então, um paradoxo que é central à comunicação na perspectiva freudiana: a comunicação ou a expressão de pensamentos e sentimentos parece ser uma necessidade humana, entretanto a comunicação direta não é tolerável ao Ego, havendo a necessidade da distorção defensiva do material psíquico por meio da censura (Freud, 1913).

Entretanto, cabe salientar, de acordo com o próprio Freud, que há situações em que o aparelho psíquico de um indivíduo não consegue dispor dos processos defensivos normais a fim de comunicar, ainda que de modo distorcido, os conteúdos recalcados. De acordo com ele, nessas situações, o sujeito precisa contar com um outro que disponha de seu aparelho psíquico e que não se encontre submetido às mesmas disposições defensivas, a fim de favorecer o processo de comunicação do material recalcado. Apesar de Freud não esclarecer como essa parceria se dá, caberia dizer que, para o autor, a comunicação abarca a ideia de um trabalho psíquico intersubjetivo, pois demanda do outro empenho na elaboração

conjunta de determinados aspectos recalcados e que não poderiam adquirir outra qualidade não fosse sob essa condição. A utilização de outro psiquismo para favorecer a comunicação e a expressão de verdades psíquicas que não podem ser realizadas pelo seu detentor é explicitada na obra freudiana pelos fenômenos do sonho, dos chistes e da telepatia.

O sonho, definido por Freud (1900) como o guardião do sono, apresenta-se, por suas características, como importante via de expressão e comunicação do Inconsciente no processo analítico. De acordo com Freud, os sonhos permitem a satisfação disfarçada de desejos recalcados no estado de vigília pela via regressiva (alucinatória). O trabalho do sonho, cuja base é a censura, só permite a satisfação dos desejos de modo disfarçado. Num primeiro momento, sob a égide do processamento primário, utiliza os processos de condensação e deslocamento para permitir a representação de certos pensamentos inadmissíveis à Consciência. Entretanto, sua lógica permanece a do Inconsciente atemporal, que ignora a contradição.

Do ponto de vista da comunicação, os sonhos utilizam uma linguagem própria aos moldes da escrita pictográfica, segundo um modo de expressão arcaico e que abarca uma enorme quantidade de ambigüidades, ficando dependentes do contexto, da entonação e, principalmente, de quem interpreta para que sejam compreendidos. Com os sonhos, verificamos que a comunicação depende não apenas do locutor, mas do interlocutor que ouve e sensivelmente interpreta. Por mais que haja a expectativa de tradução de qualquer linguagem desconhecida, esta não pode se dar sem uma inter-relação que permita determinar um ou outro significado (Freud, 1900; Laplanche Pontalis, 2008).

A comunicação nos sonhos torna ainda mais relevante a presença do outro para que algum sentido seja apreendido. Freud (1916) assinala que “[...] os idiomas e escritas antigos destinam-se, fundamentalmente, à comunicação; ou seja, por qualquer método e com qualquer recurso se destinam à comunicação. Já um sonho, não é veículo de comunicação; pelo contrário, destina-se a permanecer não compreendido” (p. 232). Dessa forma, o trabalho do sonho pode se apresentar como marcado pelo paradoxo de comunicar e, ao mesmo tempo, manter oculto certos conteúdos inconscientes. Do ponto de vista egóico, um sonho bem sucedido, é aquele que nem lembramos, entretanto, mesmo sob o trabalho das

defesas, algo dos conteúdos do sonho insistem em chegar à consciência, favorecendo sua lembrança e comunicação a quem possa acolhê-los e interpretá-los. É interessante pensar que no tratamento analítico, um sonho só pode ser interpretado na relação transferencial, na qual o analista o utiliza como um recurso de comunicação do inconsciente. Nesse sentido, o papel do analista com sua escuta sensível se mostra fundamental na superação das barreiras que a censura impõe à comunicação inconsciente.

Outro fenômeno importante que demanda o trabalho psíquico de outro é o chiste, definido por Freud (1905) como uma mensagem verbal tendenciosa que, ao descarregar sua energia psíquica, oferece ao ouvinte um ganho de prazer. Trata-se de mais um fenômeno estreitamente relacionado à comunicação e seus paradoxos, que se situam entre as tendências a comunicar e de não comunicar. O chiste aparenta-se ao sonho, mas deve levar em consideração o seu público e a capacidade do ouvinte para corrigir as deformações graças às quais o sentido se comunica, paradoxalmente, através do sem sentido (Mijolla, 2005). Os chistes têm por objetivo produzir prazer e apenas algumas pessoas têm esse recurso a seu dispor em função de maior capacidade de simbolização.

Os determinantes do chiste são os mesmos das doenças neuróticas e têm por objetivo dar expressão a certas representações conflituosas, mas de modo deslocado. De acordo com Freud (1905), a expressão dos chistes envolve, frequentemente, pensamentos críticos e agressivos que por esses motivos não podem ser expressos: “[...] sua importância parece consistir no fato de que a pessoa envolvida considera difícil a crítica e a agressividade na medida em que estas sejam diretas, sendo possível apenas ao longo de trajetos tortuosos” (Freud, 1905, p. 137). Freud assinala que o chiste só ganha sentido e só cumpre o seu papel de comunicação se puder ser compartilhado. Trata-se de um fenômeno que só ganha sentido na presença do outro: “Se alguém acha alguma coisa cômica, pode divertir-se consigo mesmo. *Um chiste, pelo contrário, deve ser contado a mais alguém.*” [itálico nosso] (Freud, 1905, p.138).

Frente à observação do imperativo de superar o recalçamento e comunicar algo a outro que o chiste traz, Freud formula a hipótese de que é possível que a necessidade de comunicar o chiste relacione-se à gargalhada que produz. Segundo ele, essa gargalhada é negada, pelo recalçamento, ao produtor do chiste, mas se

manifesta em outra pessoa, sendo o prazer do chiste mais evidente na segunda pessoa que em seu criador. Nessa passagem, a reciprocidade do fenômeno parece ser destacada: por um lado temos um sujeito fazendo uso do psiquismo alheio a fim de expressar conteúdos recalçados e de outro, alguém que obtém satisfação a partir da elaboração do material proveniente do primeiro.

Cabe destacar que a ideia da utilização, por um sujeito, do psiquismo de um outro a fim de realizar um trabalho psíquico que nele se encontra impossibilitado pela ação das defesas, nos instiga a pensar na própria natureza do trabalho psíquico exigido ao analista durante o tratamento analítico. Apesar de Freud não desenvolver a ideia de uso do psiquismo por um outro, como destacado no fenômeno do chiste, tal ideia parece ter sido aprimorada pelos escritos de Racker (1948), Heimann (1950) ao abordar a noção identificação projetiva e Winnicott (1968) sobre o uso de objeto. Tal ideia é desenvolvida também por Eiguer (1995) quando aborda o manejo da contratransferência. Nesse sentido, cabe destacar também a contribuição de Coelho Júnior e Figueiredo (2012), quando afirmam que todo trabalho psíquico exige empenho e dor a fim de produzir transformações, evidenciando a árdua tarefa do analista em sua função.

Dentre as várias condições que Freud assinala serem necessárias para que se estabeleça a relação envolvida no chiste, talvez a mais importante seja um acordo psíquico; uma sintonia entre pelo menos duas pessoas, onde uma, mais sujeita aos mecanismos defensivos, pode utilizar o psiquismo de outra a fim de driblá-los:

“É essencial que esta esteja em *suficiente acordo psíquico com a primeira* quanto a possuir as mesmas inibições internas, superadas nesta última pela elaboração do chiste. [...] todo chiste requer seu próprio público: *partilhar* o riso diante dos mesmos chistes evidencia uma *abrangente e conformidade psíquica*” [itálico nosso] (Freud, 1905, p. 144).

A ideia de um acordo psíquico estabelecido entre sujeitos, de modo inconsciente, traz consigo a premissa de uma comunicação inconsciente, que se estabelece entre os sujeitos. Esta ideia se assemelha, pelo negativo, ao conceito de pacto denegativo cunhado por Kaës (1997). De acordo com o autor, o pacto denegativo, é um mecanismo defensivo presente nos grupos, inclusive no grupo familiar e implica um acordo inconsciente sobre aspectos do vínculo que deverão ser apagados, recalçados ou negados. Trata-se de renúncias que devem ser feitas

para que se possa contar com espaços psíquicos comuns. O que se evidencia na dinâmica do chiste é que a obtenção do prazer só alcança seu fim a partir da relação entre sujeitos e pela conjunção de seus psiquismos em torno de um objetivo comum: tornar conscientes e comunicáveis certos pensamentos e obter com isso, satisfação: “Quando faço alguma pessoa rir, contando-lhe meu chiste *estou de fato utilizando-a para suscitar meu próprio riso* [itálico nosso]” (Freud, 1905, p. 149).

As considerações de Freud sobre o chiste abrem espaço para se pensar as intersecções entre os psiquismos de um sujeito com o outro ou outros a fim de obter, a partir da relação, apoio na realização de tarefas psíquicas. Dentre tais tarefas destaca-se a comunicação, especialmente quando se dá na família e nos grupos (Kaës, 1997; 2005).

A telepatia é outro fenômeno abordado por Freud que permite pensar a questão da comunicação como trabalho psíquico intersubjetivo. Freud, no texto “Psicanálise e Telepatia” (1921), aborda a telepatia como um tipo de comunicação bastante peculiar que produz questionamentos sobre as possibilidades de comunicação de Inconsciente para Inconsciente. Ao abordar a telepatia, Freud questiona-se sobre como o conhecimento de uma pessoa pode ser comunicado à outra, ainda que não se conheçam previamente, nem tenham trocado informações. Nessas condições, qualquer conhecimento comunicado de uma pessoa a outra ganha aparência de algo inédito, como se fosse proveniente de forças místicas e ocultas. De acordo com Miolla (2005), dá-se o nome de telepatia a uma transmissão de pensamento sobre cuja natureza Freud formulou diversas hipóteses, vendo nela um modo arcaico de comunicação entre os indivíduos.

Freud, ao comentar a abordagem de uma suposta profetisa a um de seus pacientes que nutria desejos edípicos em relação à irmã, observou que entre eles houve algum método desconhecido de comunicação que excluiu os meios que nos são familiares, levando a inferir que existe algo como a transmissão de pensamento (p. 225).

Conforme assinalado, tais possibilidades de transmissão relacionam-se a uma receptividade psíquica, para que certas comunicações possam ser captadas. Para tanto, torna-se necessário, por parte de quem acolhe certas comunicações, conseguir desviar suas próprias forças psíquicas para empregá-las a serviço do outro. (Freud, 1921, p. 225).

Comentadores desse texto, como Bernardino (2010), dirão que tal comunicação é possível pela existência de um desejo inconsciente, extremamente poderoso, de entrar em contato com o outro, que conta com alguém, cuja consciência possa estar serviço de sua recepção. A autora destaca que esse fenômeno comunicativo acontece entre as mães e seus bebês. Para a autora, Freud retira um fenômeno do campo do ocultismo para tentar analisá-lo à luz de suas descobertas sobre o Inconsciente, o desejo e a transferência. Sobre a ideia de um aparelho psíquico que não visa apenas à descarga pulsional, mas, sobretudo à relação, citamos M. Balint (1978).

Freud, em 1933, ainda trabalhando a temática da comunicação inconsciente, no artigo *Sonhos e ocultismo*, define a telepatia como um “ato mental que se realiza numa pessoa e que faz surgir o mesmo ato mental em uma outra pessoa” (p. 72), fazendo uma analogia com a comunicação telefônica. Torna-se interessante notar que, apesar de Freud não apresentar uma perspectiva claramente intersubjetiva em sua obra, ele deixa entrever a marca relacional que envolve o vínculo entre os humanos, levantando a hipótese de que se trata “de um método original, arcaico, de comunicação entre indivíduos” (p. 72), o que foi desenvolvido por Bion (1967), anos mais tarde, com a ampliação do conceito de identificação projetiva.

Considerações finais

Observa-se, no percurso desenvolvido neste artigo que a comunicação, apesar de não ter sido destaca na obra freudiana, apresenta-se como conceito presente no decorrer de seu trabalho, acompanhando a evolução do seu pensamento ao longo de sua obra. Cabe salientar também que a partir de apontamentos iniciais trazidos por Freud sobre a comunicação, noções correlatas puderam ser desenvolvidas posteriormente por outros autores como a questão da intersubjetividade e a noção de uso do psiquismo de um outro, visando à realização de tarefas psíquicas impossibilitadas pela ação das defesas.

Apesar de Freud enfatizar os aspectos intrapsíquicos, a questão da intersubjetividade se faz destacar, pois a todo o momento a comunicação vem sendo pensada a partir da relação e do contato com o outro, com o analista e com os próprios conteúdos internos. Entretanto esta posição revela também o paradoxo

da posição freudiana. Se por um lado a relação intersubjetiva paciente-analista se constitui como o pilar da técnica analítica, pois não há psicanálise que se dê em *efigie* ou em *absentia* como sinalizava Freud a respeito da transferência, por outro, essa premissa põe em risco o modelo da neutralidade. Nesse sentido, esse paradoxo que marca a leitura dos trabalhos de Freud, torna a tarefa do pesquisador igualmente paradoxal em alguns momentos e marcada por duas posturas que se sobrepõem.

Outro ponto a ser destacado é que a comunicação, na perspectiva freudiana, que envolve a expressão de aspectos intrapsíquicos na presença de um outro que pode tornar esses conteúdos comunicações dos desejos recalçados ou desconhecidos, é profundamente marcada por aspectos afetivos que envolvem as resistências, a censura, a própria realidade psíquica, além das possibilidades de cada um para manter contato mais ou menos realístico com a realidade interna e externa.

Cabe destacar, a partir desta pesquisa, o pioneirismo de Freud ao se deparar com um campo de conhecimento em construção, que contava com muitas resistências quanto a sua cientificidade. Assim, em vários momentos do trabalho de Freud, é possível observar os conflitos, ambivalências e dificuldades para manter-se conectado ao trabalho do/com o Inconsciente e, ao mesmo tempo, permanecer num campo que pudesse corresponder aos ideais de cientificidade da época. Apesar disso, notamos nos textos de Freud um esforço para compreender o funcionamento psíquico, desenvolvendo técnicas que pudessem favorecer as comunicações de conteúdos inacessíveis à consciência, lhes favorecendo a expressão.

A pesquisa empreendida permitiu a realização de um mapeamento das noções relacionadas à comunicação na obra de Freud que fornecem elementos importantes para o estudo dos primórdios de uma teoria da intersubjetividade na teoria psicanalítica. Ao abordamos a comunicação na teoria psicanalítica, logo percebemos tratar-se de tema que requer mais estudos e pesquisas a fim de auxiliar na compreensão deste fenômeno tão complexo, especialmente no âmbito das psicoterapias de famílias.

Para além das palavras: comunicação e intersubjetividade na clínica ferencziana

Resumo

Sándor Ferenczi foi pioneiro ao apontar a importância do campo intersubjetivo formado e sustentado na relação entre analista e paciente. O autor debruçou-se sobre as questões relacionadas ao tratamento de pacientes regredidos e traumatizados, buscando estabelecer com eles uma comunicação que permitisse ao tratamento avançar. Ao pensar a comunicação como sintonia afetiva, autêntica e distante de qualquer postura estereotipada e hipócrita, Ferenczi acaba por reinventar a técnica psicanalítica. Este artigo tem como objetivo explicitar e discutir as contribuições de Ferenczi sobre a comunicação em uma perspectiva intersubjetiva. A partir de pesquisa sobre o conceito de comunicação na obra do autor emergiram três categorias de análise: Comunicação do/no trauma; Comunicação, regressão e seus entraves e Comunicação na técnica analítica. A partir destas categorias buscou-se explicitar as concepções e desdobramentos teóricos e técnicos de Ferenczi acerca da comunicação.

Palavras-chave: comunicação, intersubjetividade, Ferenczi.

Abstract

Sándor Ferenczi pioneered by pointing the importance of the intersubjective field formed and sustained in the relationship between analyst and patient. The author focused on the issues related to the treatment of regressed and traumatized patients, seeking to establish with them a communication that would allow the treatment to proceed. By thinking communication as affective and authentic tuning, distant from any stereotyped and hypocritical posture, Ferenczi ends up reinventing the psychoanalytic technique. This article aims to explain and discuss Ferenczi's contributions to communication in an intersubjective perspective. From the research on the concept of communication in the author's work emerged three categories of analysis: Communication of/in the trauma; Communication, regression and its obstacles and Communication in analytical technique. From

these categories, Ferenczi's conceptions and theoretical and technical developments about communication were explained.

Keywords: communication, intersubjectivity, Ferenczi.

Introdução

Sándor Ferenczi, psicanalista húngaro, a partir do intenso intercâmbio que promoveu com Freud e com outros interlocutores, das próprias questões pessoais, de sua sensibilidade e prática clínica, produziu um legado singular. A herança deixada por Ferenczi envolve desde concepções teóricas inovadoras em relação aos paradigmas postulados por Freud, até o desenvolvimento de técnicas que visavam acessar outros modos de funcionamento subjetivo que extrapolam o campo das neuroses clássicas (Nasio, 1995). Trata-se, portanto, de um autor que, a despeito das críticas e do ostracismo a que sua obra foi submetida durante tantos anos, produziu reflexões profundas e atuais para o campo psicanalítico.

Além de ter produzido uma obra original, Ferenczi foi pioneiro ao apontar as imbricações das subjetividades de paciente e analistas formadas e sustentadas na relação analítica. Ao contrário de Freud que sustentava o tratamento sob o domínio da abstinência e da frustração, Ferenczi destacou-se por sua postura terna junto aos pacientes, enfatizando a empatia e a necessidade da adaptação do analista ao paciente. O autor sustentou-se ao longo de sua prática clínica nos princípios da indulgência e do relaxamento, demonstrando que estes não eram apanágios exclusivos de uma postura materna, conforme apontado por alguns contemporâneos e pelo próprio Freud (Nasio, 1995).

Enquanto Freud buscou desenvolver construções teóricas e técnicas direcionadas aos pacientes neuróticos, Ferenczi debruçou-se na construção de recursos teóricos e técnicos voltados para os pacientes considerados não-analisáveis como, por exemplo, os *borderlines*, os psicóticos e aqueles com transtornos somáticos que tinham a regressão como característica comum. Esses pacientes impunham desafios ao método de tratamento clássico das neuroses, orientado pela associação livre por parte do analisando, pela atenção flutuante e pela interpretação do material edípico recalcado. Tendo em vista tal dificuldade, como tratar esses pacientes? Como estabelecer com eles uma comunicação que permitisse ao tratamento avançar?

Buscando responder essas questões, Ferenczi inaugura uma clínica viva, alicerçada no viés intersubjetivo. Concebe a comunicação entre paciente e analista como sintonia afetiva, autêntica e distanciada de qualquer postura estereotipada ou hipócrita e apresenta-se como um dos precursores a assinalar a importância do ambiente na constituição do psiquismo e de sua adaptação à subjetividade nascente, ênfase radicalizada por Winnicott (Mello, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015).

Na clínica ferencziana, a questão da comunicação torna-se primordial. Para analisar os diferentes quadros psicopatológicos refratários às abordagens clínicas tradicionais, torna-se necessário rever o que se entendia como comunicação na clínica psicanalítica até então, centrada na análise da transferência e na interpretação, uma vez que a clínica de ferenczi era composta por pacientes refratários às interpretações, regredidos, com dificuldades para fantasiar e simbolizar. Ao buscar tratar esses pacientes, Ferenczi evidencia a necessidade desenvolver técnicas que pudessem fazer face as dificuldades apresentadas por esses sujeitos tão diferentes dos clássicos neuróticos freudianos. Nesses pacientes imperavam um modo de organização psíquica cujas raízes remontavam a experiências traumáticas precoces que carecem de simbolização formando um campo sensível. Ferenczi começa assim a esboçar a necessidade de empréstimo do analista de sua capacidade de sentir, fantasiar e pensar frente a situações em que impera a aridez e o silêncio.

De acordo com Ferenczi (1934), as marcas impressas na fase inicial da vida psíquica permanecem gravadas num plano de difícil acesso por meio da palavra, da memória verbal e, conseqüentemente, da interpretação. Essas marcas, correlatas ao que Piera Aulagnier (1976) denomina de pictograma, formam parte de acervo psíquico inscrito na memória corporal, governado por mecanismos inconscientes dificilmente acessíveis por meio de intervenções verbais. Trata-se de uma memória e de uma forma de conhecimento de si e do mundo de natureza sensível, não representáveis por palavras. Nesse plano da experiência subjetiva faz-se necessário contar com os recursos psíquicos de um outro (Kaes, 2011) para que se estabeleça uma comunicação que possa produzir sentidos às experiências. Essa comunicação que permite a criação de representações que permitem dar sentido às experiências sobre si mesmo e sobre o mundo articula-se,

fundamentalmente, a partir da ressonância afetiva e da sintonia emocional (Pimentel & Coelho-Jr, 2009).

Tendo por objetivo acessar o mundo interno e estabelecer uma comunicação com seus pacientes, Ferenczi concebeu uma série de procedimentos técnicos. Dentre os conhecidos, destaca-se a técnica ativa que visava solucionar a estagnação do processo analítico. Algum tempo depois, criticou-a, insistiu na necessidade da elasticidade da técnica analítica e concebeu o que chamou de princípio de relaxamento e neocatarse. Todas essas criações dizem respeito às suas tentativas de, junto com seus pacientes, construir e reconstruir uma cena ainda não verbalizada, sensível e carente de representações (Klautau, Ferreira & Souza, 2008). Em seus textos clínicos, ficam claras as suas intenções e esforços para acessar pacientes que se encontravam regredidos e traumatizados e para sustentar com eles uma comunicação verdadeira, despida de qualquer hipocrisia. Além das contribuições citadas anteriormente, Ferenczi também foi pioneiro em redimensionar a importância dada aos aspectos reais das situações, particularmente àquelas relacionadas aos abusos sexuais cometidos por adultos contra crianças. O autor não desconsidera a teoria da sedução formulada por Freud, mas insiste no valor do trauma na etiologia das neuroses.

Sandór Ferenczi manteve-se fiel ao princípio de que se a técnica atual não funciona para alguns pacientes, o que deve ser modificado é a técnica e não o paciente, cabendo ao analista produzir as adaptações necessárias. Para ele, a análise deve durar enquanto o paciente continua a buscar ajuda e cabe ao analista utilizar todos os recursos disponíveis para sustentar, com ele, a comunicação. Para tanto, dever despir-se da hipocrisia, da racionalização e da frieza que, muitas vezes, se tornam lugares comuns durante o tratamento analítico.

Ao criticar o engessamento que pode se abater sobre o tratamento analítico a partir da postura do analista, evidencia também modos de funcionamento subjetivos que extrapolam a possibilidade de representação e convocam a manutenção de um olhar e de uma escuta sensível à multiplicidade colocada em pauta pelo psiquismo. Para o autor, a possibilidade de metaforizar é apenas uma dentre as tantas técnicas que viabilizam a comunicação e, assim sendo, não deve ser considerada operação da linguagem exclusiva no campo analítico, embora sua importância seja inegável (Gondar, 2010).

Para Ferenczi (1934) falar é uma das formas de expressar o que é sentido, entretanto, essa via de expressão nunca abarca completamente todo o campo sensível e suas marcas constitutivas. Essa concepção se mostra ainda mais evidente quando se busca compreender os efeitos do trauma no psiquismo e eleger formas de intervenção frente à sua constatação. No tratamento de pacientes traumatizados, a palavra mostra-se amiúde, insuficiente para dar conta da experiência. Na narrativa do traumático há um paradoxo que põe em jogo algo para além das palavras do paciente. Há, nessas situações, que se considerar que “não se trata simplesmente de narrar o que aconteceu, mas de fazê-lo, ao mesmo tempo, que se admite que o que aconteceu não faz parte do narrável” (Gondar & Antonello, 2016, p. 18). Sendo a psicanálise fundada como uma *talking cure*, como transpor para o campo clínico concepções teóricas e técnicas que possam favorecer o contato e a comunicação com esses pacientes, permitindo a comunicação dos mesmos com seus aspectos internos e, ao mesmo tempo, incluir aquilo que é indizível?

Tendo em vista as questões suscitadas, este artigo tem como objetivo apresentar e discutir as contribuições de S. Ferenczi para a comunicação. A fim de alcançar o objetivo proposto, foi realizada pesquisa sobre a temática da comunicação na obra do autor que abarcou desde sua concepção sobre o tema, até os impasses frente a ele e as saídas técnicas propostas para que a comunicação pudesse ser favorecida no processo analítico. Dessa pesquisa emergiram as seguintes categorias de análise: Comunicação do/no trauma; Comunicação, regressão e seus entraves e Comunicação na técnica analítica.

Comunicação do/no trauma

A noção de trauma tem na obra de Ferenczi em lugar privilegiado. O autor, além de apresentar uma perspectiva original em relação às ideias freudianas sobre o assunto, associa o trauma à comunicação, localizando-o como resultado dos fracassos e desencontros entre as comunicações infantis e as comunicações do ambiente, representado por adultos não empáticos. Apesar de a concepção de trauma ter sido introduzida no campo psicanalítico por Freud e Breuer, sem dúvida, foi Ferenczi quem iniciou uma ampliação desse conceito, relacionando-o

não apenas à realidade psíquica, mas também à realidade concreta das experiências e das relações intersubjetivas.

Cabe destacar que a clínica ferenczina era composta, sobretudo, por pacientes que não se amoldavam aos critérios diagnósticos predominantes nas neuroses, como formuladas por Freud (1894). Tratava-se, principalmente, de pacientes traumatizados e regredidos que exigiam do analista uma presença efetiva, empática e crédito quanto a acontecimentos relatados por eles, que frequentemente eram escutados com descrédito e indiferença. Em relação ao trauma, Ferenczi propõe técnicas para favorecer o acolhimento das comunicações desses pacientes, permitindo manter a sequência do tratamento.

A noção de trauma, presente desde os primórdios da psicanálise como uma noção fundadora, refere-se a um acontecimento que, por sua violência e subtaneidade, provoca um afluxo de excitação suficiente para colocar em xeque os mecanismos de defesa do Eu habitualmente eficazes. O traumatismo produz, na maioria das vezes, um estado de sideração e acarreta, em maior ou menor prazo, uma desorganização na economia psíquica (Mijolla, 2005).

Para Freud (1895), o trauma, inicialmente considerado como fator etiológico da histeria, é relacionado a eventos concretos de sedução infantil, que são ressignificados na puberdade. O autor acreditava que o que tornava uma experiência traumática era a incapacidade de o aparelho psíquico evacuar, segundo o princípio de constância, o excesso de excitação, quer esta provenha da ação patogênica de um evento brutal ou de uma série de incidentes cujos efeitos se adicionavam. Posteriormente, Freud descrente quanto à grande quantidade de relatos acerca de atos de sedução de adultos em relação às crianças, passa a considerar o trauma como efeito de produções fantasiosas. A ênfase dada ao trauma recai agora sobre a representação vivenciada como um corpo estranho no interior do psiquismo, não mais como efeito psíquico da realidade de um evento, marcada pelas relações com os outros.

Enquanto Freud considera o trauma fundamentalmente um fenômeno intrapsíquico vivido individualmente por cada sujeito, com base na maneira como uma situação é representada e experienciada, Ferenczi pensa o trauma, eminentemente, como um fenômeno relacional, intersubjetivo. A partir de 1928, este último passa a considerar que o objeto tem papel determinante em relação ao

destino traumático de um acontecimento. Caso o objeto não possa se adaptar às necessidades do sujeito e fornecer ou legitimar um sentido ao vivido, interrompe-se o processo de introjeção e de inscrição psíquica. Frente ao desamparo, o psiquismo se defenderia por meio da clivagem das impressões traumáticas ou da comoção psíquica, da qual não resta memória.

Destaca-se, então, o papel crucial do outro e a adaptação como faceta necessária para o estabelecimento da comunicação. O cerne da experiência traumática se constitui pelo não acolhimento da criança, pela violação de sua experiência lúdica e franca e pela desqualificação de suas vivências mais intensas e genuínas. Essencialmente, o que torna as experiências traumáticas são as dificuldades encontradas na relação da criança com seu meio quando este se mostra incapaz de se adaptar às suas necessidades de modo empático.

Ferenczi evidencia que o trauma é um fenômeno relacional decorrente da incapacidade por parte dos adultos para manter o contato e acolher de forma justa, empática e sem hipocrisia as experiências infantis. O trauma, portanto, é para o autor algo decorrente de quebras no contato e na comunicação vivido intersubjetivamente e não apenas um fenômeno dependente das capacidades individuais de elaboração. Desse ponto de vista, manter a ideia do trauma relacionada às capacidades individuais de elaboração seria fechar os olhos e os ouvidos à participação do outro nas experiências infantis que acabam por ser vividas na incompreensão, na confusão e na solidão. Para o autor, o que mina os recursos subjetivos e faz adoecer é a relação de negação sustentada por uma comunicação hipócrita e desprovida de acolhimento. Nesse sentido, o que se produz é o bloqueio a iniciativa de simbolização da experiência. Além das dificuldades citadas, o autor evidencia também os limites do tratamento frente ao que permanece incomunicável da experiência, revelando um excesso que ultrapassa o domínio do representável.

Um texto clássico, conceitual e paradigmático de Ferenczi (1932), sobre a natureza do trauma é “A confusão de línguas entre crianças e adultos”. O autor ilustra as suas ideias evocando as situações que envolvem o abuso sexual e suas contribuições recaem sobre os intercâmbios que se estabelecem entre três figuras: uma criança abusada sexualmente, um adulto abusador e um adulto que se posiciona junto à criança a respeito do ocorrido com o desmentido. Neste texto,

ficam evidenciados os fracassos da comunicação enquanto sintonia afetiva e seus efeitos sobre o psiquismo. Cabe destacar que a noção de trauma não se restringe às situações sexualmente abusivas. Mas, nestas, encontramos o protótipo das operações psíquicas que se estabelecem na experiência traumática. Tais operações abarcam a prematuridade do psiquismo frente às situações que produzem um exacerbado *quantum* de excitação, bem como as desesperadas tentativas de comunicação do *infans* e seus fracassos frente a um meio que desmente.

Ferenczi (1932) assinala que a criança seduz o adulto, mas essa sedução não pode ser dissociada do componente lúdico. Ele não desconsidera a sexualidade infantil proposta por Freud (1905), mas enfatiza que se trata de um funcionamento anterior ao primado da zona genital, o que permite identificá-lo ao predicado lúdico ou ao estágio do amor objetal passivo. Para Ferenczi (1930), o desejo da criança, “mesmo no que diz respeito às coisas sexuais, é somente o jogo e a ternura, e não a manifestação violenta da paixão” (p. 64). Para o autor, a linguagem que a criança utiliza é a linguagem da ternura que se configura como antítese de qualquer estimulação erotizante.

Observa-se, no encontro do adulto sedutor com a criança, uma confusão entre as linguagens e os referenciais de cada um. A criança seduz através da linguagem da ternura, ao que o adulto abusador responde por meio da linguagem da paixão. Ao corresponder dessa maneira, o adulto se utiliza de uma interpretação diferente daquela da criança, que ainda não conta com a unificação das pulsões sexuais. Destaca-se, nesse momento, uma total dissintonia afetiva e comunicativa entre a criança e o adulto que a utiliza como objeto de uso sexual erotizado, constituindo o segundo tempo da cena traumática em que o adulto abusa sexualmente da criança.

Diante desse desencontro de linguagens, a criança busca suporte junto a um objeto de confiança que desempenhe a função de intérprete para compreender o que foi vivenciado, na medida em que não dispõe de elementos suficientes para elaborar o ocorrido (Canavê, 2013). Como resposta a esse apelo, a criança, entretanto, só encontra um adulto que não consegue entrar em contato com o que se passou, seja por não suportar o horror que a situação lhe gera ou por não acreditar em seu relato (Pinheiro, 1995).

Nessa dinâmica, um terceiro momento na cena traumática se constitui. Quando a verdade trazida pela criança é desacreditada por um adulto, isto configura o que Ferenczi denomina de desmentido. O que está em jogo na dinâmica do desmentido não é o fato do abuso ter sido factual ou fantasiado, mas sim na desautorização pelo adulto da verdade da criança e de suas percepções. Nota-se que a perspectiva do autor se apresenta absolutamente vinculada à dinâmica intersubjetiva que permeia as relações da criança com seu entorno, particularmente a família.

O trauma para o autor decorre, fundamentalmente, dos impedimentos do meio quanto ao acolhimento das comunicações infantis, tendo em vista os efeitos emocionais que essas comunicações produzem nos adultos. Negar a veracidade dos acontecimentos comunicados pelas crianças é uma forma de defesa do adulto, que se refugia na incredulidade, mas produz, no psiquismo da criança, efeitos devastadores. O que traumatiza é a negação das comunicações da criança em sua verdade veiculada na relação com os adultos. Em relação a isso, o autor no texto “Reflexões sobre o trauma” (1934) afirma que:

“o comportamento dos adultos em relação à criança que sofreu o traumatismo faz parte do modo de ação psíquica do trauma [itálico nosso]. Eles dão, em geral, e num elevado grau, prova da incompreensão aparente. A criança é punida, o que, entre outras coisas, age também sobre a criança pela enorme injustiça que representa. [...] exige-se da criança um heroísmo do qual ainda não é capaz. Ou então os adultos reagem com um silêncio de morte que torna a criança tão ignorante quanto se lhe pede que seja” (Ferenczi, 1934, p. 127).

Quando desmentida, a criança incorpora o objeto adulto abusador, identificando-se com o agressor como reação à realidade dolorosa. O objeto agressor é incorporado graças a uma situação de “transe traumático” (Ferenczi, 1932, p. 102) – que Ferenczi chega a chamar de “psicose passageira” (Ferenczi, 1930, p. 64) – na qual o abuso, fonte de desprazer, dá lugar a um cenário de ternura. Ferenczi se refere a um dos efeitos do trauma como uma espécie de retorno a uma “beatitude pré-traumática” (Ferenczi, 1932, p. 104), através da qual se espera anular os efeitos negativos ao choque vivido. Essa beatitude, reativa, configura-se como solo fértil para o surgimento das independências forçadas, das inversões geracionais e do amadurecimento como defesa.

Nesse contexto, cabe questionar o que o adulto comunica à criança quando a desmente. Pode-se pensar que o que se comunica à criança de sua experiência é basicamente a impossibilidade de vir a ser compreendida e acolhida em sua experiência de confusão e caos, desencadeada pela paixão não interdita do adulto. Nessa circunstância imagina-se os sentimentos da criança de desespero, de agonia e desesperança em poder se comunicar, como foi, mais tarde, postulado por Winnicott (1963) e em poder compreender o que se passou consigo.

Ferenczi (1934) postula, como efeito do trauma, a ocorrência de uma cisão na personalidade, noção próxima ao *falso self*, desenvolvida por Winnicott (1964), na qual uma parte do Eu sente, mas não compreende, ao passo que a restante compreende tudo, embora esteja desprovida da capacidade de sentir. É importante observar que, à medida que a criança não tem condições de produzir modificações no ambiente intrusivo, dada sua pouca idade, não lhe resta outra alternativa senão transformar a si mesma, engendrando uma nova subjetivação adaptada às circunstâncias externas. Nessas condições torna-se passiva, adaptável e sábia (Ferenczi, 1932; Mello, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015).

Nas situações traumáticas, entra em cena o mecanismo de autoclivagem narcísica (Ferenczi, 1931). O conceito de clivagem narcísica proposto pelo autor diferencia-se do conceito de clivagem proposto por Freud já que põe em evidência aquilo que não é passível de representação, como indicam as composições subjetivas marcadas por experiências traumáticas e pelo mecanismo da incorporação (Abraham & Torok, 1995). Neste caso, a mente se divide em duas partes que coexistem e se ignoram mutuamente. Se o neurótico se atormenta com os conflitos e manifestações do Inconsciente, o traumatizado ferencziano evidencia uma clivagem tão estável que as características da fragmentação só se fazem notar de modo pouco ruidoso para os que aceitam o esforço de procurar reconhecê-las (Canavê, 2013). Trata-se, contudo, de estabilidade reativa, típica da sabedoria forçada (Ferenczi, 1933).

Apesar da bifurcação do investimento narcísico (Verztman, 2002), o Eu se vê incessantemente em luta com sua tendência à integração, visto que a clivagem não se mostra suficiente para apaziguar os efeitos do trauma, fazendo com que o sujeito seja permanentemente reenviado a ele. O processo de reativação de experiências traumáticas pode se dar de inúmeras maneiras, como, por exemplo,

nas alucinações negativas, nos sonhos repetitivos e nas soluções perversas. Tais experiências dão indícios de que o psiquismo se encontra marcado pelo que extrapola a trama representacional (Bokanowski, 2002).

Ferenczi, a partir das construções sobre o trauma, evidencia a tragédia da criança e sua solidão ao identificar-se com a figura que lhe produziu um traumatismo. Trata-se de uma tragédia que, apesar de ser vivida de modo solitário, constitui-se intersubjetivamente. Nessa condição, a criança pode eleger como válvula de escape a autodestruição, preferida ao sofrimento mudo. É neste ponto que reside a importância de acolher as comunicações desses pacientes, em sua maior parte, sem palavras, que exigem a presença afetiva e empática do analista. Frente a esta dinâmica, caso o analista não esteja suficientemente atento, corre o risco de repetir a conjunção traumática identificando-se ora com a criança vítima, ora com o abusador e ora com o adulto que desmente. Nesse sentido, torna-se fundamental a observação da contratransferência, especialmente quando marcada por experiências primitivas ou regressivas que serão abordadas a seguir.

Comunicação, regressão e seus impasses

A compreensão e o acolhimento das comunicações do paciente, sobretudo, quando estas não se apresentam por meio das palavras, se colocaram como questão desde muito cedo na clínica ferencziana. Sobre a comunicação sem palavras, Freud (1912) já havia tecido considerações ao apresentar o conceito de transferência como repetição dos clichês estereotípicos do paciente com o analista. Dessa perspectiva, a tarefa analítica consiste na compreensão das comunicações inconscientes do paciente expressas pela repetição, retornadas a ele pelas interpretações do analista.

Contudo, como o analista deve agir quando o paciente apenas revive as situações sem conseguir produzir associações livremente? Como seria possível tornar as comunicações do analista compreensíveis a estes pacientes, especialmente quando se encontram regredidos? Uma vez que a condição de regressão produz modificações no modo de funcionamento psíquico, que passa a ser guiado fundamentalmente pelo processo primário e introduz demandas primitivas não satisfeitas pelas interpretações verbais reconstrutivas, como

proceder então? Antes de serem apresentadas as propostas técnicas de Ferenczi, cabe esclarecer o que está sendo denominado regressão.

Regressão, em latim, significa volta, recuo e retrocesso ou retorno a um estado menos evoluído. Mijolla (2005) assinala que não existe uma definição psicanalítica muito precisa de regressão e o interesse por esse conceito se relaciona à noção de temporalidade: “Pode-se dizer que ela representa uma articulação entre a intemporalidade do Inconsciente, os processos primários e a temporalidade dos processos secundários” (pag. 1589).

Segundo Peixoto (2013), a regressão foi vista por muito tempo, especialmente pelos seguidores de Freud, como algo a ser tratado exclusivamente pelo viés da interpretação, sendo que as demandas provenientes desse estado deveriam ser respondidas com abstinência e privação. A regressão foi tema de discussão entre Freud e Ferenczi e suas posturas e concepções teóricas em relação a ela marcaram fortemente a técnica de ambos. Enquanto Freud insistia na abstinência por parte do analista e na privação por parte do analisando em relação às demandas regressivas, Ferenczi, por sua vez, formulou as noções de técnica ativa, elasticidade, empatia e tato.

Enquanto para Freud a análise favorecia a regressão a períodos primitivos relacionados aos conflitos edípicos, para Ferenczi esse fenômeno, sobretudo apresentado pelos pacientes que atendia, remetia a momentos ainda mais primitivos do desenvolvimento que ele denomina como “estágio do amor objetal passivo” (Ferenczi, 1933, p. 118). Para ele, neste estágio indícios do amor objetal já podem aparecer, mas somente como fantasia, de forma lúdica. Nesse período de ternura, caso se imponha às crianças mais amor, ou um amor diferente daquele que desejam, isso pode acarretar as mesmas consequências patogênicas que a privação de amor. Em outras palavras, nesse período inicial as demandas são de natureza terna e consistem em manter a fusão sem intrusão. A descrição ferencziana do estágio do amor objetal passivo pode ser associada à fase da dependência absoluta descrita por Winnicott (1967). Quando há rupturas na continuidade e sustentação das demandas desse estágio um efeito de traumatismo se faz notar, sendo um de seus principais efeitos a diminuição do prazer de viver (Moreno & Coelho Jr, 2012).

Cabe salientar que, para que a medida de amor oferecida pelo adulto à criança não ultrapasse certo limiar e não se converta em intrusão, deve haver entre eles uma comunicação experimentada como sintonia afetiva. Caso falte a possibilidade de o adulto sintonizar-se na mesma frequência afetiva que a criança, a comunicação entre eles fica impossibilitada, resultando daí uma quebra precoce nas experiências de fusão e ternura necessárias nos primeiros momentos.

É possível afirmar que, do ponto de vista ferencziano, a regressão durante o tratamento diz respeito a duas situações fundamentais de natureza transferencial: a primeira relacionada à reatualização de demandas primitivas de amor terno; a segunda relativa à reedição dos efeitos traumáticos experimentados quando as demandas ternas e lúdicas são correspondidas com elementos que extrapolam os interesses infantis e que geram intrusão, quebra de continuidade e de confiança. Souza (2003) traz contribuições importantes sobre a dinâmica intersubjetiva envolvida na regressão, assinalando que, nessa condição, o trauma deve ser pensado como falha na relação entre o sujeito e o outro, e não como essência estruturante.

Nos pacientes regredidos, as manifestações sintomáticas mostram-se relacionadas a um momento do desenvolvimento em que a linguagem verbal ainda não se encontra plenamente constituída e as demandas se mostram submetidas ao processo primário. Nesse sentido, as comunicações feitas pelos pacientes regredidos ao analista mostram-se análogas às demandas do período denominado por Ferenczi de amor objetal passivo ou estágio da ternura. Nesse momento, as palavras tornam-se elementos secundários face às demandas de sustentação, continuidade e fusão. Nesta reatualização transferencial as demandas são basicamente de natureza terna. A linguagem da ternura pode ser pensada como código comunicativo de um modo de ser, o estágio da ternura, que tem como característica relacional básica a sensação do mundo e de si mesmo de modo indivisível, numa continuidade decorrente do sentimento de pertinência (Gerber, 1999). Trata-se de uma vivência de fusão com o outro, na qual prevalece a completude e não a alienação de si. Na experiência de fusão os interesses mostram-se comuns a todos que compartilham o campo relacional que passa a ser vivido como um modo de ser.

As dificuldades observadas na comunicação com pacientes regredidos dada sua pobreza fantasmática, relacionam-se a momentos precoces do desenvolvimento e, nesse sentido, a linguagem adulta convencional parece não surtir efeitos esperados, por não poder ser compreendida. Nesses casos, uma das principais tarefas do analista é a de “traduzir para o paciente seus comportamentos primitivos que ainda prescindiam da linguagem, não apenas como intérprete, mas como um informante, ajudando o paciente a se dar conta do que vinha fazendo na situação analítica” (Peixoto, 2013, p. 65).

Balint (1959), apoiado nas considerações ferenczianas sobre a regressão, afirma que este estado pode ser atingido somente se paciente e analista tácita ou explicitamente concordam que deva ser alcançado. Nesse sentido, a regressão não é um fenômeno puramente intrapsíquico, mas intersubjetivo, no qual a resposta do analista ao paciente regredido é de extrema importância. O autor chama a atenção para diferentes posturas dos analistas em relação à regressão. Para o autor, é comum certos analistas não permitirem que a regressão (benigna) ocorra, particularmente se o trabalho analítico é realizado em numa área da mente acessível apenas às palavras. Outro grupo de analistas mostra-se tolerante a regressões, porém, talvez inconscientemente forcem seus pacientes a sair dela por meio de interpretações que demandam muito mais maturidade do que o paciente pode suportar. Este tipo de trabalho analítico também é mantido no nível verbal, permitindo vislumbres do tranquilo, não excitado estado pré-verbal, mas não permitindo ao paciente mergulhar na busca de uma fusão harmoniosa com o objeto analista.

Durante o tratamento, a moderação, a discrição e a reserva nas interpretações se fazem necessárias a fim de não se tornarem intrusivas ao paciente. As experiências mais genuínas de comunicação que envolvem o contato, a sintonia e a compreensão, ainda que silenciosas, devem preceder as expressões verbais que só devem ser oferecidas ao paciente quando este realmente precisar delas, evitando minar o processo criativo do paciente. Essas contribuições vão ao encontro do que é assinalado por Winnicott (1968) acerca da necessidade de o analista não impor sua própria organização ao caos do paciente a fim de não impedir suas verdadeiras experiências criativas, nem o deixar desesperançoso quanto a poder se comunicar.

Caso o analista não aja com tato, o que acaba por se reatualizar no tratamento analítico é um desencontro, uma confusão de línguas entre analista e paciente. Nesse contexto, as interpretações, construídas a partir de referências ao processo secundário, de uma linguagem adulta, acabam por não surtir os efeitos esperados. Tais comunicações não são compreendidas pelo paciente, porque este, ao contrário do analista, encontra-se submetido ao processo primário. Nesse contexto Ferenczi introduz a ideia de que o psiquismo e todos os seus fenômenos é marcado por diferentes linguagens e pela “pluritemporalidade” (Ferenczi, 1924, p. 278). Essa compreensão é importantíssima para uma mudança na postura analítica cuja ênfase passa a recair sobre a sustentação de certas experiências durante as repetições traumáticas e não apenas para as interpretações.

Sendo a regressão inevitável, cabe ao analista favorecer, ou pelo menos não impedir a regressão do paciente na situação analítica. Para isso, o analista deve suportar o processo analítico e descobrir a tensão máxima que o paciente pode tolerar e utilizá-la para o seu trabalho, cuidando para que a tensão não ultrapasse o seu limite. A partir de Ferenczi, os comportamentos, repetições ou *acting out* passam a ter a mesma importância das comunicações verbalizadas. Para ele, cabe ao analista traduzir para o paciente seus comportamentos primitivos que ainda prescindem da linguagem, ajudando-o a compreender aquilo que é atuado na situação analítica. Frente a essas considerações, pode-se afirmar que Ferenczi inaugura na psicanálise uma ética do cuidado não apenas a partir de suas concepções, mas também com base nas técnicas que desenvolveu que serão abordadas a seguir.

Comunicação na técnica analítica

Todos os empreendimentos técnicos que Ferenczi estabeleceu durante seu trabalho clínico visavam favorecer o contato e a comunicação com seus pacientes. As indagações ferenczianas acerca da técnica analítica direcionada para os pacientes regredidos e traumatizados partem da observação dos fenômenos intersubjetivos que marcam as formas de relação, de comunicação e de conhecimento que podem se estabelecer entre analista e paciente. Essas indagações, para o autor, se inserem numa prática que questiona os limites do que pode vir a ser conhecido (Coelho Jr, 2004), e, nesse sentido, permite o vislumbre

de uma ética e uma clínica voltadas para o cuidar, para além das interpretações cheias de sentido. Assim, as questões que emergem giram em torno do lugar que o outro ocupa, da maneira como se dá o relacionamento analista-paciente, assim como, as consequências, para o paciente, das falas e ações do analista. Entretanto, apesar da centralidade dessas questões, grande parte dos autores caros à história da psicanálise não chegaram a abordá-las de modo mais elaborado.

Em 1920, na comunicação apresentada no VI Congresso da Associação Internacional de Psicanálise, intitulada “Prolongamentos da ‘técnica ativa’ em psicanálise”, Ferenczi apresenta as primeiras formulações a respeito dos procedimentos técnicos utilizados com os pacientes resistentes ao método interpretativo. A técnica ativa consistia em fazer injunções ou proibições aos pacientes a fim de que a libido empregada em certos atos masturbatórios ou tiques, por exemplo, pudesse ser reinvestida no tratamento. Ferenczi aposta no aumento da tensão, possibilitado pelo desprazer imposto pela realização de uma tarefa obrigatória ou pela renúncia a certas ações agradáveis, como forma de exacerbar os sintomas e aumentar a violência do conflito.

Cabe destacar que a técnica ativa será iniciada por Ferenczi a partir da observação freudiana das resistências do Eu que se estabelecem frente ao trabalho analítico, e que frequentemente instam o paciente a se relacionar com o analista como um estranho que lhe está fazendo exigências desagradáveis (Freud, 1937). Para Freud, esta ação deve ser combatida a partir do princípio da privação, num estado de abstinência. Seguindo esta recomendação, Ferenczi estabelece a técnica ativa como medida a ser utilizada com pacientes resistentes ao método interpretativo. Entretanto, anos depois, em seu artigo “Contraindicações da técnica ativa”, Ferenczi (1926) nota que tal empreendimento, ao invés de diminuir, aumentava ainda mais as resistências ao tratamento. Diante dessa constatação, o aumento da tensão provocado pela frustração imposta pelo comportamento ativo do analista deveria ser abrandado. Dois anos mais tarde, Ferenczi propõe uma elasticidade da técnica psicanalítica que será adotada como nova ferramenta terapêutica (Pimentel & Coelho Jr, 2009).

A elasticidade da técnica referida por Ferenczi (1928) no texto “A elasticidade da técnica psicanalítica” se refere, sobretudo, à capacidade subjetiva do analista para se relacionar com o paciente a partir do tato e da empatia,

norteadores de sua ação. O tato psicológico, definido como “a faculdade de ‘sentir com’ (*Einfühlung*)”, envolve o estabelecimento de um contato empático e permite uma compreensão emocional sobre “quando e como se comunica alguma coisa ao analisando” (p. 32). Ao usar o tato como guia durante as sessões, Ferenczi introduz um novo elemento à técnica analítica, denominado por ele de empatia.

A empatia, do grego *empathia*, indica possibilidade de estar dentro, estar presente, viver com e como o outro o seu *pathos* (Coelho Jr, 2004). De acordo com Mijolla (2005) empatia é a representação concreta de um estado mental de outrem incluindo a qualidade emocional que lhe é própria. Assim, empatia. Ela implica, portanto, um modo de comunicação que se estabelece para além das palavras, abrangendo o campo sensível do contato afetivo com o outro. Pimentel & Coelho Jr (2009) assinalam que a empatia a tripla função da empatia: como uma forma de escuta, como um modo de comunicação e também como um fator terapêutico, já que produz efeitos na relação analista-paciente. Trata-se, portanto, de uma forma de conhecimento intuitivo complexo de outrem, possível através dos processos de identificação que é essencial para a comunicação psicanalítica (Mijolla, 2005).

Ferenczi abre as portas para a investigação do complexo campo das experiências intersubjetivas na situação analítica ao explicitar que o analista tem a sua sensibilidade como principal instrumento de compreensão da experiência psíquica do paciente. Entretanto, para que a empatia possa vir a ser utilizada como via de comunicação no tratamento analítico ela exige como contrapartida que o analista seja ele próprio analisado e que controle sua contratransferência. Esse cuidado torna-se importante na medida em que, somente ao compreender suas próprias moções inconscientes mobilizadas no contato com o outro, é que o analista pode posicionar-se de modo realmente terapêutico, evitando ser evasivo ou intrusivo pela ansiedade do contato ou mesmo confundir a linguagem da ternura com a linguagem da paixão. Cabe destacar aqui o pioneirismo de Ferenczi ao compreender a contratransferência como uma forma de comunicação do analista com as vivências indizíveis de seus pacientes, noção desenvolvida posteriormente por Racker (1948) e Heimann (1960).

Empatia e tato são noções que se imbricam na obra de S. Ferenczi, sobretudo, quando concebidas como instrumentos clínicos capazes de superar

gradualmente os limites impostos pelo método interpretativo. Para Ferenczi (1928) não se trata de tornar a experiência algo puramente sensível, sem direcionamento ou rigor teórico, mas de uma necessária a distância e diferenciação do paciente a fim de não invadir e despotencializar as produções com os conteúdos do analista.

Para Ferenczi, o trabalho clínico exige do analista que ele se despoje da hipocrisia e da frieza que podem transformar a análise em um procedimento burocrático, engessado e carente de autenticidade e vitalidade. A hipocrisia é uma face do desmentido, e ocorre durante o tratamento quando o analista não consegue perceber seu paciente com necessidades próprias e reconhece-las; ao contrário, as nega, reforçando a clivagem (Ferenczi, 1932). Ao aplicar uma técnica a despeito do paciente, o analista acaba por se tornar hipócrita, dissimulando seus reais sentimentos e percepções, reeditando a experiência traumática e relançando seu paciente na desesperança quanto a poder se comunicar, desmentindo-o.

Frente a situações em que a teoria ou a técnica analítica encontram seus limites, cabe ao analista reconhecer as limitações de seu saber e ter modéstia, que “não é uma atitude aprendida, mas a expressão da aceitação dos limites” (Ferenczi, 1928, p. 36). O fanatismo por interpretações faz parte das doenças da infância do analista e, nesse sentido, cabe ao analista tratar sua própria neurose e adaptar-se ao seu paciente, não o contrário. Quando o analista mantém postura de frieza e hipocrisia acaba por produzir pacientes submissos, comunicando-lhes, mais uma vez, que a eles cabe apenas adaptar-se ao mundo do qual podem ser apenas observadores, nunca seus agentes. O analista, assim, acaba por reproduzir a mesma cena que tornou os pacientes frágeis e incapazes de reagir frente à onipotência do outro. Nesse caso, o que é comunicado é a linguagem da indiferença (Verztman, 2002).

Ao propor que o analista se despoje do peso de um saber *dado a priori* e mergulhe numa clínica que se dá de modo compartilhado e fundamentado na confiança, Ferenczi acaba por propor uma ética do cuidado (França & Rocha, 2015), que convoca o analista a tomar o lugar, não apenas de ouvinte, mas de testemunha (Gondar & Antonello, 2016), garantindo o acolhimento e a hospitalidade do espaço criado entre ele e seu paciente (Osimo & Kupermann, 2002).

Considerações finais

Ao postular o *setting* analítico como espaço de comunicação, possível apenas a partir da implicação do analista no tratamento, da sintonia afetiva sustentada, da empatia e do tato, Sándor Ferenczi abre caminhos para uma série de desdobramentos na história da técnica e da teoria psicanalítica. Apesar de sua obra ter sido deixada no ostracismo por tanto tempo, o pensamento ferencziano tem sido cada vez mais retomado e mostra-se, não obstante, desconcertantemente atual. O autor mostra-se ousado ao denunciar a burocrática hipocrisia e a frieza do analista mascaradas de técnica e insiste que o mais importante para um trabalho verdadeiro, vivaz e efetivo, é a análise pessoal do analista a fim de lhe permitir compartilhar nos espaços comuns proporcionados pela intersubjetividade com o analisando suas dores e esperanças.

Ao vislumbrar as particularidades subjetivas de configurações que escapavam às neuroses clássicas, Ferenczi buscou reformular a teoria e a técnica. Estas, sim, precisavam ser ampliadas para abranger o que a psicanálise, até então, entrevia com muita reserva. Quanto aos pacientes traumatizados, clivados, deveriam ser ajudados a partir de uma postura benevolente, afinal, trata-se de sujeitos que sofrem o silêncio de morte de um entorno que se mantém inacessível às suas comunicações e apelos. Ferenczi, para além da frustração e da responsabilização, alerta os analistas a não impedirem as comunicações de seus pacientes, a não desmenti-los e vai além ao demonstrar que a clínica psicanalítica não está pronta, mas deve construir-se e reconstruir-se continuamente de forma partilhada.

Comunicação e intersubjetividade em D. W. Winnicott

Communication and intersubjectivity in D. W. Winnicott

Resumo

As contribuições de W. D. Winnicott para a temática da comunicação são bastante originais e relacionam-se, sobretudo, à empatia, às experiências e vivências emocionais e ao silêncio. Neste trabalho, discute-se a noção de comunicação para Winnicott, tendo em vista suas propostas remetidas à teoria da intersubjetividade. Para tanto, foram analisados artigos da obra do autor nos quais a temática da comunicação foi abordada. Da investigação dos textos, emergiram categorias de análise teóricas, dentre as quais, para apresentação neste trabalho, foram selecionadas as seguintes: comunicação na fase de dependência absoluta; comunicação e o relacionamento com os objetos; dois tipos de não comunicação e comunicação nas propostas terapêuticas de Winnicott. Do ponto de vista winnicottiano, a comunicação diz respeito a um processo psíquico precoce que nasce e é sustentado pela intersubjetividade.

Palavras-chave: comunicação, Winnicott, intersubjetividade.

Abstract

The contributions of the D. W. Winnicott on this matter are very original and relate, above all, to empathy, to emotional experiences and perception, and to silence. In this paper, we discuss the notion of communication for Winnicott, in view of his propositions relating to the theory of intersubjectivity. In order to do this, we analyzed articles from the work of the author in which he approached the communication theme. From the investigation of the texts emerged categories of theoretical analysis, among which we selected the following to present in this paper: communication in the stage of absolute dependence; communication and the relationship with objects; two types of non-communication; and communication in the therapeutic proposals of Winnicott. From the winnicottian

point of view, communication concerns an early psychic process that is born and sustained by intersubjectivity.

Keywords: communication, Winnicott, intersubjectivity.

Introdução

A temática da comunicação ocupa nos trabalhos de D. W. Winnicott um lugar bastante privilegiado, perpassando toda a sua obra. A perspectiva winnicottiana de comunicação mostra-se totalmente marcada pela intersubjetividade, ressaltada na máxima de que não existe essa coisa chamada bebê, uma vez que, tanto o bebê quanto sua mãe só são concebidos a partir do viés relacional (Winnicott, 2000/1951; 2006c/1970). A intersubjetividade é fundada, para o autor, a partir das trocas entre mãe e bebê, que, nos primeiros momentos, não podem ser compreendidos como sujeitos separados (Graña, 2008).

A importância dada por Winnicott à intersubjetividade e ao ambiente para a construção da subjetividade e das possibilidades de comunicação pode ser considerada um aspecto que o distingue dos outros autores da Escola Inglesa de Psicanálise, como M. Klein e A. Freud. Apesar de Klein ter influenciado o pensamento de Winnicott, sobretudo no que diz respeito ao mundo interno, aos seus objetos e à fantasia, as divergências entre eles giravam em torno do efeito produzido pelo ambiente e da importância dada por ele às primeiras relações reais. Para o autor, o ambiente não é apenas experimentado pelo sujeito a partir de seus recursos internos, o ambiente é constitutivo, antecedendo-o.

A inclusão da questão da intersubjetividade no arsenal psicanalítico é historicamente recente e não se dá sem debates e divergências (Coelho, 2012). Diante de uma comunidade psicanalítica que focalizou por décadas o funcionamento psíquico de um ponto de vista intrapsíquico, a passagem explícita do eixo de trabalhos psicanalíticos para a dimensão intersubjetiva produz muitas tensões. As divergências se dão, sobretudo, pelo receio de que o uso indiscriminado do conceito retire a ênfase clínica e teórica dos trabalhos psicanalíticos da dinâmica intrapsíquica, dos conflitos do inconsciente e da sexualidade e passe para “uma área etérea e pouco precisa da dimensão relacional” (Coelho, 2012, p. 8). Considerando que a aceitação da

intersubjetividade no meio psicanalítico é bastante recente, podemos imaginar as resistências às teorias de Winnicott à época.

Além de formular uma teoria da comunicação atrelada à noção de intersubjetividade, Winnicott confere, à capacidade de se comunicar outras características bastante peculiares. Para Winnicott, a comunicação será concebida fundamentalmente como uma comunicação silenciosa, sobretudo no início da vida (Winnicott, 1975/1967). A primazia dada pelo autor à comunicação não recai sobre as palavras, mas sobre a empatia, sobre as experiências emocionais e sobre o silêncio.

Estendendo essas concepções para o tratamento analítico, percebemos o impacto que elas imprimem sobre a técnica psicanalítica. As ideias de Winnicott sobre a comunicação promovem mudanças importantes no manejo da técnica que envolve o uso do espaço terapêutico, incluindo o uso das interpretações e do silêncio.

Seguindo esse viés, Coelho (2012) aponta que Winnicott reafirma uma mudança de ênfase que já havia sido iniciada por Ferenczi e Balint, na década de 1940. Essa mudança seria caracterizada, de um lado, por transformações na técnica clássica – com a relevância dada à alteridade do analista, à inclusão da dimensão contratransferencial e às mudanças no trabalho interpretativo – e, de outro, por novas formulações teóricas que passaram a incluir conceitos que indicavam a necessária inclusão do outro como objeto (externo) e como elemento constitutivo do psiquismo. Tal mudança incluiu também as formas de comunicação não verbal em análise, as angústias e limites de pacientes *borderlines* e a atenção aos períodos pré-verbais da infância.

Tendo em vista toda a riqueza e a complexidade que permeiam a noção de comunicação na obra de Winnicott e seus desdobramentos, este trabalho pretende discutir as concepções de comunicação na obra do autor. A fim de alcançarmos o objetivo deste estudo, a comunicação será abordada a partir de algumas categorias teóricas de análise que emergiram de pesquisa sobre o conceito de comunicação na obra de Winnicott. As categorias com as quais trabalharemos nesse artigo são: Comunicação na fase de dependência absoluta; Comunicação e o relacionamento com os objetos; Dois tipos de não comunicação e Comunicação nas propostas terapêuticas de Winnicott.

Comunicação na fase de dependência absoluta

Winnicott (1983/1960) no artigo intitulado “Cordão: uma técnica de comunicação” apresenta uma ideia do que seria para ele a principal função da comunicação: favorecer a ligação e a integração de elementos não integrados. Apesar desse entendimento sobre a função da comunicação, esta não se dá pelos mesmos meios, nem visando aos mesmos propósitos, ao longo do desenvolvimento humano. As capacidades psicológicas relacionadas ao amadurecimento se distinguem em termos do próprio desenvolvimento e da qualidade do ambiente, que pode ser mais ou menos facilitador. Nesse sentido, cabe apresentar o modo como a comunicação se estabelece na fase inicial do desenvolvimento emocional, chamada por Winnicott de fase da dependência absoluta.

De acordo com Winnicott, no início, não é possível pensar num bebê com um *self* diferenciado do *self* da mãe, uma vez que o que marca os momentos iniciais do desenvolvimento é a fusão entre o lactente e sua mãe. Assim, para o bebê, a mãe e ele compõem uma mesma unidade. Para a mãe, essa fusão é possível pelo estado de preocupação materna primária, através do qual ela consegue acolher as comunicações de seu bebê e atendê-lo no tempo adequado (Winnicott, 1994d/1969).

A preocupação materna primária foi pensada por Winnicott como um estado psiquicamente regredido da mãe, no qual ela é capaz de estar sensível e atenta aos sinais que lhe comunicam as necessidades biológicas e narcísicas de seu bebê, permitindo-lhe atendê-las no tempo e na forma adequados. Dessa maneira, é possível evitar possíveis mal-entendidos na comunicação que originam a ausência ou a perda da mutualidade (Graña, 2008; Winnicott, 1994d/1969).

A comunicação no início da vida é basicamente uma comunicação silenciosa, favorecida pela preocupação materna primária e pela experiência de mutualidade. Para Winnicott (1994b/1963), nas fases iniciais do desenvolvimento, a comunicação silenciosa se relaciona com o aspecto subjetivo dos objetos. Essa comunicação precisa, entretanto, ser facilitada pelo ambiente ou pelo apoio do ego da mãe ao ego imaturo do lactente.

A comunicação silenciosa pode ser observada na experiência da amamentação, e tem, para Winnicott (2006b/1968), uma importância vital nas

primeiras trocas, vistas como as primeiras comunicações entre mãe e bebê. Entretanto, a amamentação não se limita à ingesta de leite e satisfação das necessidades físicas do bebê, mas se constitui em verdadeiras experiências emocionais que acompanharão a atividade alimentar. Durante a amamentação é enfatizado o papel da troca de olhares entre mãe e bebê, que tornam a comunicação um fato inegável. Graña (2008) afirma que, embora os bebês sejam alimentados por suas mães, a comunicação entre mãe e bebê só acontece efetivamente a partir do desenvolvimento de uma situação de alimentação mútua, reforçando o caráter intersubjetivo dessas primeiras trocas.

O conceito de comunicação silenciosa é introduzido por Winnicott na década de 1960, em seu artigo “Comunicação e não comunicação levando ao estudo de certos opostos” (1983c/1963), e será desenvolvido em dois outros importantes escritos que são “O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento emocional” (1975a/1967) e “A comunicação entre o bebê e a mãe e entre mãe e bebê, comparada e contrastada” (2006a/1968). Nesses textos, Winnicott enfatiza a primazia da empatia e do silêncio para a comunicação, para além das verbalizações, destacando ainda esses aspectos em relação ao tratamento analítico (Graña, 2008).

Nos momentos iniciais, a forma de a mãe se comunicar silenciosamente com o bebê se faz pura e simplesmente pela garantia que ela oferece da sua presença enquanto mãe-ambiente. Igualmente, a forma de o bebê se comunicar com a mãe reside no fato de permanecer vivo, de mostrar para a mãe que o seu seio e o seu alimento foram suficientes para garantir-lhe a sobrevivência. Nesse sentido, observamos como a comunicação entre mãe e bebê, ainda que sem palavras, assume vital importância para a dupla (Winnicott, 2006a/1968).

De acordo com Winnicott (1994d/1969), mãe e bebê chegam à mutualidade de maneiras diferentes, pois a mãe já foi um bebê, ao passo que o bebê o é pela primeira vez. Dada a dependência do bebê, essa mutualidade mostra-se subordinada à capacidade que a mãe tem de adaptar-se às necessidades do recém-nascido através da sustentação, *holding*, que envolve tudo o que ela faz no cuidado com seu bebê. A perturbação no estabelecimento da comunicação nesta fase primitiva da relação mãe-bebê pode ocorrer quando não existe o ambiente facilitador.

A comunicação silenciosa entre mãe e bebê se fundamenta na confiabilidade que a mãe transmite ao infante na medida em que permanece atenta a ele, protegendo-o das intrusões da realidade externa quando ele ainda não tem ferramentas para tal (Winnicott, 1994d/1969). Essas intrusões produzem rompimentos na linha da vida do bebê, constituindo traumas. O trauma é definido pelo autor como aquilo contra o qual um indivíduo não possui defesa organizada, seguido por um estado de confusão, acompanhado por uma reorganização das defesas primitivas (Winnicott, 1994d/1969, 1975c/1969). Para Winnicott, a consequência da capacidade de comunicação mútua entre mãe e bebê envolve a possibilidade de o bebê avançar no desenvolvimento, ou, tendo necessidade, regredir com a segurança de poder contar com um ambiente empático, vivenciando a onipotência e a criação, ao invés de vivenciar um cair sem fim, que caracteriza as angústias impensáveis.

Em 1967, no artigo “O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento emocional”, Winnicott apresenta outra nuance da comunicação entre mãe e bebê. Segundo o autor, apesar de a mãe ter o papel de espelho para o bebê, pois ao vê-la ele pode ver a si mesmo refletido no olhar dela, esse reflexo só será efetivo se, de fato, o bebê existir emocionalmente para sua mãe e puder ser, efetivamente, visto por ela (1975a/1967). Sobre o papel de espelho da mãe, Graña (2007) ratifica a impossibilidade de a mãe ser um espelho, marcado pela neutralidade, para o seu bebê. Para ele, o bebê passa a se ver através do que vem da mãe, de sua história e de suas projeções e, além disso, a mãe é incapaz de apreender direta e totalmente o ser do bebê. Observa-se que, para além das idealizações, a adaptação entre a mãe e seu bebê é sempre incompleta.

A ausência de um ambiente suficientemente bom produz falhas na comunicação inicial entre mãe e bebê e leva ao que Winnicott (1983c/1963) chamou de opostos e fracassos da comunicação. Para Winnicott, as situações patológicas envolvendo a não comunicação reativa podem ser observadas, por exemplo, nos casos de esquizofrenia infantil e no autismo. Nessas situações, vemos a falha da sustentação das comunicações entre a dupla mãe-bebê e os prejuízos para o desenvolvimento do lactente e para a relação entre ambos (Laznik, Maestro, Muratori & Parlato 2005). Caso as primeiras experiências de comunicação não sejam bem sucedidas, o bebê se vê às voltas com a experiência

da ansiedade impensável ou arcaica, experimenta um estado de confusão aguda ou conhece a angústia da desintegração, a desorientação e o isolamento completo por não existirem formas de comunicação (Santos, 1999; Winnicott, 1952, 1994d/1969).

A comunicação inicial, marcada pela fusionalidade e pela mutualidade, cede lugar, se sustentada pelo *holding* materno, ao relacionamento com os objetos. Esse relacionamento envolve primeiramente os objetos subjetivos e posteriormente os objetos objetivamente percebidos e os objetos transicionais. Nesse sentido, podemos discutir como se dá o relacionamento do bebê com esses objetos e em que medida favorece a capacidade de comunicação do lactente.

Comunicação e o relacionamento com os objetos

Para Winnicott (1983c/1963), o ato de comunicar-se está ligado fundamentalmente ao relacionamento com objetos. Entretanto, esta capacidade para relacionar-se com objetos não surge naturalmente com a maturação, na medida em que depende também da qualidade da provisão ambiental oferecida. Verifica-se que, até que o bebê possa se relacionar com objetos, ele precisará contar com um ambiente que sustente para ele essa possibilidade, apresentando os objetos no tempo adequado para que ele possa criá-los. Certamente, essa prontidão da mãe ambiente só é possível se uma comunicação mútua entre eles tiver se estabelecido.

As experiências emocionais iniciais são marcadas pela área da onipotência, na qual o bebê cria os objetos com a ajuda do próprio ambiente facilitador, que os dispõe para que possam ser criados. A experiência de onipotência envolve um paradoxo: o bebê está criando o que está lá para ser encontrado. Essa operação, muito mais que projetiva, é criativa por parte do bebê, mas depende de forma absoluta do ambiente facilitador. Embora o objeto deva ser encontrado para que possa ser criado, a ênfase incide na criação do objeto e não meramente na descoberta. Enquanto domina a onipotência criativa do bebê, as comunicações se estabelecem basicamente com os objetos subjetivos e de forma silenciosa.

A passagem do relacionamento com objetos subjetivos para o relacionamento com os objetos objetivamente percebidos depende em grande medida das frustrações do bebê, mediadas pelo ambiente, que evidenciam a

existência de um mundo que é não-eu. Na medida em que o objeto deixa de ser apenas subjetivo para ser percebido objetivamente, a criança, gradativamente, deixa a área de onipotência como totalidade da experiência vital. A criança pequena é capaz de resolver essa tarefa na medida em que seu ambiente lhe permite a aplicação de dois mecanismos psíquicos que servem à elaboração afetiva da nova experiência: a destruição e o relacionamento com os fenômenos transicionais (Castilho, 2012).

As ações destrutivas representam em si ações oportunas, através das quais o bebê experimenta de modo inconsciente se o objeto, afetivamente, pertence a uma realidade influenciável. O bebê não agride a mãe para objetivá-la, ele a objetiva como resultado da sobrevivência da mãe às suas agressões. Se a mãe sobrevive aos ataques destrutivos sem revidar, ele pode, então, se deslocar para um mundo no qual existem outros sujeitos. Nesse sentido, se a mãe suporta seus atos destrutivos como pessoa capaz de resistência, então ele se torna capaz, através de integração de seus impulsos agressivos, de amá-la de modo mais realístico e não apenas a partir de fantasias narcísicas de onipotência. Este ponto de vista afasta Winnicott da teoria que tende a conceber a realidade externa apenas em termos dos mecanismos projetivos do indivíduo. Considerando que o objeto possa ser constantemente destruído e sobreviver, o sentimento de externalidade contribui para a constância objetal. Seguindo esse caminho, o objeto pode, doravante, ser usado e não apenas criado.

Castilho (2012), ao comentar o papel da mãe em relação aos ataques destrutivos do filho, afirma que a agressividade envolvida nesta situação requer que ela compreenda as fantasias e desejos destrutivos de seu filho como algo que vai contra os seus próprios interesses e que, por isso, só compete a ele, como uma pessoa já autonomizada. Sendo assim, se um primeiro passo nessa delimitação recíproca é bem-sucedido, a mãe e a criança poderão se perceberem como dependentes do amor um do outro, sem terem de se fundir simbioticamente.

Além das relações estabelecidas entre os objetos subjetivos e os objetos objetivamente percebidos, cabe destacar um novo tipo de relacionamento objetal que se dá com o objeto transicional. Este relacionamento representa a primeira experiência não-eu da criança, capaz de favorecer as mediações entre o mundo interno e externo. Na teoria winnicottiana, o conceito de objeto ou

fenômeno transicional recebe três usos diferentes: como processo evolutivo, como etapa do desenvolvimento vinculada às angústias de separação e às defesas contra elas e como um espaço dentro da mente do indivíduo. Em termos da comunicação, os objetos transicionais ganham evidência, sobretudo, por tratarem de um domínio intermediário que envolve um intrincado diálogo entre os objetos subjetivos e os objetos objetivamente percebidos (Winnicott, 1975d/1971, 1975e/1971).

Na medida em que o objeto é subjetivo, é desnecessário que a comunicação com ele seja explícita, pois se trata de um objeto que é fruto da criação onipotente do infante. Quando o objeto passa a ser objetivamente percebido, a comunicação pode, então, ser explícita ou muda. De acordo com Winnicott, neste processo, aparecem duas coisas novas: o uso e o prazer individual de variados modos de comunicação e o *self* individual que não se comunica, ou o núcleo pessoal do *self* que é verdadeiramente isolado (Winnicott, 1963a).

Segundo o autor, a comunicação não silenciosa, que surge a partir do relacionamento com os objetos, é qualitativamente diferente daquela dos primeiros momentos, uma vez que nos primórdios a fusão domina a cena e ainda não há no bebê um *self* diferenciado. Nesse primeiro momento, a comunicação é implícita para a dupla e comunicar-se, nesse caso, significa simplesmente continuar a existir e continuar a se desenvolver de acordo com os processos pessoais de maturação (1983c/1963, 1994b/1963).

Para que a comunicação se torne explícita, é preciso que a criança passe pela experiência da não comunicação simples, que consiste simplesmente em repousar. É da não completude da comunicação silenciosa que surge a necessidade da comunicação verbal. Em outras palavras, é preciso que o silêncio seja elaborado, para que dele possa surgir a comunicação não silenciosa. Quanto ao outro oposto da comunicação silenciosa, “a não comunicação ativa ou reativa” (Winnicott, 1983c/1963, p. 171), o autor pensou em seus desdobramentos negativos e positivos.

Dois tipos de não comunicação

Ao abordar o tema da comunicação, Winnicott ressalta a importância do direito a não se comunicar. Direito caro, uma vez que protege quanto às fantasias de ser infinitamente explorado, devorado, engolido, ou simplesmente funciona como defesa diante da fantasia de ser descoberto. Essas considerações apontam a importância de se ter um espaço para o segredo, questão também abordada por Aulagnier (1979). Para ele, a comunicação teria dois opostos, a saber: a não comunicação simples e a não comunicação ativa ou reativa. Os dois opostos apresentam aspectos positivos e negativos.

Os desdobramentos negativos estão relacionados às patologias que incluem a negação da comunicação, tal como o autismo, em que a comunicação verbal não se desenvolve de forma satisfatória. Pode-se considerar que nos casos de não-comunicação ativa ou reativa, de alguma forma, o ambiente facilitador para o desenvolvimento emocional teria falhado e pode-se reconhecer uma divisão (*splitting*) nas relações objetais da criança. Com uma parte da mente, o lactente passa a se relacionar com o objeto como este se apresenta e, para este propósito, desenvolve o que Winnicott denomina de falso *self* ou *self* submisso. Com a outra parte, o lactente se relaciona com o objeto subjetivo, ou com fenômenos simples, baseados nas experiências corporais, sendo estes dificilmente influenciados pelo mundo percebido objetivamente (Winnicott, 1975d/1971). Cabe destacar que o sentimento de existência surge na base de um estado não integrado, que não é observado nem recordado pelo indivíduo e que se perde, a menos que seja observado e espelhado de volta, por alguém em quem se confia, que retribui a confiança depositada e atende à dependência relacional (Winnicott, 1975d/1971). A comunicação com os objetos através de um falso *self* não carrega consigo o que o autor descreve como sensação de ser real; não é uma comunicação verdadeira porque não envolve o núcleo do *self*, aquele que poderia ser chamado de verdadeiro.

Winnicott (1983c/1963) também apontou que a negação da comunicação está na base de um desdobramento positivo, fundamental para a construção da sensação de ser real e para o desenvolvimento das expressões artísticas e culturais. Em outras palavras, pode-se dizer que a comunicação com objetos subjetivos é um fenômeno normal que nos acompanha ao longo da vida e nos dá a sensação de

ser real. Desse modo, na saúde, Winnicott considera que a comunicação silenciosa ou secreta com objetos subjetivos, que favorece a sensação de ser real, deve assumir o controle periodicamente, para restaurar o equilíbrio. Portanto, existe um tipo de não-comunicação que representa um aspecto saudável do diálogo entre a mãe e o bebê e que perdura ao longo da vida, pois é a não-comunicação que se conecta com o núcleo do verdadeiro *self*, que se mantém isolado. Portanto, existe um tipo de não-comunicação que representa um aspecto saudável do diálogo entre a mãe e o bebê e que perdura ao longo da vida, pois é a não-comunicação que se conecta com o núcleo do verdadeiro *self*, que se mantém isolado. Sobre esse ponto de vista, Ogden (2002) ratifica o pensamento winnicottiano, afirmando que é tão importante para o paciente saber que é livre para estar em silêncio quanto para falar. Para o autor, privilegiar a fala sobre o silêncio, a revelação sobre a privacidade, a comunicação sobre a não-comunicação, parece ser tão não-analítico quanto privilegiar a transferência positiva, a gratidão e o amor em vez da transferência negativa, da inveja, e do ódio.

A comunicação nas propostas terapêuticas de Winnicott

A comunicação nas propostas terapêuticas de D. W. Winnicott encontra-se direcionada, sobretudo, para pacientes denominados pré-edípicos, cujas questões de tratamento incluem ansiedades primitivas relacionadas à continuidade da vida, à sobrevivência ou à identidade. Esses pacientes não puderam contar com uma mãe ambiente suficientemente boa e, por isso, desenvolveram defesas severas como o *split* ou falso *self* para sobreviverem às mais diversas agonias relativas ao cair sem fim, ao despedaçar-se, ao ser devorado e à desesperança em relação a poder se comunicar. As propostas técnicas de Winnicott para esses casos baseiam-se no reconhecimento da importância do ambiente inicial; da empatia como sendo a base da comunicação não verbal, possível graças à experiência da mutualidade; da presença sem severidade; da regressão para a dependência; do *holding* analítico, do brincar e do silêncio (Outeiral, 2001).

Em termos da comunicação, Winnicott (1994b/1963) afirma que a base de seu tratamento é o silêncio. Sobre isso, Coelho e Barone (2007) afirmam que a autenticidade e a vitalidade do espaço terapêutico pensado por Winnicott derivam da manutenção do paradoxo entre comunicar-se e não se comunicar no diálogo

psicanalítico. As ideias de Winnicott sobre o *setting* analítico oferecem, em lugar de um código rígido de regras técnicas, uma teoria sobre como criar um campo de comunicação real entre o analista e o paciente. Esse campo de comunicação contempla um lugar para a privacidade como uma de suas características mais essenciais. Winnicott (1983b/1962) ressalta que, quando a comunicação é abordada durante o tratamento, esta só se estabelece a partir da posição na qual a neurose (ou psicose) de transferência coloca o analista. Dessa maneira, a comunicação, na neurose, será marcada por elementos mais organizados, relacionados ao conflito edípico e, na psicose, será marcada por fenômenos de natureza mais primitiva, abalizada pela fusão e pelo uso massivo de mecanismos identificatórios introjetivos e projetivos (Outeiral, 2001).

O analista no trabalho terapêutico pode assumir junto ao paciente algumas características de objeto transicional, pois representa o princípio de realidade, ao mesmo tempo em que pode vir a ser para ele um objeto subjetivo (Winnicott, 1983c/1963). Para o autor, trata-se de algo extremamente importante, pois a comunicação com o paciente se mantém apenas enquanto o analista consegue assumir o lugar de um objeto subjetivo. Nesse sentido, cabe destacar a importância de o analista vivenciar a regressão junto ao paciente, ao mesmo tempo em que conserva um ego observador, análogo à condição da mãe quando envolvida pela preocupação materna primária. Caso o analista não se atente a esse fator, corre o risco de lançar o paciente em profunda desesperança pelo medo de não poder se comunicar (Fernandes, 2010).

Para Winnicott (2000c/1954-5; 1983a/1960), alguns pacientes necessitam da regressão para reexperienciarem a fusão e a dependência com o analista, uma vez que tais experiências não foram bem sucedidas inicialmente. O propósito da regressão não é prover uma experiência emocional corretiva, mas permitir ao paciente deparar-se com situações emocionais que podem ser vividas e, conseqüentemente, integradas. Essa é a fase mais desafiadora para analistas e pacientes, devido à dor sofrida por ambos e à raiva que é dirigida ao analista (Forlenza, 2008). Assim, a regressão só pode ser vivenciada se houver, por parte do analista, disposição interna para suportar e conduzir sem retaliar a experiência de indiferenciação e caos do paciente, agora compartilhada contratransferencialmente.

No espaço terapêutico, deve haver lugar para a experiência da confiabilidade, comunicada pela aceitação das ideias e das sequências de pensamento aparentemente desconexas, sem a presunção de um fio significativo. Esse espaço pressupõe, por parte do analista, a aceitação do caos e do absurdo, sem uma tentativa de organização pelas interpretações, que nada mais seria que uma defesa. A consequência da negação do caos é o abandono pelo paciente da área do absurdo, devido à desesperança de comunicá-lo. Para Winnicott (1975e/1971), mais importante que qualquer verbalização são certas experiências que ocorrem dentro das sessões. De acordo com Graña (2008), Winnicott se mostra particularmente atento ao fator tempo e temeroso quanto à violência da interpretação, a qual poderá transformar-se de movimento de libertação pessoal, em uma prática doutrinária alienante.

Para Winnicott (1983a/1960), as verbalizações são feitas basicamente por dois motivos. O primeiro diz respeito à criação de um espaço de proteção ao *self* incomunicado do paciente, e o segundo objetiva tirar o analista de uma posição onipotente. Vemos assim, destacada por Winnicott, a importância de não se compreender tudo, de permitir ao paciente um espaço de segredo, onde possa manter-se incomunicável. Essa postura traz uma premissa ética que envolve o respeito ao outro, pois ainda que compreenda as bases do sofrimento do paciente, não cabe ao analista tolher o paciente da possibilidade de ser criativo e de chegar aos próprios *insights*. Ele enfatiza ainda que, numa consulta terapêutica, o momento significativo é aquele em que a criança (ou o adulto) surpreende a si mesma e não o momento de uma interpretação arguta por parte do analista. Para Winnicott (1983a/1960, 1994c/1968), as interpretações devem ser econômicas, a fim de não se tornarem ensinamentos e doutrinação, longe da espontaneidade e da criatividade do verdadeiro espaço analítico. O crescimento obtido pelo tratamento analítico envolve a capacidade de brincar do paciente e, consequentemente, do analista (Winnicott, 1975d/1971). Para o autor, a brincadeira é uma forma de comunicação em psicoterapia e está a serviço da comunicação consigo mesmo e com os outros. (Winnicott, 1994a/1954).

Winnicott (1975d/1971) afirma que quando um paciente não pode brincar, o psicoterapeuta tem de atender a esse sintoma principal antes de interpretar fragmentos de conduta, pois brincar exige a experiência de confiabilidade. Caso

essa experiência não tenha sido possível no percurso histórico do sujeito, a análise, a partir da transferência, pode favorecer essas experiências primárias permitindo uma reatualização das experiências de controle onipotente, de criação e de *holding*. Se a confiabilidade é uma experiência entre a mãe e o bebê e, na análise, o sujeito poderá ficar sozinho na presença de alguém, adquire-se tranquilidade de que a pessoa a quem se ama é digna de confiança e permanece disponível quando é lembrada, após ser esquecida.

Para o autor, a comunicação a partir da brincadeira pode se dar na medida em que a presença do analista, como espelho, concede ao ato de brincar a qualidade de comunicação. Para Winnicott (1975d/1971) o brincar é universal, mas as crianças brincam com mais facilidade quando a outra pessoa pode estar livre para entrar na brincadeira. Essa observação nos remete imediatamente para o trabalho analítico que deve ser feito com os próprios analistas, a fim de que não apenas consigam brincar, mas que permitam aos seus pacientes sejam eles adultos ou crianças, vivenciarem as experiências criativas e comunicativas que o brincar possibilita (Graña, 2010).

Considerações finais

As ideias de W. D. Winnicott sobre a comunicação fundamentam-se no entendimento de que mais importante do que aquilo que possa ser dito, é o que possa ser vivido nas experiências compartilhadas. Trata-se de uma concepção de comunicação em que as pequenas sutilezas mostram-se mais significativas que interpretações argutas do analista.

Winnicott parte do material mais primitivo, mais recôndito e, nem por isso, menos complexo, uma vez que exige do analista sensibilidade e capacidade de suportar angústia, fusão, caos e desagregação, preservando, contudo, uma parte saudável. Até que as palavras possam ter lugar, Winnicott nos ensina que muito já foi comunicado através dos atos, dos gestos ou, simplesmente, da manutenção da vida.

O conceito de comunicação na obra de Winnicott se desloca do lugar comum das palavras e passa para o terreno das experiências compartilhadas em silêncio, assinaladas apenas no momento oportuno, de modo que possam favorecer o crescimento pessoal. Essa concepção sobre a comunicação traz

contribuições importantes em termos não apenas teóricos, mas técnicos, uma vez que subverte a ideia clássica de interpretação psicanalítica, centrada na palavra. Sua concepção nos remete ao poeta Mário Quintana, que diz que as palavras são borboletas mortas espetadas no papel uma vez que há experiências que nunca poderão ser traduzidas em palavras. Além disso, ao abordar os espaços comuns entre mãe e bebê, o autor abre caminhos para os desenvolvimentos posteriores de uma clínica psicanalítica voltada às famílias, aos grupos e às instituições, nas quais predominam espaços comuns e partilhados.

Comunicação e intersubjetividade na família

Communication and intersubjectivity in the family

Resumo

A compreensão sobre a comunicação na família, concebida como fenômeno intersubjetivo, tem sido bastante ampliada a partir das contribuições de René Kaës, André Ruffiot, Didier Anzieu e Alberto Eiguer. Para os autores, o sujeito mostra-se tributário das comunicações familiares, particularmente daquelas que veiculam os legados, os lugares, as defesas e as patologias em uma dinâmica psíquica inconsciente. Neste trabalho, a comunicação familiar é abordada a partir da premissa da intersubjetividade, tendo como referência central as noções de aparelho psíquico grupal e familiar. A fim de estudar a comunicação no espaço grupal da família, foram criadas algumas categorias teóricas de análise: “comunicação nos espaços comuns e partilhados”; “comunicação e vínculos na família” e “ressonâncias da comunicação familiar no tratamento analítico”. A partir do estudo proposto conclui-se que a comunicação na família é um processo que estrutura o psiquismo e tece os lugares a serem ocupados por cada um na cadeia geracional.

Palavras-chave: comunicação, intersubjetividade, grupos, família.

Abstract

The understanding of communication in the family, conceived as an intersubjective phenomenon, has been greatly amplified from the contributions of René Kaës, André Ruffiot, Didier Anzieu and Alberto Eiguer. For the authors, the subject appears to be a tributary of family communications, particularly those that convey legacies, places, defenses and pathologies in an unconscious psychic dynamic. In this work, family communication is approached from the premise of intersubjectivity, having as central reference the notions of group and family psychic apparatus. In order to study communication in the family group space, some theoretical categories of analysis were created: "Communication in common

and shared spaces"; "Communication and bonds in the family" and "resonances of family communication in the analytical treatment". From the proposed study, it is concluded that communication in the family is a process that structures the psychism and weaves the places to be occupied by each one in the generational chain.

Keywords: communication, intersubjectivity, groups, family.

Introdução

O estudo das famílias, a partir do referencial psicanalítico, tem seu início na década de 1950 com os trabalhos de Bion, na Inglaterra, Anzieu e Kaës, na França e Pichon-Riviere, na Argentina. Esses autores pioneiros produziram novos conceitos metapsicológicos que se consolidaram plenamente na década de 1970 e forneceram as bases para a articulação teórica e clínica acerca de aspectos do funcionamento psíquico produzido e manifestos na grupalidade.

Nesse sentido, o escopo conceitual psicanalítico passou a ser pensado em suas especificidades nas situações que envolvem grupos, especialmente, o grupo familiar. Assim, a noção de comunicação concebida como fenômeno intersubjetivo foi bastante ampliada (Féres-Carneiro, 1994; Magalhães & Féres-Carneiro, 2010). Cabe destacar, que as noções de comunicação e intersubjetividade se apresentam como concepções abrangentes e de difícil delimitação, sendo, ainda hoje, objetos de divergência conceituais entre os psicanalistas (Coelho Jr., 2002; Avila, 2009; Piva, Saldanha, Gomes, Martini, Dariano, Ferraro, Silva & Spizzirri, 2010).

De acordo com René Kaës (1997), ao contrário do que fora sustentado por tanto tempo por muitos analistas, a psicanálise freudiana nasce fundamentada em uma concepção intersubjetiva do sujeito do Inconsciente, requerendo a intersubjetividade como condição constitutiva da vida psíquica humana. Trata-se, portanto, de uma premissa que considera o grupo como precedente ao sujeito do grupo, que não pode fazer-se sua causa ou efeito sem se alienar nele. Para o autor, o sujeito é um efeito do grupo que nasce a partir do olhar do outro, dada sua condição de prematuridade e desamparo. Assim, para o sujeito humano o grupo é sustentáculo e estrutura de enquadramento para o narcisismo. Para advir o sujeito precisa, necessariamente, submeter-se ao outro ou a outros, sendo que “essa

sujeição ao grupo se fundamenta na inamovível rocha da realidade intersubjetiva como condição de existência do sujeito humano” (Kaës, 1997, p. 276). Cabe acrescentar que a comunicação, desse ponto de vista, se coloca como veículo da transmissão, na intersubjetividade, garantindo a continuidade da vida psíquica ao longo das gerações.

Seguindo os argumentos de René Kaës, constata-se que o sujeito do grupo se constitui como sujeito do Inconsciente segundo duas determinações convergentes: a primeira deve-se a sua submissão ao conjunto (família, grupos, instituições, massas, etc.) e a segunda é tributária do funcionamento próprio do Inconsciente no espaço intrapsíquico (Kaës, 1997, 2011). O grupo que precede o sujeito humano, representado inicialmente por alguns de seus membros, o sustenta e o mantém numa matriz de investimentos e de cuidados, predispondo signos de reconhecimento e de significações. Também apresenta objetos, oferece meios de proteção e de ataque, traça vias de realização e fomenta a comunicação dos limites, das proibições e dos lugares que devem ser ocupados (Aulagnier, 1976).

De acordo com Kaës (1997), a submissão do sujeito do Inconsciente ao conjunto intersubjetivo de sujeitos do Inconsciente impõe à sua própria psique uma exigência de trabalho. Dessa constatação deriva a noção de trabalho psíquico intersubjetivo, que supõe não somente uma determinação extraindividual na formação e no funcionamento de certos conteúdos do aparelho psíquico, mas diz respeito às condições nas quais o sujeito do Inconsciente se constitui. O trabalho psíquico intersubjetivo admite como hipótese fundamental que o sujeito na sua singularidade adquire aptidão para significar e interpretar, para receber, conter ou rejeitar, ligar e desligar, transformar e representar objetos, e emoções a partir das contribuições do outro. Trata-se, portanto, de um trabalho psíquico de transformação, possível a partir das contribuições de um outro ou de mais de um outro, que se mostra fundamental para a constituição da subjetividade (Fernandes, 2003).

Para Kaes (1997), o grupo cumpre funções fundamentais na estruturação da psique e na determinação de posições subjetivas, uma vez que todo sujeito nasce como herdeiro, servidor e beneficiário de uma cadeia de subjetividades que o precede e da qual se torna contemporâneo. Essa cadeia subjetiva veicula discursos, sonhos e conteúdos recalcados, fazendo com que cada sujeito seja, ao

mesmo tempo, parte constituída e constituinte desses conjuntos. Esta concepção fundamenta-se em uma lógica dialética que considera o sujeito do grupo e o grupo como as duas faces da mesma moeda.

As contribuições de Kaës vão ao encontro do pensamento de T. Ogden (1994) no que diz respeito ao conceito de intersubjetividade primordial, que pressupõe uma situação na qual as subjetividades se constituem mutuamente, de forma que não há anterioridade dos sujeitos individuais em relação à intersubjetividade, nem o inverso. O que está envolvido na formação da intersubjetividade é um nível da existência e da experiência ainda pré-representacional e até mesmo pré-pessoal, no qual não se pode, e não se deve, tentar determinar o que pertence a cada um dos sujeitos.

Ogden (1994), ao abordar a identificação projetiva no contexto do tratamento analítico, afirma que inicialmente este fenômeno era concebido como relativo aos sentimentos e pensamentos comunicados de forma inconsciente, ou induzidos inconscientemente pelo analisando no analista. Antes descrita apenas como um mecanismo de defesa, a identificação projetiva é entendida atualmente como uma forma de comunicação que pode levar à mudanças psicológicas (Cavallari & Moscheta, 2007). Nesse contexto, a ênfase se desloca do caráter defensivo da identificação projetiva e recai em seu potencial de comunicação. Entretanto, para isso, é preciso que o analista tenha, ao mesmo tempo, abertura para as comunicações afetivas dos pacientes e capacidade de transformar emoções em pensamentos (Zimerman, 2000). Nesse sentido, o problema deixa de ser a natureza da comunicação, qualificada como inconsciente, para tornar-se um problema sobre a natureza do sujeito intersubjetivo.

Para Ogden (1994), no tratamento psicanalítico, toda comunicação sempre se dá tendo como fundo uma série de relações dialéticas envolvendo as subjetividades isoladas de analista e analisando. Dessa relação emerge também o que o autor denomina de terceiro sujeito intersubjetivo, criado como figura inédita no encontro de pelo menos duas subjetividades. Toda comunicação, portanto, é uma interação, contínua e mútua, seja partindo do paciente ou mesmo do analista e se situa na dimensão das palavras (Goulart, 2009), mas não apenas. Envolve também o jogo (Zago, Terzis e Padilha, 2014), o tônus corporal (Toledo, 2009), o gestual e as mímicas (Roussillon, 2011).

Para além das convergências entre o pensamento de Thomas Ogden e René Kaës, a radicalidade da intersubjetividade parece estar mais destacada nas proposições de R. Kaës. Para T. Ogden (1994), a sintonia da dupla analista-paciente aparece como responsável por vivências compartilhadas num espaço transicional criado na situação analítica. Esta sintonia, mantida durante um tempo necessário, é posteriormente abandonada quando cada participante recobra suas diferenças subjetivas. R. Kaës, por sua vez, parte da premissa de que os espaços psíquicos individuais e grupais coexistem simultaneamente a partir do vínculo que é indissociável à condição humana. Esse postulado enfatiza os aspectos comuns e partilhados, assim como outros mais diferenciados, a partir do que ele chama de concepção politópica do Inconsciente. Para Kaes (1997), o espaço intrapsíquico individual não é concebido como o lugar exclusivo do Inconsciente, destacando a concepção paradoxal de uma tópica deslocalizada, isto é, intersubjetiva.

Tendo em vista a precedência do grupo em relação ao sujeito e a emergência do campo intersubjetivo, como a comunicação pode ser pensada no grupo familiar? Quais são os fundamentos que sustentam a comunicação na família? Quais são as relações entre a comunicação familiar e a manutenção dos vínculos? Como o terapeuta de família se vê implicado na comunicação familiar e como pode se comunicar com esse grupo particular?

Buscou-se responder a essas perguntas partindo das contribuições de autores como René Kaës e André Ruffiot que se propõem a trabalhar com grupos, particularmente o grupo familiar. Suas construções teóricas mostram-se preciosas, uma vez que passam a considerar os fenômenos da vida subjetiva, que incluem a comunicação, a partir da premissa da intersubjetividade. Essa premissa postula a precedência do outro ao sujeito, assim como a criação de um território psíquico comum e partilhado entre os sujeitos que compõem um grupo (Kaes, 1997, 2011; Ruffiot, 1981). O grupo torna-se, assim, espaço comum e partilhado e o lugar de circulação de pulsões, fantasias, defesas e também de comunicações que emergem como resultado da intersubjetividade. Nesse sentido, o sujeito mostra-se tributário das comunicações, particularmente das comunicações inconscientes que veiculam os legados, os lugares, mas também as defesas e as patologias. Essa perspectiva enfatiza o desafio, comum a todo sujeito humano, de tecer suas próprias palavras, fiadas a partir das palavras do outro.

Neste trabalho, buscou-se discutir a comunicação familiar a partir da premissa da intersubjetividade, tendo como referência central as noções de aparelho psíquico grupal e familiar. A fim de estudar a comunicação na família, foram criadas algumas categorias teóricas de análise: “comunicação nos espaços comuns e partilhados”; “comunicação e vínculos na família” e “ressonâncias da comunicação familiar no tratamento analítico”. A partir dessas categorias, este artigo busca apresentar a intersubjetividade como o fundamento para as comunicações nos grupos e na família.

Comunicação nos espaços comuns e partilhados

A compreensão sobre as bases da comunicação familiar é, em grande medida, tributária das concepções de René Kaës (1997) de aparelho psíquico grupal e de Andre Ruffiot (1981) de aparelho psíquico familiar. Esses dois conceitos operam a partir da premissa da intersubjetividade e ressaltam a criação de um espaço psíquico comum, território de circulação de conteúdos que são comunicados no grupo familiar de modo fundamentalmente inconsciente. Essas comunicações são constituídas no vínculo intersubjetivo, a partir de acordos inconscientes estabelecidos entre os membros do grupo. Essas comunicações são, ao mesmo tempo, constituídas na intersubjetividade e constituintes da subjetividade de cada membro do grupo.

O conceito de aparelho psíquico grupal foi formulado por René Kaës nos anos de 1960, numa tentativa de aprofundar a compreensão sobre as articulações dos processos psíquicos individuais e sobre os processos gerados no espaço grupal. A formulação do conceito de aparelho psíquico grupal tem por objetivo auxiliar a compreensão da realidade psíquica própria do grupo e do trabalho de ligação e transformação da realidade psíquica individual, mobilizados na formação da realidade psíquica no agrupamento.

A partir de considerações sobre os processos psíquicos que são constituídos e que emergem nas situações grupais, Kaës (1997) afirma que o grupo torna-se objeto de investimentos pulsionais, assim como estrutura e modelo constituinte da realidade intrapsíquica. Nesse cenário, os investimentos e as representações recíprocas entre os membros do grupo mostram-se fundamentais no processo de criação das realidades psíquicas do grupo e de seus integrantes,

sustentando suas organizações subjetivas. Para o autor, a grupalidade se coloca desde o interior do aparelho psíquico a partir do que ele denomina de grupalidade intrapsíquica, assinalando que o psiquismo do sujeito individual funciona a partir de um modelo grupal. Essa transposição do modelo de grupo para o espaço intrapsíquico se assenta numa concepção ampliada do termo grupo. Nesse sentido, o grupo passa a ser concebido como processos de ligação e desligamento entre elementos psíquicos e não, concretamente, como um conjunto de pessoas. O autor propõe, assim, uma visão de psiquismo como um grupo de processos e de formações psíquicas. Esses grupos internos sustentam-se primitivamente sobre a imagem do corpo, sobre as fantasias originárias e sobre os complexos e imagens familiares.

Para Kaës (1997, 2005, 2011), o grupo possibilita a seus membros fazerem parte imaginariamente de uma substância comum que tem sua origem nas relações precoces do *infans* com o corpo da mãe. O autor sustenta essa premissa a partir das contribuições de Winnicott (1969), que assinala que nos primórdios da subjetividade os psiquismos da mãe e do bebê encontram-se fusionados, sendo impossível distinguir o que é do bebê e o que é da mãe. Nos primeiros momentos da vida subjetiva, o que prevalece entre a mãe e o bebê é a fusão, a criação de um território emocional comum e a comunicação silenciosa. Assim, a construção de um Eu pelo bebê nesse espaço intersubjetivo representa um passo crítico no desenvolvimento. Essa construção será marcada pela indissociável relação dialética entre Eu/não-eu, mim/tu, Consciência/ Inconsciente. É a partir dessa dimensão intersubjetiva indissociável da vida psíquica que o sujeito, simultaneamente, se constitui e se aliena (Coelho Jr., 2002). Para Kaes (1997), são as marcas desse período primitivo do desenvolvimento emocional que se reatualizam nas formações grupais.

As ideias assinaladas por Kaes (1997) e Winnicott (1969) vão ao encontro da concepção de Anzieu (1993), sobre o conceito de ilusão grupal que se refere a um estado psíquico regressivo vivenciado pelos membros do grupo nas situações de agrupamento. De modo semelhante à dinâmica do sonho, o grupo desinveste a realidade exterior, investindo massivamente numa realidade psíquica ilusória e onipotente. Nessas condições, o grupo passa a ser vivenciado de modo quase alucinatório como a única realidade presente no aqui e agora, tornando-se objeto

de investimentos libidinais. A ilusão grupal é, para Anzieu (1993), o primeiro organizador psíquico dos grupos.

R. Kaës, a partir das ideias de Bion (1967), pensará o grupo como um aparelho de transformação: “um aparelho pluripsíquico organizado pelo processo do grupo, e um aparelho intersubjetivo no qual perlaboram conteúdos e processos abrigados e metabolizados na psique dos outros” (p.194). Sendo assim, o grupo é utilizado pelos sujeitos como continente de seus conteúdos psíquicos não pensados ou não transformados. Neste território grupal, os sujeitos podem encontrar alguma possibilidade de metabolização desses conteúdos. René Kaës (1997) denomina de aparelho psíquico grupal a construção psíquica comum de sujeitos marcados pelos vínculos para constituir um grupo. A principal característica do aparelho psíquico grupal é assegurar a mediação e os intercâmbios entre a realidade psíquica nos seus aspectos intrapsíquicos, intersubjetivos, grupais e a realidade grupal em seus aspectos societários e culturais. Nesse sentido, o aparelho psíquico grupal é um dispositivo de ligação e de transformação da realidade psíquica do grupo e no grupo. Esse aparelho emerge a partir das relações entre seus sujeitos, constituindo um dispositivo irreduzível ao aparelho psíquico individual. Uma das funções principais do aparelho psíquico grupal consiste em mobilizar a energia pulsional em cada um dos membros do grupo, transformá-la e transmiti-la às instâncias e sistemas grupais. Além disto, esse aparelho controla e liga a energia pulsional às representações ou a desvia para outras metas, a serviço do vínculo grupal ou do objeto-grupo. Os principais processos que sustentam a aparelhagem das psiques no grupo são as identificações, os mecanismos de projeção e difração e os fenômenos de ressonância fantasmática.

Para Kaës (2011), o grupo pode se tornar um espaço de comunicação, uma vez que dispõe de condições mais favoráveis à encenação, no seu espaço, das relações que o sujeito estabelece com seus objetos, de suas fantasias, de suas representações e complexos. O grupo pode, assim, fornecer aos seus membros a matéria-prima para a dramatização das ações psíquicas, tornando certos conteúdos representáveis e comunicáveis, evidenciando os processos de transformação.

Nesse sentido, cada sujeito contribui de diversas formas para essa encenação que povoa a realidade psíquica do grupo e de seus componentes,

conforme uma lógica própria ao agrupamento e a cada sujeito. Trata-se de uma lógica marcada pela reciprocidade e pela complementariedade das contribuições entre os sujeitos que compõem o grupo e do próprio grupo enquanto estrutura irreduzível aos seus membros. Apesar de seu potencial comunicativo, o grupo precisa contar com intérpretes das comunicações que se manifestam por *actings*, palavras, sintomas, sonhos, uma vez que nem sempre essas manifestações podem ser compreendidas pelo grupo por colocarem em risco os vínculos que o compõem. Nesse sentido, uma das funções do analista nos grupos é desempenhar o papel de intérprete junto a ele, a fim de que essas manifestações acedam ao estatuto de comunicações eficazes.

A noção de aparelho psíquico familiar proposta por Ruffiot (1981) teve por base o conceito de aparelho psíquico grupal (Kaes, 1997). Entretanto, essa noção ressalta os processos de transformação psíquica específicos do grupo familiar. Sendo a família um grupo primário, marcado pela consanguinidade, pela filiação e pelas alianças, em relação ao qual todo sujeito humano encontra-se ligado e submetido, a concepção de aparelho psíquico familiar mostra-se fundamental para a compreensão dos processos subjetivos que lhe são próprios.

A concepção de aparelho psíquico familiar foi formulada a partir de observações feitas ao longo de processos psicoterápicos com famílias. Nas situações de tratamento observou-se o desenvolvimento de um tipo de regressão específica do grupo familiar em análise. A regressão atualizava durante o tratamento um tipo de comunicação por identificação primária, com o predomínio da identificação projetiva e de movimentos fusionais que favoreciam certa perda dos contornos psíquicos individuais. De acordo com o autor, durante o tratamento familiar analítico, o grupo familiar regride a um modo de funcionamento muito arcaico da constituição subjetiva, marcado pela fusão e pela indiferenciação (Ruffiot, 1981).

A ideia central estabelecida por A. Ruffiot é que o aparelho psíquico familiar é a matriz de todos os aparelhos psíquicos grupais e que o grupo recria, durante o tratamento analítico, as experiências da psique familiar, incluindo as comunicações mais primitivas. Visando esclarecer a gênese e a natureza do aparelho psíquico familiar, o autor ressalta que a experiência clínica evidencia a presença de um tipo de funcionamento mental arcaico que remonta a períodos

muito precoces do desenvolvimento emocional. Dessa perspectiva, o autor estabelece uma relação de analogia entre o aparelho psíquico familiar grupal e o aparelho primitivo da criança, chamado por ele de psique primária (Ruffiot, 1981).

Ruffiot, a partir dos conceitos de dependência absoluta e preocupação materna primária de D. W. Winnicott, de ilusão grupal de D. Anzieu e de aparelho de influenciar de V. Tausk, formula a existência de um “psiquismo puro”. A partir dessas contribuições postula que, nos primórdios da subjetividade, o psiquismo, ainda sem fronteiras corporais, é marcado por um Eu fluido.

Para A. Ruffiot (1981) é esta fluidez que permite ao Eu primitivo desenvolver uma capacidade de comunicação peculiar a partir do uso do mecanismo de identificação projetiva. Para ele, a identificação projetiva constitui as bases da comunicação familiar. Essas ideias são análogas ao que Bion (1967) denomina função alfa, que permite à mãe estabelecer uma comunicação com seu bebê através da transformação de conteúdos brutos que emergem desta relação em conteúdos simbólicos.

J. Bleger (1979) é outro autor referido por A. Ruffiot ao descrever um tipo de comunicação entre um Eu e um não-Eu, proporcionada pela fusionalidade própria aos primórdios da subjetividade. O autor postula a existência de uma etapa muito primitiva no desenvolvimento emocional, prévia à posição esquizoparanoide descrita por Melanie Klein, que denomina posição gliscrocária. Esta posição consiste numa etapa de indiferenciação, tendo como objeto um núcleo aglutinado, contendo angústias fusionais e defesas indiferenciadas, prévias às angústias paranoides. Para o autor, o Eu só pode se constituir a partir do modo como essa parte indiferenciada será tratada e acolhida pelo grupo, particularmente pela família. Segundo Bleger (1979), esse acolhimento será fundamental para as identificações posteriores do Eu e para sua própria formação. É justamente o tratamento que essa parte indiferenciada receberá que proporcionará ao sujeito e ao grupo fazerem parte desse aglutinado comum, território que permite uma comunicação primitiva, que se dá sem palavras, como aquela que ocorre entre a criança e seus pais (Ruffiot, 1981).

As proposições teóricas de Bleger (1979), Bion (1967) e Winnicott (1967) sugerem a existência de uma fase muito primitiva do Eu, marcada pela fluidez e

pela formação de aglutinados, na qual o psiquismo, ainda sem fronteiras nítidas, se confunde com a psique materna e paterna e/ou ambiental. As teorias desses autores corroboram o que Ruffiot chamará de fundamento da comunicação inconsciente da família, pano de fundo dos fenômenos grupais em geral e, provavelmente, o tecido de toda forma de comunicação (Ruffiot, 1981). Nas famílias, as comunicações são, sobretudo, silenciosas e marcadas pela mutualidade (Winnicott, 1967).

A partir das construções teóricas de André Ruffiot pode-se afirmar que, em família, a comunicação é predominantemente silenciosa, de caráter inconsciente e fortemente marcada pela circulação de conteúdos psíquicos que formam a base dos vínculos entre seus membros. Assim, a comunicação familiar se torna possível, em grande medida, graças a essa matriz indiferenciada que marca os vínculos entre os seus membros, criando um substrato comum e favorecendo a expressão de fantasias, ansiedades e defesas do grupo familiar. Ao processo de indiferenciação, base para as comunicações familiares, somam-se outros fenômenos psíquicos intersubjetivos de natureza inconsciente, comuns à família e vitais para a formação e manutenção dos vínculos, que serão abordados a seguir.

Comunicação e vínculos na família

A família, concebida como grupo primário por excelência e matriz para os vínculos intersubjetivos, encontra-se marcada por laços de filiação e afinidade, mas, sobretudo, pela circulação de conteúdos psíquicos compartilhados por seus membros. As comunicações, sustentadas na intersubjetividade e marcadas em grande medida pela indiferenciação, mostram-se poderosas e contribuem para a construção do destino dos seus membros e do próprio grupo (Almeida-Prado, 1999; Kaes, Faimberg, Enriquez & Baranes, 2006). Apesar do aspecto central que os fenômenos de indiferenciação e de fusionalidade ocupam nos trabalhos de R. Kaes e A. Ruffiot acerca da intersubjetividade, sobretudo no que diz respeito à comunicação, Piva, Saldanha, Gomes, Martini, Dariano, Ferraro, Silva & Spizzirri (2010), fundamentados nas contribuições de Stern (1985), afirmam que este ponto ainda é alvo de divergências no campo psicanalítico. Segundo eles, a discordância entre os teóricos refere-se ao entendimento de que se na fase inicial do narcisismo primário não existe diferenciação, logo há a impossibilidade de qualquer tipo de

intersubjetividade, por mais incipiente que seja nesse momento. Para os autores, fusão não é sinônimo de intersubjetividade e essa só advém primitivamente a partir do narcisismo secundário. Apesar das divergências, a precedência do outro na formação da subjetividade se constitui como ponto de convergência entre esses autores.

Uma formulação que nos ajuda a compreender a importância da precedência das comunicações familiares é o conceito de contrato narcísico formulado por Piera Aulagnier (1976). A partir da teorização de Freud (1914) sobre a construção do narcisismo do bebê, fortemente marcado pelo narcisismo dos pais, a autora dará ênfase ao viés relacional do narcisismo. Para a autora, entre o *infans* e sua família, particularmente representada pela figura materna, se estabelece um contrato inconsciente. Seus termos envolvem a comunicação do legado simbólico que sustenta e alimenta o narcisismo infantil, mas que, por outro lado, exige como contrapartida a subjugação da subjetividade nascente a determinados princípios de funcionamento subjetivo da dinâmica materna/familiar.

Para a autora, o contrato narcísico representa um acordo inconsciente entre a criança e seu grupo familiar que se desenvolve a partir dos investimentos recíprocos. Cabe ressaltar que a criança, antes mesmo de nascer, já é falada e pensada pelo grupo familiar e, ao mesmo tempo, requerida a repetir os enunciados históricos, assegurando, assim, a continuidade geracional e a identidade familiar. Esse processo pode se dar à custa da integridade psíquica e, em alguns casos, física da criança, uma vez que certos roteiros familiares podem contradizer suas percepções, sem que, contudo, ela tenha os meios para reagir a eles. Pela via deste contrato, a criança é investida narcisicamente e encontra seu lugar no tecido do grupo familiar e na cadeia das gerações. Ter uma carga a assumir e um lugar é fundamental para a criança, pois permitirá acessar um espaço no grupo e no próprio psiquismo (Correa, 2002; Aulagnier, 1976).

Aulagnier (1976) nomeia de porta-voz uma função materna veiculada ao *infans* a partir da fala materna. Essa função terá para a autora duas vertentes. A primeira enfatiza a voz, em suas dimensões físicas de sonoridade com os conteúdos simbólicos da fala materna, transmitidos através de sua voz. Cabe lembrar que a fala da mãe para o bebê é marcada pela fala que ela recebeu de seus

cuidadores primários, reforçada pela presença real do bebê. Essa fala comunica palavras que acompanham, comentam e predizem as atividades e os supostos pensamentos do *infans*, sendo também por ele sustentada. Evidencia-se aqui um primeiro modo de comunicação silencioso (Winnicott, 1967), uma vez que a mãe fala ao seu bebê e esse, por sua vez, corresponde a essa fala da maneira que lhe é possível.

A posição de Aulagnier (1976) corrobora a noção de *manhês* (*motherese*). O *manhês* é uma forma de comunicação que se caracteriza pelo investimento afetivo que costura os laços entre a mãe e o bebê, ao mesmo tempo em que vai se direcionando no sentido de facilitar a separação da dupla. Esta comunicação, utilizada por quem exerce a função materna, deixa entrever o investimento realizado na criança, em momento muito precoce de seu desenvolvimento (Pierotti, Levy & Zornig, 2010). Sobre este aspecto da comunicação materna, Anzieu (1988) também traz preciosas contribuições ao formular o conceito de *Eu-pele*. Esse conceito diz respeito a função de envelope corporal externo exercida pela mãe. Esse envoltório materno traz uma série de mensagens que são comunicadas ao bebê, a partir da forma como a mãe se relaciona com seu filho. Este envelope materno mostra-se, em situações onde impera a saúde psíquica, fundamental para a construção dos envelopes internos do bebê, organizando sua subjetividade.

A segunda vertente da fala materna formulada por Aulagnier (1976) diz respeito à enunciação de regras, leis, interditos e representações. Nesse sentido, a mãe torna-se porta-voz de uma dimensão intersubjetiva da qual ela própria está submetida e que organiza sua subjetividade na relação com o *infans*. A função de porta-voz que a fala materna exerce desdobra-se em outras duas funções: constitutiva e comunicativa. A fala materna, constituída intersubjetivamente, é fundamental para a constituição/composição da subjetividade infantil, na medida em que comunica os lugares destinados a serem ocupados pelo bebê na cadeia geracional.

Para Kaës (1997), a perspectiva aberta por P. Aulagnier situa o trabalho da intersubjetividade na formação do aparelho psíquico. Ademais, aponta o paradoxo do fato de ser vital para o sujeito singular estar num lugar assinalado num grupo, mesmo que ao custo de renúncias. Esses lugares devem ser ocupados pelo *infans*

para que os investimentos narcísicos se mantenham. Pelas características inconscientes dos acordos estabelecidos entre o *infans* e o grupo familiar, a consciência sobre os lugares estabelecidos e ocupados só é alcançada após intenso trabalho elaborativo, a partir do qual o sujeito pode vir a romper alguns laços com o grupo (Kaes, Faimberg, Enriquez & Baranes, 2006). Cabe destacar que, romper com o grupo é algo que o *infans* dificilmente conseguirá fazer, dada sua condição de desamparo. Fazê-lo, em qualquer momento, sempre implica grande soma de angústia, pois nesse território comum, deixar o grupo é deixar também uma parte de si fortemente investida. Nessa perspectiva, torna-se evidente que o acolhimento das comunicações maternas pelo bebê constitui-se como condição para o vínculo e para os investimentos.

O conceito de funções fóricas formulado por René Kaës (2011), também aponta para função de comunicação ocupada por alguns sujeitos na formação dos vínculos familiares. Para o autor, se o grupo comunica o seu legado ao sujeito, esse, por sua vez, também pode ocupar uma função comunicadora junto ao grupo, a partir de suas necessidades, em conjunção com as necessidades da grupalidade. Para Kaes (2003; 2011), sob a denominação de funções fóricas, agrupam-se três funções intermediárias que articulam aspectos intrapsíquicos e intersubjetivos realizadas por certos sujeitos nos grupos e nas famílias. Essas funções são denominadas por ele de porta-palavra, semelhante ao conceito de porta-voz de P. Aulagnier (1976), porta-sonho e porta-sintoma. De acordo com Kaes (1997), os lugares destinados ao portador das funções fóricas, assim como a necessidade do grupo na emergência desses conteúdos através de um de seus membros mantêm-se inconscientes. Para Kaës (2011):

“um sujeito porta e transporta – sem que o saiba – para um conjunto de outros – sem que o saibam – signos, afetos, objetos, cenas inconsciente, ideias e ideais. O que é assim transportado estabelece, com o portador, vínculos inconscientes fundados em seu interesse comum nesses transportes de matéria inconsciente” (p. 166).

O sujeito que cumpre a função de porta-palavra, porta-sonho e o porta-sintoma é, portanto, chamado a essa tarefa por outros sujeitos com os quais está ligado. Juntos possuem interesses comuns para fazer existir esse posto e essa função. Cabe destacar que essas funções são requeridas na organização de qualquer vínculo e mostram-se necessárias aos processos psíquicos

intersubjetivos. O pertencimento a um grupo, seja ele um casal, uma família ou uma instituição, requer certa divisão do trabalho psíquico. Essa ajuda, obtida junto ao psiquismo alheio na realização de tarefas psíquicas impossíveis ao sujeito, é reconhecida desde Freud (1905), quando aborda o trabalho do chiste. Os sujeitos que cumprem as funções fóricas desfrutam, assim, de certos benefícios como os investimentos narcísicos, mas também sofrem alguns inconvenientes como a alienação em relação ao próprio desejo.

Para o autor, todas as funções fóricas situam-se na intersecção entre a fantasia inconsciente comum e partilhada, os discursos associativos e as transferências. A articulação proposta por Kaës (2011) – em relação ao sujeito que porta a palavra, o sonho ou o sintoma no grupo – é retomada ao ser destacada a dualidade dessas funções. O sujeito que delas se incumbe o faz pelo seu próprio desejo, mas também é chamado a isso por outros que, juntos, o levam a manter esse lugar e essa função. Desse modo, o sujeito, quando fala, também o faz para o outro que está nele, encontrando nas palavras do outro uma representação que possa lhe estar indisponível e que possa ajudá-lo na elaboração de seus conteúdos psíquicos.

Nesse sentido, verificam-se as implicações do sujeito e do grupo na comunicação de certos conteúdos. As funções fóricas permitem, dentre outras coisas, a disponibilização de representações a partir de certo levantamento do recalçamento, para que determinadas situações possam ser pensadas, representadas e figuradas. Entretanto, cabe lembrar que essas funções operam como uma formação de compromisso, pois, ao mesmo tempo em que emergem a partir de certo afrouxamento do recalçamento no espaço do grupo e nos espaços internos de cada um, permite manter algum nível de censura. Assim, mesmo quando encenadas no grupo, as comunicações trazidas pelo portador das funções fóricas nem sempre podem ser ouvidas. Daí a importância de haver pelo menos um ouvinte que possa ser intérprete das experiências emocionais. Esse papel, que pode ser desempenhado pelo analista a partir de sua presença empática, é o que pode favorecer o estabelecimento de uma comunicação efetiva (Quagliatto, Cunha & Chaves, 2012).

Outros dois conceitos que auxiliam na compreensão sobre a relação entre as comunicações no grupo familiar e a manutenção dos vínculos são as alianças

inconscientes e o pacto denegativo. Kaës (2011) define a aliança inconsciente como uma formação psíquica intersubjetiva construída pelos sujeitos de um vínculo. As alianças reforçam em cada sujeito do grupo e estabelecem, na base de seus vínculos, os investimentos narcísicos e objetais de que eles têm necessidade, bem como os processos, as funções e as estruturas psíquicas que lhes são necessários. As alianças, assim como o pacto denegativo, se fundam a partir do recalque ou da denegação, da rejeição e da desautorização. Essas operações constroem, em grande medida, a realidade psíquica dos grupos, ajudando na manutenção dos lugares e dos vínculos. Para R. Kaes (2014), as alianças inconscientes alicerçam os processos identificatórios que acompanham as primeiras experiências subjetivas estabelecidas aquém ou à margem da fala. Para o autor, a principal função das alianças é manter e fortalecer os vínculos, além de fixar suas questões e seus termos, constituindo-se como agente e matéria de transmissão da vida psíquica entre as gerações e entre os sujeitos que são contemporâneos.

O estabelecimento de alianças inconscientes envolve obrigações por parte do sujeito em relação ao grupo, mas também confere gratificações. Nesse sentido, cada sujeito é sujeito do Inconsciente sob o efeito das alianças inconscientes. Essas alianças são constituídas para manter inconsciente certas representações, segundo o interesse conjunto e mutuamente garantido de vários sujeitos, selando desse modo seus vínculos. Entretanto, cabe ressaltar que as próprias alianças permanecem inconscientes, tanto quanto os vínculos que aí se fundam.

Kaës (2011; 2014) postula a existência de três tipos de alianças: aquelas que estruturam a psique, as alianças defensivas e as alianças ofensivas. As alianças que estruturam o psiquismo são correlatas ao conceito de contrato narcísico de P. Aulagnier (1976), conforme abordado anteriormente. As alianças ofensivas levam os sujeitos do grupo a se organizarem, a fim de constituir um ataque ou uma exploração junto aos elementos externos à grupalidade. Para as nossas considerações acerca da comunicação, nos deteremos nas alianças defensivas que incluem o pacto denegativo.

As alianças defensivas, como o próprio nome já diz, tem por objetivo proteger o grupo da emergência de conteúdos que podem ameaçar o vínculo. Esses conteúdos frequentemente veiculam verdades dolorosas, humilhantes ou

violentas, que devem, por esse motivo, permanecer recalcadas, denegadas ou abolidas. O pacto denegativo qualifica, desse modo, um acordo inconsciente, engendrado mutuamente para que o vínculo se organize e se mantenha na complementariedade dos interesses de cada sujeito e de seus vínculos. O preço do vínculo é precisamente que algo seja inconcebível. Trata-se, portanto, de um pacto de silêncio, que visa, em grande medida, que a comunicação de certos conteúdos, bem como a compreensão de certas realidades dolorosas que eles possam veicular, fiquem bloqueadas.

O pacto denegativo é, paradoxalmente, produzido a partir de comunicações inconscientes compartilhadas entre os membros do grupo. São elaboradas acerca de certas situações que devem ser mantidas em silêncio, a partir do recalque e da denegação, da negação, da desautorização ou da rejeição. Sendo necessário à formação do vínculo, o pacto denegativo, paradoxalmente, cria neste espaço compartilhado o não significável, o não transformável, zonas de silêncio e bolsas de intoxicação que mantém os sujeitos estranhos à sua própria história e à história dos outros. Sobre o negativo, Kaës (2003; 2005) alude a três modalidades: a negatividade de obrigação, a negatividade relativa e a negatividade radical.

A negatividade de obrigação acentua, para o aparelho psíquico, a necessidade de efetuar as operações de rejeição, de negação, de recusa, de desmentido, de renúncia e de apagamento, a fim de preservar o interesse maior da organização psíquica do próprio sujeito e dos sujeitos aos quais ele está ligado. A negatividade relativa forma-se sobre a base do que permaneceu em sofrimento na constituição de continentes e conteúdos psíquicos. Diz respeito ao que poderia ter sido e/ou não foi o suficiente, ou ainda ao que não é mais, existindo apenas como espaço potencial. Já a negatividade radical diz respeito ao que, no espaço psíquico, tem o estatuto daquilo que não encontra inscrição. Esse tipo de negatividade se deixa representar pelas figuras do branco, do desconhecido, do vazio, da ausência ou do não ser. O negativo radical, paradoxalmente, comunica o irrepresentável e sem sentido. Durante a análise, um dos objetivos terapêuticos consiste em, conjuntamente com o sujeito e/ou grupo, passar do impensável à representação dessa zona de silêncio. Tanto a negatividade de obrigação quanto a negatividade radical têm importante papel nas dificuldades comunicativas observadas nas famílias, uma vez que até se tornarem conteúdos irrepresentáveis,

certas situações foram primeiramente silenciadas, tornando-se indizíveis e impensáveis nas gerações seguintes.

Um dos grandes desafios do tratamento analítico é poder tornar pensáveis e dizíveis certos conteúdos vividos em silêncio e de modo agônico. O próprio Kaës (2011) assinala que, sempre que uma aliança defensiva é desatada, ela acaba por ser fonte de uma descoberta importante para os sujeitos que se viram ligados a ela. Isto permite a representação de certas vivências que podem vir a ser comunicadas ao próprio sujeito e aos outros. Sobre este processo, Azevedo (2009) assinala que a condição de ser intraduzível é o que impede que a ação do recalque recaia sobre certos conteúdos. Nessa condição, essas vivências intraduzíveis acabam por se manifestarem por meio de *actings*, de agonias impensáveis e pela desesperança em poder se comunicar (Winnicott, 1963). As alianças inconscientes e, particularmente, o pacto denegativo, produzem ressonâncias no tratamento analítico e manifestam-se frequentemente pela contratransferência e nos sonhos, como veremos a seguir.

Ressonâncias da comunicação familiar na clínica

Na clínica psicanalítica com famílias, as ressonâncias da comunicação familiar se fazem sentir também pelo analista incluído neste grupo em análise. Durante o tratamento, as comunicações familiares podem ser veiculadas tanto na transferência, na qual são reatualizados aspectos inconscientes da dinâmica familiar, quanto na contratransferência. As pressões exercidas pelos movimentos transferenciais e pelas experiências contratransferenciais nem sempre são agradáveis, mas, quando trabalhadas como vias de comunicação, podem produzir preciosos avanços no tratamento (Melo, Magalhães & Féres-Carneiro, 2014). Entretanto, cabe ressaltar que esses avanços só podem ser alcançados se o analista se permitir participar da regressão familiar, compondo junto com o grupo um espaço psíquico comum e partilhado.

A abertura para a vivência de experiências que envolvem maior sintonia afetiva conjuntamente com movimentos mais regressivos, exige que o analista esteja, ao mesmo tempo, entregue à experiência da grupalidade e suficientemente diferenciado do grupo. Essa dissociação técnica (Bleger, 1984) mostra-se necessária, pois permite ao analista acolher as comunicações que circulam no

grupo, metabolizá-las e deixá-las à disposição para serem encontradas e/ou criadas pela família. Sobre a trama tecida nas intersecções entre o psiquismo do analista e o psiquismo dos membros da família, Eiguer (2007) assinala que analistas de família mostram-se bem instrumentados para entender a reciprocidade intersubjetiva. A partir da formação e da experiência clínica, desenvolvem a capacidade de sentir as intensidades emocionais de seus pacientes sem o temor de se aproximar de seu sofrimento, pois compreendem a contratransferência como uma via de comunicação. Assim, não temem perder sua identidade porque sabem que há uma parte dela em cada vínculo. Um desses vínculos é, justamente, aquele que tece com o paciente.

Eiguer (1995) acredita que, quando se fala em contratransferência familiar, os analistas estão mais especificamente implicados, uma vez que se trata de um grupo vivo, que utiliza especificamente mecanismos projetivos e os bombardeiam com uma força explosora que ultrapassa a capacidade de contenção da própria família. A contratransferência familiar pode ser definida como “o conjunto de emoções, representações ou atos do terapeuta manifestando-se em resposta à transferência da família de forma inconsciente” (Eiguer, 1995, p.38). Envolve a noção de uso de objeto conforme postulado por Winnicott (1968), ou seja, parte da ideia de que a família pode usar a psique do analista para elaborar, amadurecer e mudar. Assim, a psique do terapeuta pode ser utilizada pela família para comunicar, fantasiar, desejar e pôr em palavras aquilo que ela própria não pode fazer, a não ser por identificação projetiva massiva.

A contratransferência familiar depende de uma conjuntura que envolve as vivências da família que são depositadas no terapeuta, a fim de serem fantasiadas e representadas, e as vivências do próprio analista. Os afetos que são mobilizados no analista dependem daquilo que está sendo depositado pela família e de sua organização psíquica posta em movimento durante a sessão. Trata-se de um movimento complexo onde intervêm, ao mesmo tempo, movimentos inconscientes da família e movimentos inconscientes do analista (Eiguer, 1995). Para o autor, a contratransferência tem relação direta com o sentir e remete às vivências infantis do terapeuta favorecidas pelo movimento regressivo na terapia.

Segundo Eiguer (1995), a contratransferência familiar envolve o fenômeno da interfantasiação, que é a tendência a agir e reagir conforme fantasias e de

empregá-las na criação, nos relatos, no lazer partilhado e no conteúdo fantasmático comum aos sujeitos. A interfantasiação possui dois aspectos principais. O primeiro é o mais ligado ao arcaísmo da psique-pura da qual fala Ruffiot (1981) e o segundo traduz a similitude ou complementaridade dos desejos ligados a um objeto imaginário que se acredita estar sempre presente e ser indispensável à existência dos vínculos intersubjetivos.

Eiguer (1995) destaca dois aspectos da contratransferência, um envolvendo a inibição e outro, o fomento das atividades psíquicas do analista. De acordo com o autor, a inibição promove o bloqueio das vivências do terapeuta, experimentadas quando ele não consegue pensar, associar, fantasiar e/ou perde o contato com o paciente, quando chega a estabelecê-lo. Já o fomento acontece quando há a eclosão de sensações e vivências que ocorrem à revelia do terapeuta. Tem-se tem a impressão de estar ficando louco, perdendo os recursos cognitivos, dentre outras sensações, frequentemente associadas ao enlouquecimento e a perda dos limites do Eu.

Para Eiguer (1995), as famílias com pacientes psicóticos/narcísicos provocariam sensações ligadas ao enlouquecimento. Já as famílias que apresentam um funcionamento neurótico, provocariam eventos relacionados aos atos sintomáticos tais como lapsos, atos falhos, esquecimentos. Em todos os casos, cabe destacar o papel comunicativo que a contratransferência adquire nesse contexto. Trata-se, portanto, de uma via de comunicação que se estabelece a partir do vínculo intersubjetivo e que permite à família comunicar aspectos de si que desconhece ou que não pode comunicar por meio das palavras. Entretanto, para que as experiências afetivas adquiram o caráter de comunicação, o analista precisa estar disponível para receber essas mensagens e ajudar a família a representar, pensar e por em palavras experiências que são vividas como estrangeiras ou impensáveis. A escuta do sofrimento, muitas vezes silencioso, de algumas famílias, produz ressonâncias no terapeuta (Melo, Magalhães & Féres-Carneiro, 2014). Entretanto, o acolhimento do sofrimento pode propiciar a empatia e suscitar a esperança no grupo familiar. Nesse contexto, as famílias podem vir a se sentir mais compreendidas e menos temerosas com suas próprias vivências emocionais. Para Eiguer (1995), as famílias que buscam tratamento “estão

sedentas para saber que a loucura é um mal universal e que está presente em todos e em cada um” (Eiguer, 1995, p. 41).

No tratamento analítico, outro fenômeno que adquire *status* de comunicação são os sonhos compartilhados entre os vários membros da família e entre esses e o analista. Os sonhos compartilhados revelam uma comunicação nos espaços oníricos comuns e partilhados entre vários sonhadores, revelando ser de natureza onírica a matéria psíquica dos grupos. Anzieu (1993) defende a tese de que o grupo é, como o sonho, uma realização imaginária do desejo, onde imperam os processos primários do psiquismo. Diz o autor que "os sujeitos humanos vão aos grupos da mesma forma que, no seu sono, entram no sonho. Do ponto de vista da dinâmica psíquica, o grupo é um sonho" (p. 49). O grupo vivido como um sonho, segundo o autor, faz com que cada integrante busque no grupo um prazer contíguo e intenso do seu desejo. Desta maneira, constrói-se a ilusão no grupo de que pode imperar livremente o princípio do prazer e satisfação pura e que é possível se realizar o desejo edípico.

O sonho, definido por Freud (1900) como o guardião do sono, apresenta-se, por suas características, como importante via de expressão e comunicação do Inconsciente no processo analítico. Segundo Freud, os sonhos permitem a satisfação disfarçada de desejos recalcados no estado de vigília pela via regressiva. O trabalho do sonho, cuja base é a censura, só permite a satisfação dos desejos de modo disfarçado. Em um primeiro momento, sob a égide do processamento primário, utiliza os processos de condensação e deslocamento para permitir a representação de certos pensamentos inadmissíveis à Consciência. Entretanto, sua lógica permanece a do Inconsciente atemporal, que ignora a contradição.

Do ponto de vista da comunicação, os sonhos utilizam uma linguagem própria aos moldes da escrita pictográfica, segundo um modo de expressão arcaico e que abarca uma enorme quantidade de ambiguidades, ficando dependentes do contexto, da entonação e, principalmente, de quem interpreta para que sejam compreendidos. Apesar de os sonhos nem sempre serem contados a alguém, quando o são, verifica-se que a comunicação depende não apenas do locutor, mas do interlocutor que ouve e sensivelmente interpreta. Por mais que haja a expectativa de tradução de qualquer linguagem desconhecida, esta não pode

se dar sem uma inter-relação que permita determinar um ou outro significado (Freud, 1900; Laplanche & Pontalis, 2008). A comunicação nos sonhos torna ainda mais relevante a presença do outro para que algum sentido seja apreendido. Dessa forma, o trabalho do sonho pode se apresentar marcado pelo paradoxo de comunicar e, ao mesmo tempo, manter ocultos certos conteúdos inconscientes.

De acordo com Kaës (2011), o espaço do sonho é pessoal, mas é atravessado e organizado também pela existência de um espaço onírico compartilhado comum. Trata-se de um processo associativo, interdiscursivo, polifônico. Kaës (1997; 2011) aborda a polifonia do sonho, fazendo referência às várias vozes presentes na formação dos sonhos que são mobilizados nos vínculos intersubjetivos. Para ele, isto se dá porque existe um enigma a figurar, um trauma a reparar, angústias a transformar, além do desejo de reencontrar, alguém ou além da separação, uma matriz onírica comum. O sonho comum e compartilhado produz dois espaços psíquicos, um como lugar de produção de conteúdo próprio e outro como espaço de comunicação por meio de um Eu onírico. O sonho como mensagem é compreendido como aquele que carrega um sentido endereçado a um, ou mais de um, membro do grupo. Essa mensagem é representante de algum material recalcado que não pode ser expresso e compreende, na visão de Kaës (2004), traumas infantis carregados de afetos, sentimentos de abandono e violência que, durante a atividade onírica, são revividos pelo sujeito e compartilhados pelo grupo. Na família, essas mensagens podem estabelecer uma comunicação particular que remete aos tempos de origem da família de cada um, na qual alguns traços não encontraram, até então, formulações adequadas.

O trabalho do sonho pode permitir a figuração, a dramatização e a simbolização de conteúdos relacionados aos distúrbios que se produzem nas fronteiras, como as profundas dificuldades identitárias, a falta de mediação e a carência de continência. O sonho adquire, assim, um caráter elaborativo, resultante do trabalho psíquico posto em ação por vários mecanismos psíquicos que cumprem a função de fazer retornar o que foi recalcado, de continência, de evacuação e, singularmente ou particularmente, de representação. Essas funções psíquicas relacionam-se, em grande medida, com a função fórica de porta-sonho, que pode vir a ser desempenhada em certo momento pelo analista. Mesmo que o conteúdo dos sonhos do analista não seja compartilhado verbalmente com a

família nas sessões, ele pode ser compreendido como resultante de uma comunicação inconsciente profunda com a família. Esse entendimento pode ajudar o analista a compreender a dinâmica familiar em questão, bem como lançar luz sobre as suas partes inconscientes que foram colocadas a serviço do vínculo com a família.

Considerações finais

A comunicação na família mostra-se relevante na medida em que permite a observação de aspectos que marcam os sujeitos desde os primórdios da subjetividade, sendo o sujeito constituído pelo vínculo, a partir de uma tessitura composta de palavras, gestos, sons e sensações emprestadas do outro.

É a partir dessa tessitura, marcada por elementos representáveis e outros não representáveis, que as fronteiras entre Eu e outro se esmaecem e, paradoxalmente, podem se constituir. Ao examinarmos a família, acabamos por concebê-la como a matriz fonte de comunicações que fomentam sentidos, lugares e transmitem as alianças que cimentam os vínculos entre o sujeito e o legado humano, social e cultural. Na família, observa-se que as comunicações são, majoritariamente, de caráter inconsciente, tecidas a partir do que pode ser conhecido e representado, mas também pelo que se mantém sem sentido, em silêncio e que escapa à representação.

Sendo relativa a conteúdos mais elaborados ou aqueles permeados por espaços irrepresentáveis, a comunicação revela-se, para cada sujeito humano no seio da família, fundamental para a constituição de sua subjetividade e de suas formas de organização psíquica. É a partir da comunicação, compreendida como processo de transmissão dos legados simbólicos do outro, que o sujeito pode vir a formar as bases de seu narcisismo, para, posteriormente, transformá-lo e experimentá-lo como sendo seu. Nesse sentido, a comunicação revela toda a sua paradoxalidade, uma vez que cria subjetividade num território onde Eu/não eu nunca podem ser completamente delimitados. Essa experiência nos remete às palavras de Clarisse Lispector (1973) que, como poetisa, conseguiu se aproximar da concepção de comunicação que vem sendo tecida neste trabalho. A autora, referindo-se a um interlocutor que também faz parte de si, afirma: “Já entrei contigo em comunicação tão forte que deixei de existir sendo. Você tornou-se um

eu. É tão difícil falar e dizer coisas que não podem ser ditas. É tão silencioso. Como traduzir o silêncio do encontro real de nós dois? Dificílimo contar: olhei para você fixamente por uns instantes. Tais momentos são meu segredo” (Lispector, 1973, p. 54). Favorecer a comunicação, tanto de conteúdos que podem ser postos em palavras, quanto aqueles que não podem ser traduzidos, os de natureza fugaz e silenciosa, é parte do autêntico encontro analítico, constituindo-se como grande desafio para os analistas, sobretudo na clínica com famílias.

Conclusões

Estudar a construção da noção de comunicação na teoria e na técnica psicanalítica mostra-se uma tarefa ampla, abrangente e de difícil delimitação e, por esses motivos, necessária. Concebida como fenômeno intersubjetivo, articulada nas intersecções dos espaços psíquicos comuns e partilhados, a comunicação revela-se fundamental para a construção do psiquismo. Como noção, a centralidade da comunicação mostra-se inegável na teoria e na técnica psicanalítica desde os seus primórdios, tornando as pesquisas sobre o tema um empreendimento relevante. Apesar disso, observa-se ainda certa carência de publicações que abordem a comunicação de maneira explícita, como uma noção importante no campo da psicanálise. Nesse sentido, mostram-se fundamentais novos estudos e pesquisas a fim de auxiliar a compreensão deste fenômeno tão complexo, não apenas nos tratamentos individuais, mas também no âmbito das psicoterapias de famílias.

Neste trabalho, buscou-se investigar as origens do conceito de comunicação na teoria e na técnica psicanalítica, argumentando tratar-se de uma noção sustentada pelo paradigma da intersubjetividade. Desse modo, compreende-se a comunicação como um fenômeno que se constrói nas relações entre os sujeitos desde os momentos mais primitivos do desenvolvimento emocional. De nossa perspectiva, a comunicação envolve em grande medida a sintonia afetiva, sendo fundamental para a construção e para a manutenção dos vínculos. Trata-se, portanto, de uma noção concebida a partir da relação e do contato com o outro, com o analista e com os próprios conteúdos internos.

A partir de nossas pesquisas, a noção de comunicação, tanto de uma perspectiva teórica, quanto técnica vai se delineando a partir de suas várias dimensões. Assim, observa-se que a construção da noção de comunicação no campo psicanalítico mostra-se atrelada a uma série de fenômenos da vida mental, sobretudo inconscientes, que podem adquirir uma função comunicativa. Nesse sentido, mais uma vez ratifica-se a ideia de que a comunicação se constrói em uma via de mão dupla, que envolve expressão de aspectos inconscientes e a escuta acolhedora desses conteúdos.

Constatamos assim, que a noção de comunicação sempre comporta uma dimensão de apelo ao outro, como já enunciava Freud em 1895, entretanto é preciso que este outro esteja atento e sensível a esses apelos. Trata-se, portanto, de considerar a comunicação no âmbito dos tratamentos como dependente de certa disponibilidade subjetiva por parte do paciente para encarar aspectos dolorosos ou vergonhosos e que exige, como contrapartida do analista, a escuta e o amor à verdade, premissa de uma postura ética.

Favorecer as comunicações do paciente com o analista e com seus próprios estados internos torna-se, então, um desafio ao processo de análise. No contexto do tratamento, o analista também precisa estar disponível para acolher as comunicações de seu paciente e entrar em contato com pensamentos, sentimentos e sensações nem sempre agradáveis como é o caso daquelas que envolvem sensação de enlouquecimento, de humilhação e de vergonha. Caso o analista não consiga transformar essas experiências em processos pensáveis e comunicáveis, corre o risco de refugiar-se em uma teoria, engessar sua atuação técnica e sucumbir ao risco das atuações.

As dificuldades inerentes à comunicação, sobretudo por parte do analista, foram bastante discutidas a partir dos trabalhos de Ferenczi. As contribuições do autor abarcaram, principalmente, a comunicação com pacientes traumatizados e regredidos, pensadas na relação com o analista. Nesse cenário, evidencia-se a necessidade de se pensar a noção de comunicação no tratamento analítico quando os pacientes apresentam configurações subjetivas que diferem dos clássicos neuróticos descritos por Freud.

A partir da discussão em torno da obra de Ferenczi, observa-se a possibilidade de ampliação de recursos teóricos e técnicos voltados para os pacientes considerados não-analisáveis como, por exemplo, os *borderlines*, os psicóticos e aqueles com transtornos somáticos que tem a regressão como característica comum. Esses pacientes impõem desafios ao método de tratamento clássico das neuroses, mostrando-se de difícil acesso. A pesquisa sobre a comunicação junto a esses pacientes evidencia a necessidade de um remanejamento técnico visando uma maior compreensão dos modos de subjetivação que encontram raízes em experiências precoces, oriundas de períodos do desenvolvimento em que os recursos linguísticos ainda não se mostram

suficientemente desenvolvidos. Trata-se, nesse sentido, de pensar a comunicação, em seus sucessos e fracassos, não apenas no âmbito do tratamento, mas como fenômeno inerente à constituição do psiquismo desde os momentos mais primórdios do desenvolvimento emocional.

Ao direcionarmos os nossos esforços na tentativa de compreensão da noção de comunicação atrelada aos períodos mais primitivos da constituição subjetiva, observa-se que o entendimento sobre a sua natureza e a sua qualidade podem ser ampliados. A partir das contribuições de Winnicott, com a noção de comunicação silenciosa, a própria concepção de comunicação se enriquece revelando situar-se também no silêncio, nos gestos e nos olhares. Guiados pela clínica winnicottiana, percebemos que a comunicação no início da vida é basicamente uma comunicação silenciosa, favorecida pela preocupação materna primária e pela experiência de mutualidade. Essa comunicação precisa, entretanto, ser facilitada pelo ambiente ou pelo apoio do ego da mãe ao ego imaturo do lactente.

Ao caminharmos em direção à busca pela compreensão da comunicação nos primórdios do desenvolvimento subjetivo, particularmente nas relações mãe-bebê, acabamos por constatar que o sujeito se mostra tributário das comunicações familiares, particularmente daquelas que veiculam os legados, os lugares, as defesas e as patologias em uma dinâmica psíquica inconsciente. Ao discutirmos a noção de comunicação na família, observamos que a intersubjetividade se apresenta não apenas como marca dos processos subjetivos no interior desse grupo particular, mas instaura-se como condição constitutiva da vida psíquica humana. Trata-se, portanto, de uma premissa que considera o grupo como precedente ao sujeito do grupo, que não pode fazer-se sua causa ou efeito sem se alienar nele. Nesse sentido, o sujeito constitui-se um efeito do grupo que nasce a partir do olhar do outro, dada sua condição de prematuridade e desamparo. Assim, para o sujeito humano o grupo é sustentáculo e estrutura de enquadramento para o narcisismo. Desse ponto de vista, a comunicação se coloca como veículo da transmissão, na intersubjetividade, garantindo a continuidade da vida psíquica ao longo das gerações.

Na presente pesquisa, atentamos para a premissa fundamental de se conceber a comunicação na família possível graças à criação de espaços psíquicos

comuns e partilhados, lugares de circulação de pulsões, fantasias, defesas e também de comunicações que emergem como resultado da intersubjetividade. Nesse sentido, o sujeito passa a ser concebido como tributário das comunicações familiares, incluindo também os legados sociais e culturais. Essa perspectiva enfatiza o desafio, comum a todo sujeito humano, de tecer suas próprias palavras, fiadas a partir das palavras do outro.

Sendo a noção de comunicação uma noção cara e central ao campo psicanalítico, destacamos a necessidade de novas pesquisas que permitam a ampliação do conceito de comunicação de um ponto de vista teórico e técnico. Dentre as questões que se delineiam como possibilidades para pesquisas futuras, destacamos aquelas concernentes às investigações em torno da noção de comunicação, particularmente no tratamento de pacientes limítrofes ou com graves prejuízos no processo de simbolização. Outro fio que emerge desta pesquisa como possível de fomentar os estudos é a questão dos limites da comunicação. Como favorecer a comunicação em um ambiente psíquico marcado pela aridez, pelo vazio, pelos silêncios e pelos estados agônicos? Nesses casos, em que as interpretações se mostram muitas vezes ineficazes, que recursos com função de comunicação podem ser postos em cena?

Trata-se, portanto, tendo em vista as questões suscitadas, de reconhecer o desafio empreendido pelo paciente e pelo analista de tornar o tratamento analítico um espaço de comunicação compartilhada, marcado pela emergência de fenômenos que podem adquirir a função de comunicação, mas também pelo que escapa à representação. Nesse sentido, a tarefa analítica parece se desdobrar, em grande medida, num grande desafio marcado por muitos limites. Uma metáfora que ilustra o desafio contido na tarefa analítica é enunciada pelas palavras de Clarisse Lispector (1973) que assinala que sua escrita, necessária e fundamental, paradoxalmente, se traduzia numa tentativa de fotografar o perfume. Podemos pensar então, que como analistas, estamos com nossos pacientes tentando fotografar o perfume, mesmo quando reconhecemos as dificuldades inerentes à nossa tentativa e, às vezes, a impossibilidade de fazê-lo. Tornar o encontro analítico um espaço de criação e de circulação de comunicações que permitam dar voz às experiências da vida, de natureza fugaz, que se constroem e reconstroem na medida em que são recontados a cada sessão, mostra-se um grande desafio para os

analistas, mas também mantém a tarefa da psicanálise tão instigante e vívida. Esperamos assim, que nosso trabalho possa trazer contribuições para o campo da clínica e que ajude a ampliar o escopo teórico em torno da noção de comunicação.

Referências

ABRAHAM, N. & TOROK, M. Luto ou melancolia, introjetar-incorporar. In: N. Abraham & M. Torok, A casca e o núcleo (M.J.R.F. Coracini, trad., pp. 243-257). Rio de Janeiro, RJ: Escuta, 1995.

ALMEIDA-PRADO, M.C.C. FÉRES-CARNEIRO, T. Abuso sexual e traumatismo psíquico. *Interações*, 2005, 10(20): 11-34.

ASSUNÇÃO, M.M. & COELHO JR., N.E. Trauma, uma falha no cuidar? Diálogo entre Ferenczi e Winnicott. *Psicologia USP*, São Paulo, 2012, 23(4): 707-719.

AULAGNIER, P. A violência da Interpretação: Do pictograma ao enunciado. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

AVILA, L.A. O Eu é plural: grupos: a perspectiva psicanalítica. *Vínculo* [online]. 2009, vol. 6, n. 1, pp. 39-52.

ANZIEU, D. (1984). O Grupo e o Inconsciente: o imaginário grupal. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

ANZIEU, D. (1974). O Eu-pele. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1988.

AZEVEDO, M.M. Os prejuízos do segredo familiar. *Cadernos de Psicanálise – SPCRJ*, 2009, vol. 25, n. 28.

BALINT, A. (1952). Love for the mother and mother love. In: M. Balint, Primary love and psycho-analytic technique. Londres, Inglaterra: The Hogarth Press. (Trabalho original publicado em 1939).

BALINT, M. Thrills and regression. Nova York, NY: International Universities Press, 1959.

BERNARDINO, L.M.F. Bebês e seus pais: os estudos sobre telepatia. *Estilos da Clínica*, 2004, 9 (17): 94-103.

BION, W.R. (1967). Estudos psicanalíticos revisados – *Second thoughts*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

BLEGER, J. A entrevista psicológica (1956) In: Psico-higiene e Psicologia Institucional. Trad. Emilia de Oliveira Diehl. Porto Alegre. Artes Médicas, 1984.

BLEGER, J. (1966). Psychanalyse du cadre psychanalytique. In: Kaes, R., Missenard, A. e cols.: Crise, rupture e dépassement. Paris, Dunod, 1979.

BION, W. Estudos psicanalíticos revisados – *Second thoughts*. Rio de Janeiro, Imago, 194 p, 1967.

BOKANOWSKI, T. Traumatisme, traumatique, trauma. *Revue française de Psychanalyse*, 2002, 66(3): 743-755.

CAVALLARI, M.L.R. & MOSCHETA, M.S. Reflexões a respeito da identificação projetiva na grupoterapia psicanalítica. *Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*. Jan.-Jun. 2007, vol. 8, n. 1, pp. 43-50.

CANAVÊS, F. A na outra cena da representação: considerações ferencianas sobre o trauma. *Psicologia USP*, São Paulo, 2013, 24(1): 165-182.

CASADORE, M.M. & HASHIMOTO, F. A primazia das relações objetais no desenvolvimento subjetivo presente nos estudos da Escola Húngara de Psicanálise: uma perspectiva histórica. *Estilos da Clínica*, 2015, 20(2): 325-338.

CASTILHO, P.T. Algumas considerações sobre o objeto na psicanálise de Winnicott e Lacan: do objeto transicional ao objeto pequeno a. *Estudos de Psicanálise*, 2012, (37): 127-141.

COELHO JR., N. A noção de objeto na psicanálise freudiana. *Ágora*, jul/dez 2001, 4(2): 37-49.

COELHO JR., N. Intersubjetividade: conceito e experiência em psicanálise. *Psicologia Clínica*, 2002, 14: 61-74.

COELHO JÚNIOR, N.E. Ferenczi e a experiência da *einfühlung*. *Ágora*, vol. VII n. 1 jan/jul 2004, pp. 73-85.

COELHO, N. JR. & BARONE, K.C. A importância da teoria de Winnicott sobre a comunicação para a construção do significado ético da psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2007, 41(3): 88-100.

COELHO N. JR.; SALEM, P. & KLAUTAU, P. Dimensões da intersubjetividade. São Paulo: Escuta/FAPESP, 2012, 279 p.

Coelho, N. JR. Apresentação. In N. Coelho Jr., P. Salem & P. Klautau, *Dimensões da intersubjetividade*. São Paulo: Escuta; FAPESP, 2012, pp. 7-18.

CORREA, O.B.R. A intersubjetividade nos processos de transmissão psíquica geracional. *Trieb Nova Série*, 2002, vol. I, n° 1 e 2, pp. 145-156.

DELOUYA, D. Acerca da comunicação: entre Freud (1895) e Klein (1946). *Ágora*, Jan/ jun, 2002, 5(1): 79-79.

D'AVILA LOURENÇO, L.C. Transferência e Complexo de Édipo, na Obra de Freud: Notas sobre os Destinos da Transferência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2005, 18(1): 143-149.

EIGUER, A. O Parentesco Fantasmático: Transferência e Contratransferência em Terapia Familiar Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995, 258 p.

ENTREVISTA COM ALBERTO EIGUER — A FAMÍLIA EM (DES)ORDEM. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, jun. 2007, 40(72): 11-21.

ESNAL, M. Breve percurso pelo pensamento freudiano acerca do tratamento psicanalítico das psicoses. In: Colóquio do LEPSI IP/FE-USP, 3. São Paulo, 2001.

FAIMBERG, H. Gerações. Mal-Entendido e verdades históricas. Porto Alegre: Criação Humana, 2001, 205 p.

FERENCZI, S. (1981). Retrospectiva histórica crítica. In S. Ferenczi & O. Rank, *Perspectivas del psicoanálisis. Obras completas* (F. J. Aguirre, trad., vol. 3, pp. 267-285). Madrid, España: Espasa-Calpe. (Trabalho original publicado em 1924)

FERENCZI, S. (2011a). A adaptação da família à criança. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV* (pp. 1-15). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1928).

FERENCZI, S. (2011b). Elasticidade da técnica psicanalítica. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV* (pp. 29-42). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1928).

FERENCZI, S. (2011c). A criança mal acolhida e a pulsão de morte. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV* (pp. 1-15). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1929).

FERENCZI, S. (2011d). Princípio de relaxamento e neocatarse. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV* (pp. 1-15). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1930).

FERENCZI, S. (2011e). Análises de crianças com adultos. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV* (pp. 79-115). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1931).

FERENCZI, S. (1990). *Diário Clínico*. (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1932).

FERENCZI, S. (2011f). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV* (pp. 1-15). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1933).

FERENCZI, S. (1920). Prolongamentos da “técnica ativa” em psicanálise. In: Sándor Ferenczi: *Obras completas, Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, pp. 109-126.

FERENCZI, S. (2003). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In S. Ferenczi, *Obras completas* (A. Cabral, trad, vol. 4, pp. 95-106). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1932)

FRANÇA, R.M.P. & ROCHA, Z. Por uma ética do cuidado na psicanálise da criança. *Psicologia USP*, 2015, 26(3): 414-422.

FÉRES-CARNEIRO, T. Diferentes abordagens em terapia de casal: uma articulação possível? *Temas de Psicologia*, 1994, n. 2, pp. 53-63.

FERNANDES, M.A. O trabalho psíquico da intersubjetividade. *Psicologia USP*, 2003, 14(3): 47-55.

FERNANDES, W.J. Solidão e processo comunicativo. *Revista SPAGESP*, 2010, 11(1): 77-85.

FORLENZA, O.N. As principais contribuições de Winnicott à prática clínica. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2008, 42(1): 82-88.

FOSTER, M. Associação livre de ideias: via régia para o inconsciente - a especificidade do método. *J. Psicanal.* 2010, 43(79): 201-216.

FREUD, S. 2003 [1984]. As neuropsicoses de defesa. In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. III. Rio de Janeiro: Imago, pp. 53-66.

FREUD, S. 2003 [1895]. Projeto para uma psicologia científica. In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 1. Rio de Janeiro: Imago, pp. 333-411.

FREUD, S. 2003 [1895b]. Estudos sobre a histeria. In: S. FREUD. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 1. Rio de Janeiro: Imago, pp. 39-319.

FREUD, S. 2003 [1900]. A interpretação dos sonhos. In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 4 e 5. Rio de Janeiro: Imago, pp. 13- 665.

FREUD, S. 2003 [1904]. O método psicanalítico. In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 7. Rio de Janeiro: Imago, pp. 233-240.

FREUD, S. 2003 [1905]. Fragmentos da análise de um caso de histeria (1905). In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 7. Rio de Janeiro: Imago, pp. 13-218.

FREUD, S. 2003 [1910]. Cinco lições de psicanálise. In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 11. Rio de Janeiro: Imago, pp. 15-72.

FREUD, S. 2003 [1912]. A dinâmica da transferência. In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 12. Rio de Janeiro: Imago, pp. 107-120.

FREUD, S. 2003 [1912]. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 12. Rio de Janeiro: Imago, pp. 121-134.

FREUD, S. 2003 [1913]. Sobre o início do tratamento. In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 12. Rio de Janeiro: Imago, pp. 135-158.

FREUD, S. 2003 [1914]. A história do movimento psicanalítico. In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 14. Rio de Janeiro: Imago, pp. 13-74.

FREUD, S. 2003 [1914]. Recordar, repetir e elaborar - Novas recomendações sobre a técnica da Psicanálise II. In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 12. Rio de Janeiro: Imago, pp. 159-172.

FREUD, S. 2003 [1914]. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 14. Rio de Janeiro: Imago, pp. 75-110.

FREUD, S. 2003 [1916]. Conferência XV. Críticas e Incertezas. In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 15. Rio de Janeiro: Imago, pp. 24-89.

FREUD, S. 2003 [1916]. Conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XXVII: Transferência. In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 16. Rio de Janeiro: Imago, pp. 251-281.

FREUD, S. 2003 [1920]. Mais além do princípio do prazer. In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 18. Rio de Janeiro: Imago, pp. 11-76.

FREUD, S. 2003 [1921]. Psicanálise e telepatia. In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 18. Rio de Janeiro: Imago, pp. 185-204.

FREUD, S. 2003 [1922]. Sonhos e telepatia. In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 18. Rio de Janeiro: Imago, pp. 205-232.

FREUD, S. 2003 [1923]. O ego e o Id. In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 19. Rio de Janeiro: Imago, pp. 13-77.

FREUD, S. 2003 [1933]. Conferência XXX – Sonhos e ocultismo. In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 22. Rio de Janeiro: Imago, pp. 39-62.

FREUD, S. 2003 [1937]. Análise terminável e interminável. In: S. FREUD, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 23. Rio de Janeiro: Imago, pp. 223-270.

GERBER, I. Caminhos da intersubjetividade: Ferenczi, Bion, Matte-Blanco. *Psicologia USP*, 1999, 10(1): 141-155.

GONDAR, J. As coisas nas palavras. Ferenczi e a linguagem. *Cadernos de Psicanálise*, 2010, 32(23): 123-132.

GONDAR, J. & ANTONELLO, D.F. O analista como testemunha. *Psicologia USP*, 2016, vol. 27, n. 1, pp. 16-23.

GOULART, A. Intersubjetividade e especificidade em psicanálise. *Rev. Bras. Psicanál.* [online]. 2009, vol. 43, n. 3, pp. 59-70.

GRAÑA, R.B. As origens de Winnicott: Ascendentes psicanalíticos e filosóficos de um pensamento original. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

GRAÑA, R.B. Mutualidade, comunicação silenciosa e identificações cruzadas. In I. Sucar & H. Ramos, (org.), *Winnicott: Ressonância*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, 2008.

GRAÑA, R.B. O diálogo transicional na psicanálise de crianças: Indicação lúdica e testemunho presencial. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2010, 44(2): 55-64.

HEIMANN, P. On Counter-transference. *International Journal of medical psychology*, 1950, 31: 4-81.

HEIMANN, P. Counter-transference. *British Journal of Medical Psychology*, 1960, 33: 9-15.

KAËS, R. O grupo e o sujeito do grupo. Elementos para uma teoria psicanalítica de grupo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, 533 p.

KAËS, R. Espaços psíquicos comuns e partilhados. Transmissão e negatividade. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2005, 257 p.

KAËS, R. Um singular plural: A psicanálise à prova do grupo. São Paulo: Loyola Edições, 2011.

KAËS, R. O grupo e o sujeito do grupo – Elementos para uma teoria psicanalítica do grupo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

KAËS, R. La Négativité: Problématique Générale. *Psicologia USP*, 2003, 14(1): 21-36.

KAËS, R. A polifonia do sonho. São Paulo: Idéias e Letras, 2004.

KAËS, R. Espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

KAËS, R.; FAIMBERG, H.; ENRIQUEZ, M. & BARANES, J.J. Transmisión de la vida psíquica entre generaciones. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

KÄES, R. Um singular plural. A psicanálise à prova do grupo. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

KÄES, R. As alianças inconscientes. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2014.

KLAUTAU, P.F.; FERREIRA, P.F. & SOUZA, O. Dos limites do interpretável à valorização do vivido na clínica psicanalítica. *Psychê*, 2008, 12(22): 55-66.

KLEIN, M. Notes on some schizoid mechanisms. *Writings of Melanie Klein*, New York, 1960, 3: 1-24.

KLEIN, M. A psicanálise da criança. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1981, 223 p.

KUPERMANN, D. Presença sensível. A experiência da transferência em Freud, Ferenczi e Winnicott. In: D. Kupermann, Presença sensível: cuidado e criação na clínica psicanalítica. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2008, pp. 83-108.

LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.-B. Vocabulário da psicanálise. São Paulo, Martins Fontes, 2008, 552 p.

LAZNIK, M.C.; MAESTRO, S.; MURATORI, F. & PARLATO, E. Interações sonoras entre bebês que se tornaram autistas e seus pais. In *Colóquio Franco-Brasileiro Sobre a Clínica com Bebês* Paris, 2005, pp. 95-106.

LISPECTOR, C. (1973). Água viva. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MELO, C.V.; MAGALHAES, A.S. & FERES-CARNEIRO, T. Segredos de família: a contratransferência como recurso terapêutico. *Estilos da Clínica*, 2014, 19(1): 163-182.

MIJOLLA, A. de (org.). *Dicionário internacional da psicanálise: Conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições*. Trad. A. Cabral. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

MELLO, R.; FÉRES-CARNEIRO, T. & MAGALHÃES, A.S. A maturação como defesa: uma reflexão psicanalítica à luz da obra de Ferenczi e Winnicott. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, jun. 2015, 18(2): 268-279

MORENO, M.M.A. & COELHO-JR, N.E. Trauma: o avesso da memória. Rio de Janeiro: *Ágora*, v. XV, n. 1, jan/jun 2012, pp. 47-61.

NASIO, J.D. Introdução ao pensamento de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto e Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995.

OGDEN, T.H. (1994). Os sujeitos da psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

OGDEN, T.H. Lendo Winnicott [Reading Winnicott]. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2002, 36(4): 737-755.

OGDEN, T.H. Rêverie e interpretação. Captando algo humano. São Paulo: Escuta, 2013, 252 p.

OUTEIRAL, J. (2001). Quebrando o vaso de lilases: A impossibilidade de se comunicar, a agressão, a reparação e a sobrevivência do analista. In: J. Outeiral, S. Hisada, & R. Gabriades. *Winnicott: Seminários Paulistas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 96-97.

OLIVEIRA, F.B.R. Amor, desamparo e fantasia: uma abordagem psicanalítica de efeitos literários. In: IV Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e X Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, 2010.

OSMO, A. & KUPERMANN, D. Confusão de línguas, trauma e hospitalidade em Sándor Ferenczi. *Psicologia em Estudo*, 2012, 17(2): 329-339.

PEIXOTO JÚNIOR, C.A. Michel Balint: a originalidade de uma trajetória psicanalítica. Rio de Janeiro: Revinter, 2013.

PIMENTEL, P.K.A. & COELHO JR., N.E. Algumas considerações sobre o uso da empatia em casos e situações limite. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, 2009, vol. 21, n. 2, pp. 301-314.

PINHEIRO, T. Ferenczi: do grito à palavra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

PIEROTTI, M.M.S.; LEVY, L. & ZORNIG, S.A. O Manhês: Costurando Laços. *Estilos da Clínica*, 2010, 15(2): 420-433.

PIVA, A.; PONSÍ, A.; SALDANHA, C.; GOMES, E.; MARTINI, J.; DARIANO, J.; FERRARO, K.; SILVA, M.L. & SPIZZIRRI, R. Origens do conceito de Intersubjetividade: Uma trajetória entre a Filosofia e a Psicanálise Contemporânea. *Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade*, Porto Alegre, n. 09, Jan/Jun 2010.

QUAGLIATTO, H.S.M.; CUNHA, M.F. & CHAVES, L.S. *Estilos clin.*, São Paulo, vol. 17, n. 2, jul./dez. 2012, pp. 228-241.

RACKER, H. Estudios sobre técnica psicoanalítica. Buenos Aires, Editora Paidós, 1973, 198 p.

RUFFIOT, A. La thérapie familiale psychanalytique. Paris: Bordas, 1981.

ROUSSILLON, R. A intersubjetividade e a função mensageira da pulsão. *Revista brasileira de psicanálise*, 2011, vol. 45, n. 3.

SANDLER, J.; DARE, C. & HOLDER, A. O paciente e o analista: fundamentos do processo psicanalítico. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1986, 304 p.

SANTOS, M.A. dos. A constituição do mundo psíquico na concepção winnicottiana: Uma contribuição à clínica das psicoses. *Psicol. Reflex. Crit.*, 1999, 12(3): 00.

SILVA, S.G. A gramática do silêncio: um estudo sobre a comunicação e a não comunicação na psicanálise. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia, 2014, 307 p.

SOUZA, O. Trauma, criatividade e defesa. *Tempo Psicanalítico*, 2003, (35): 115-135.

STEINER, J. Refúgios psíquicos: Organizações patológicas em pacientes psicóticos, neuróticos e fronteirços. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997, 184 p.

STERN, D.N. The Interpersonal World of the Infant. New York: Basic Books, 1985.

TOLEDO, S. Diálogo tônico: a silenciosa comunicação mãe-bebê. *Cad. Psicanál.-CPRJ*, Rio de Janeiro, 2009, ano 31, n. 22, pp. 193-205.

UCHITEL, M. Além dos limites da interpretação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, 221 p.

VENTURA, R. Os paradoxos do conceito de resistência: do mesmo à diferença. *Estudos de Psicanálise*, 2009, 32: 153-162.

VERZTMAN, J. O observador do mundo: a noção de clivagem em Ferenczi. *Ágora*, 2002, 5(1): 59-78.

WINNICOTT, W. D. (1964b). O conceito de falso self. In: Tudo começa em casa. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. 53-58.

WINNICOTT, D.W. (1975a). O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento emocional. In: D.W. Winnicott, *O brincar e a realidade* (pp. 153-162). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1967).

WINNICOTT, D.W. (1975b). Inter-relacionar-se independentemente do impulso instintual e em função de identificações cruzadas. In: D.W. Winnicott, *O brincar e a realidade* (pp. 163-186). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1968).

WINNICOTT, D.W. (1975c). O uso de um objeto e o relacionamento através de identificações. In: D.W. Winnicott, *O brincar e a realidade* (pp. 121-132). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1969).

WINNICOTT, D.W. (1975d). O brincar: uma exposição teórica. In D.W. Winnicott, *O brincar e a realidade* (pp. 59-78). Rio de Janeiro, Imago. (Obra original publicada em 1971).

WINNICOTT, D.W. (1975e). O brincar: A atividade criativa e a busca do Eu (self). In: D.W. Winnicott, *O brincar e a realidade* (pp. 79-94). Rio de Janeiro: Imago Editora. (Obra original publicada em 1971).

WINNICOTT, D.W. (1983a). Cordão: Uma técnica de comunicação. In: D.W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 140-144). Porto Alegre: Artes Médicas. (Obra original publicada em 1960).

WINNICOTT, D.W. (1983b). Os objetivos do tratamento psicanalítico. In: D.W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 152-155). Porto Alegre: Artes Médicas. (Obra original publicada em 1962).

WINNICOTT, D.W. (1983c). Comunicação e não comunicação levando ao estudo de certos opostos. In: D.W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 163-174). Porto Alegre: Artes Médicas. (Obra original publicada em 1963).

WINNICOTT, D.W. (1994a). O brinquedo na situação analítica. In: D.W. Winnicott, *Explorações Psicanalíticas* (pp. 24-25). Porto Alegre: Artes Médicas Sul. (Obra original publicada em 1954).

WINNICOTT, D.W. (1994b). Duas notas sobre o uso do silêncio. In: D.W. Winnicott, *Explorações Psicanalíticas* (pp. 66-69). Porto Alegre: Artes Médicas Sul. (Obra original publicada em 1963).

WINNICOTT, D.W. (1994c). A interpretação na psicanálise. In: D.W. Winnicott, *Explorações Psicanalíticas* (pp. 163-166). Porto Alegre: Artes Médicas Sul. (Obra original publicada em 1968).

WINNICOTT, D.W. (1994d). A experiência mãe-bebê de mutualidade. In: D.W. Winnicott, *Explorações Psicanalíticas* (pp. 195-202). Porto Alegre: Artes Médicas Sul. (Obra original publicada em 1969).

WINNICOTT, D.W. (2000a). Os objetos transicionais e os fenômenos transicionais. In: D.W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise* (pp. 316-331). Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Obra original publicada em 1951).

WINNICOTT, D.W. (2000b). Psicose e cuidados maternos. In: D.W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise* (pp. 305-315). Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Obra original publicada em 1951).

WINNICOTT, D.W. (2000c). Aspectos clínicos metapsicológicos da regressão dentro do *setting* psicanalítico. In: D.W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise* (pp. 374-392). Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Obra original publicada em 1954-5).

WINNICOTT, D.W. (2006a). A comunicação entre o bebê e a mãe e entre mãe e bebê, comparada e contrastada. In: D.W. Winnicott, *Os bebês e suas mães* (pp. 79-92). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1968).

WINNICOTT, D.W. (2006b). A amamentação como forma de comunicação. In: D.W. Winnicott, *Os bebês e suas mães* (pp. 19-28). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1968).

WINNICOTT, D.W. (2006c). A dependência nos cuidados infantis. In: D.W. Winnicott, *Os bebês e suas mães* (pp. 73-78). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1970).

ZAMBELLI, C.K.; TAFURI, M.I.; VIANA, T.C. & LAZZARINI, E.R. Sobre o conceito de contratransferência em Freud, Ferenczi e Heimann. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, 2013, vol. 25, n. 1, pp. 179-195.

ZIMERMAN, D.E. Fundamentos Psicanalíticos: Teoria, técnica e clínica. Porto Alegre, Artmed, 1999, 480 p.